



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	67
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	68
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	69
BALANÇO PATRIMONIAL.....	70
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	74
NOTAS EXPLICATIVAS.....	75
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	179
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	180
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	181
MEMÓRIA DE ATIVIDADES COMITE DE AUDITORIA	182
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	188
PLANO DE INVESTIMENTOS	189

DESTAQUES (R\$ MM) 4T23	4T23	4T22	Δ %	2023	2022	Δ %
Receita Operacional Líquida	11.136	10.921	2%	42.388	40.822	4%
Margem Bruta	4.106	4.257	(4%)	15.742	16.201	(3%)
Despesas Operacionais	(1.018)	(1.118)	(9%)	(3.997)	(3.932)	2%
EBITDA	2.855	2.835	1%	12.359	11.582	7%
Resultado Financeiro	(1.137)	(947)	20%	(4.843)	(3.800)	27%
Lucro Atribuído aos Controladores	973	936	4%	4.461	4.718	(5%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	245	429	(43%)	1.222	1.339	(9%)
IFRS 15 + Operações Corporativas	(396)	(79)	401%	514	559	(8%)
EBITDA Ajustado	3.006	2.485	21%	10.623	9.684	10%



INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh) (cativo + livre + GD)	22.176	20.135	10,1%	82.411	78.473	5,0%
Energia Distribuída (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	18.969	17.584	7,9%	71.318	68.626	3,9%
Número de Clientes (mil)	16.351	16.037	2%			

Indicadores Financeiros de Dívida	2023	2022	Variação
Dívida Líquida(1)/EBITDA(2)	3,17	3,15	0,02
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	-

(1) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

(2) EBITDA 12 meses

EBITDA Ajustado recorde: R\$ 3 bilhões no 4T23 (+21% vs. 4T22) e R\$ 10,6 bilhões em 2023 (+10% vs. 2022).

- Robusto crescimento de energia injetada, incluindo GD, +10,1% no 4T23 e 5,0% em 2023;
- Despesas Operacionais, -9% no 4T23 e +2% em 2023, abaixo da inflação e absorvendo maior número de clientes e novos projetos;
- Lucro de R\$ 973 milhões no 4T23 (+4% vs. 4T22) e R\$ 4.461 milhões no ano;
- Conclusão do ciclo de investimento em Eólica e Solar, com as entregas do Complexo Eólico Oitis (566,5MW) e Complexo Solar Luzia (149 MWp) em 2023;
- Dívida Líquida/EBITDA de 3,17x no 4T23, mantendo o patamar de alavancagem.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2023 foi de grandes realizações, superação de desafios e entrega de resultados consistentes. Nosso EBITDA caixa cresceu 10%, alcançando R\$ 10,6 bilhões, alavancado pela entrada em operação de novos negócios, revisões tarifárias de três de nossas distribuidoras e pelo crescimento de mercado que se acelerou no último semestre do ano. Destaque também para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em apenas 2%, portanto abaixo da inflação no período e absorvendo o aumento do portfólio de negócios. Já o Lucro Líquido foi de R\$ 4,5 bilhões, -5% abaixo do ano anterior.

Ancorados em uma estratégia estruturada de valorização e rotação de ativos, concluímos transações relevantes ao longo do ano, como o início de uma parceria estratégica com o GIC, fundo soberano de Cingapura, que passou a deter 50% de participação em nossos 8 ativos operacionais de transmissão, o que nos permitiu criar valor e reduzir a alavancagem. A parceria prevê ainda a participação conjunta em futuros leilões de transmissão, bem como o direito de primeira oferta para entrada nos demais ativos de transmissão, na medida em que entrem em operação.

Finalizamos também o processo de descruzamento de participações societárias com a Eletrobras, iniciado em 2022, pelo qual passamos a deter a totalidade da usina hidrelétrica de Dardanelos e adquirimos as participações minoritárias de 0,04% das ações de Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Afluente T, pertencentes à Eletrobras em troca das participações em Teles Pires e Baguari, otimizando nosso portfólio e simplificando a estrutura e governança.

Em 2023, mantivemos nossa estratégia de crescimento sustentável, com investimentos totalizando R\$ 8,9 bilhões, -10% abaixo do ano anterior, concentrados em nossas redes de distribuição e transmissão, além de projetos de geração de energia renovável e soluções energéticas inteligentes.

Em Distribuição, investimos R\$ 4,7 bilhões destinados a atender a expansão de novos mercados e ampliar a qualidade e na melhoria contínua do nosso relacionamento com 16 milhões de clientes de nossas cinco distribuidoras. Como resultado desses esforços, foi com muita alegria que celebramos duas de nossas distribuidoras como as melhores do Brasil no Prêmio ABRADÉE 2023: a Neoenergia Cosern, 1º lugar nacional e a Neoenergia Elektro, vice-campeã nacional.

Em Transmissão, investimos R\$ 3,5 bilhões e entregamos cerca de 1,2 mil quilômetros de linhas e 3 novas subestações, dentre os quais importantes trechos de lotes em construção, como por exemplo nos projetos de Vale do Itajaí, Lagoa dos Patos e Morro do Chapéu, adicionando uma Receita Anual Permitida (RAP) de mais de R\$ 170 milhões.

Em Renováveis, concluímos o ciclo de investimentos, com a inauguração do Complexo Renovável Neoenergia na Paraíba, a primeira instalação de geração associada no Brasil, que une o parque eólico de Chafariz com o parque solar de Luzia, mais de 570 MW de capacidade, otimizando o uso das redes de transmissão e ampliando a rentabilidade dos projetos. Ainda, finalizamos o Complexo Eólico de Oitis, entre a Bahia e o Piauí, que acrescentou mais 567 MW à nossa capacidade de geração renovável.

Ainda na linha de crescimento, vale ressaltar, a disciplina de capital apresentada pelo Grupo nos leilões de transmissão promovidos em 2023.

Destacamos também que, a despeito de um cenário de crédito restritivo que se apresentou no início de 2023 no Brasil, a Neoenergia cumpriu seus objetivos e executou seu plano de investimento preservando um Balanço Patrimonial robusto e mantendo seu nível de alavancagem.

Como protagonistas da transição energética no país, seguimos desempenhando papel ativo na descarbonização e no avanço para fontes de energia limpas. Celebramos este ano uma joint venture com a Comerc para projetos de geração distribuída, com expectativa de alcançar 100 MWp de potência fotovoltaica instalada. E estamos avançando em diversas iniciativas oferecendo soluções verdes industriais, projetos de hidrogênio e fertilizantes verdes, além de modelos de negócios em mobilidade elétrica.

Cientes ainda de que a construção de uma empresa resiliente, sustentável e socialmente responsável passa por uma sólida agenda ESG, ampliamos de 16 para 30 nossos compromissos assumidos publicamente para 2025 e 2030, incluindo metas como avaliação e plano de impacto de nossos ativos na biodiversidade e captação de dívidas verdes/ESG.

Seguimos comprometidos com a ampliação da presença de mulheres em nosso quadro de colaboradores, grande desafio do setor, e fechamos o ano de 2023 com 30,4% de mulheres em posições de liderança e um total de 582 mulheres em nossos quadros de eletricitistas, resultado de nosso Programa de Escola de Eletricitistas.

Reafirmamos ainda nosso compromisso com os princípios de governança, fundamentais para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo de nossa organização, obtivemos a certificação externa de nosso sistema de Compliance e fomos reconhecidos em 2023 pelo 5º ano consecutivo com o selo Pró-Ética.

Nosso desempenho sustentável nos mantém em importantes índices, como o ISE e o IDiversa da B3, o que facilita nosso acesso a linhas de financiamento verdes e competitivas, como por exemplo o super green loan de R\$ 800 milhões que captamos junto à International Finance Corporation (IFC) para nossa distribuidora Neoenergia Elektro introduzir melhorias, expandir e digitalizar sua rede.

E essa consistência que envolve o nosso compromisso com entregas, a disciplina de gastos e a valorização de nossos ativos, se refletiu na valorização de nossas ações em 47% no ano, acima do IBOVESPA e outras referências de mercado.

Por fim agradeço a nossos colaboradores pela dedicação ao longo do ano e a todos os nossos acionistas pela confiança. Seguiremos investindo em energia limpa, acessível e de qualidade, com foco em rentabilidade e eficiência, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro e das regiões em que atuamos.

Eduardo Capelastegui

CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia é uma sociedade por ações de capital aberto, presente em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal, e atua como holding, com participação majoritária no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de Energia Elétrica. Na atividade de Distribuição, a Neoenergia controla cinco Distribuidoras, sendo três na região Nordeste – Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, e Neoenergia Cosern, – uma na região Sudeste – Neoenergia Elektro – e uma no Distrito Federal – Neoenergia Brasília.

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Neoenergia era composta por 53,5% de participação da Iberdrola, 30,3% de participação da Previ e 16,2% por demais acionistas.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2023, as projeções para a economia vislumbravam um cenário de taxas de juros elevadas em virtude do panorama inflacionário e incertezas na frente fiscal.

Nesse cenário, o Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2022, projetou para 2023 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,80%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,31%, com Taxa Selic ainda em alta, com expectativa de fechar 2023 em 12,25%.

A primeira metade do ano foi marcada por um cenário turbulento na economia global, com inflação elevada nas principais economias, o que levou os Bancos Centrais a elevarem ainda mais as taxas de juros como medida para conter a inflação.

No Brasil, o primeiro semestre foi caracterizado por um mercado de crédito restritivo, mas com surpresas positivas no PIB provenientes do agronegócio.

A partir do segundo semestre de 2023, pouco a pouco, os Bancos Centrais das principais economias começaram a sinalizar que o fim do aperto fiscal estava mais próximo, ao passo que o Brasil, que iniciou seu aperto mais cedo, viu seu Banco Central dar início a redução dos juros com cortes consecutivos de 0,50 p.p. na Taxa Selic, que encerrou 2023 em 11,75%.

Já a inflação medida pelo IPCA encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, dentro das bandas da meta de inflação e abaixo da registrada em 2022, de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2023 com perspectiva de crescimento de 3,2%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano.

O índice Ibovespa encerrou 2023 com uma alta de 22,28%, crescimento este caracterizado pelo menor receio do mercado, refletindo a melhoria do cenário macroeconômico a partir da segunda metade do ano, principalmente com as expectativas de queda nos juros nos Estados Unidos e maior otimismo com cenário fiscal brasileiro.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de 5,1% em relação a 2022, influenciado pelas altas temperaturas e baixo volume de chuvas no segundo semestre do ano nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Redes

3.1.1. Distribuidoras

3.1.1.1. Tarifas

Em 2023, três distribuidoras do Grupo Neoenergia passaram por Revisão Tarifária – Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro e duas tiveram apenas o Reajuste Tarifário anual - Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Brasília:

	 Neoenergia Coelba	 Neoenergia Pernambuco	 Neoenergia Cosern	 Neoenergia Elektro	 Neoenergia Brasília
Grupo de Consumo	abr/23	mai/23	abr/23	ago/23	out/23
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	6,91%	10,41%	3,65%	3,15%	7,78%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	8,66%	8,51%	4,45%	9,53%	9,95%
Efeito tarifário médio AT+BT	8,18%	9,02%	4,26%	7,17%	9,32%
Início da Vigência	22-abr-23	13-mai-23	22-abr-23	27-ago-23	22-out-23
Processo Revisional	Revisão	Reajuste Anual	Revisão	Revisão	Reajuste Anual
Próxima Revisão Tarifária	abr/28	abr/25	abr/28	ago/28	out/26

NEOENERGIA COELBA

Em 20 de abril de 2023, a Neoenergia Coelba teve sua Revisão Tarifária aprovada pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 8,18% (sendo 6,91% para alta e média tensão e 8,66% para baixa tensão), aplicado desde 22 de abril.

A Parcela A teve valor fixado em R\$ 7.562 milhões, apresentando variação no período de 7,6%, contribuindo com o índice final com 4,29%. Os componentes financeiros participaram no índice final com 2,81%. A Parcela B atingiu R\$ 5.490 milhões, com crescimento de 2,5% em relação a verificada nos últimos 12 meses, valor líquido de outras receitas e das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, tendo sido contemplado adicional referente a ajuste associado ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) relativo à geração distribuída, contribuindo para o índice final com 1,08%. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor homologado foi de R\$ 15.279 milhões, a valores de abril de 2023, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual equivalente a 15,42% sobre a energia injetada.

NEOENERGIA PERNAMBUCO

Em 12 de maio, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco e entrou em vigor no dia 14 de maio, com efeito médio de 9,02% para os consumidores (10,41% para alta e média tensão e 8,51% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no cálculo do reajuste foram os custos com compra e transporte de energia, além dos componentes financeiros.

A variação da Parcela A foi de 6,1%, totalizando R\$ 5.238 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,4% nos encargos de transmissão e 8,7% nos custos com compra de energia, além de 0,21% em função de MMGD na apuração das perdas técnicas. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 279,12/MWh. Já a Parcela B não apresentou variação, totalizando R\$ 2.323 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 0,17%, deduzida do Fator X, de 0,17%.

NEOENERGIA COSERN

Em 20 de abril de 2023, a Neoenergia Cosern teve sua Revisão Tarifária aprovada pela Aneel e entrou em vigor no dia 22 de abril, com efeito médio de 4,26% para os consumidores (3,65% para alta e média tensão e 4,45% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no cálculo do reajuste foram os custos com compra e transporte de energia, além dos componentes financeiros

A Parcela A teve valor fixado em R\$ 1.959 milhões, apresentando variação no período de 5,1%, contribuindo com o índice final com 3,14%. Os componentes financeiros participaram do índice final com 1,02%. A Parcela B atingiu R\$ 1.181 milhões, com crescimento de 0,25% em relação a verificada nos últimos 12 meses, valor líquido de outras receitas e das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, tendo sido considerando adicional referente a ajuste associado ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) relativo à geração distribuída, contribuindo para o índice final com 0,10%. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor homologado foi de R\$ 3.448 milhões, a valores de abril de 2023, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual equivalente a 10,25% sobre a energia injetada.

NEOENERGIA ELEKTRO

Em 25 de agosto, a Aneel aprovou a Revisão Tarifária da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto de 2023, com efeito médio de 7,17%, sendo 9,53% para a baixa tensão e 3,15% para clientes atendidos em alta e média tensão.

A Parcela A teve valor fixado em R\$ 6.617 milhões, apresentando variação no período de 6,3%, contribuindo com o índice final com 4,40%. Os componentes financeiros participaram no índice final com 3,94%. A Parcela B atingiu R\$ 2.599 milhões, com variação no período de -3,9% em relação a verificada nos últimos 12 meses, valor líquido de outras receitas e das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, tendo sido contemplado adicional referente a ajuste associado ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) relativo à geração distribuída, contribuindo para o índice final com -1,17%. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor homologado foi de R\$ 6.521 milhões, a valores de agosto de 2023, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual equivalente a 7,69% sobre a energia injetada.

NEOENERGIA BRASÍLIA

Em 20 de outubro, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Distribuição Brasília e entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de 9,32% para os consumidores (7,78% para alta tensão, e 9,95% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais.

A variação da Parcela A foi de 4,8%, totalizando R\$ 3.099,1 milhões, impactada pelos aumentos de 16,4% nos encargos setoriais e 13,0% nos custos com transmissão. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 269,93/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 7,14% reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de +5,19%, menos o Fator X que foi de -1,96%, resultando no valor da Parcela B de R\$ 711,4 milhões.

3.1.1.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 28 de março, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2023 a

fevereiro de 2024. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 7,42%, enquanto em 2022 era de aproximadamente 7,15%; para as transmissoras e usinas cotistas foi de 7,26%, enquanto em 2022 era de aproximadamente 6,93%.

Abertura de Consulta Pública para Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22 de junho, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual. O próximo passo é a elaboração do decreto que regerá as condições para a prorrogação das concessões vincendas pelo MME.

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei n.º 14.300/2022 (marco legal MMDG).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Sobrecontratação das Distribuidoras – 2018

Em 16 de novembro, foi publicado o Despacho ANEEL nº 4.395, com os valores de exposição e sobrecontratação involuntárias dos agentes de distribuição referente ao ano de 2018.

Para as cinco distribuidoras da Neoenergia o montante aprovado foi “zero”. Esse resultado para o ano de 2018 foi conforme esperado, no entanto os critérios adotados pela Aneel não puderam ser confirmados em função da ausência de divulgação da planilha de cálculo com o detalhamento das regras adotadas pela agência. Tanto a ABRADDEE quanto as distribuidoras apresentaram recurso solicitando a memória de cálculo da agência uma vez que a metodologia adotada pode alterar a sobra involuntária a ser reconhecida para os anos subsequentes.

3.1.1.3. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

3.1.2. Transmissão

Receitas Anuais Permitidas (RAP) das Transmissoras para o ciclo 2022-2023

Em 4 de julho de 2023, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 3.216, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas para o ciclo 2023-2024.

Em 12 de dezembro, foi publicado o Despacho nº 4.675/2023 que apresenta as avaliações dos recursos administrativos interpostos em face da Resolução Homologatória ANEEL 3.216, de 4 de julho de 2023 e estabelece as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das Transmissoras para o ciclo 2023-2024. O valor da RAP foi reajustada em 5,56% com relação ao ciclo anterior. As principais razões do aumento são o índice de reajuste previsto nos contratos de concessão e os efeitos das revisões das receitas das concessionárias.

Obs.: No último trimestre de 2023 foram publicados os despachos abaixo e suas receitas previstas já estão contempladas na tabela acima:

- Despacho nº 3928/2023: autoriza a Afluente a implantar melhoria na SE Tomba. RAP prevista: 2.120.342,83;
- Despacho nº 4921/2023: autoriza a Neoenergia Guanabara a implantar reforço na Subestação Lagos. RAP prevista: 3.203.594,50.

Em 22 de setembro foi publicado o Despacho nº 3.455/2023 - SFF/ANEEL, pelo qual a SFF/ANEEL, anuiu previamente à operação de transferência de controle societário indireto da Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Sobral, SE Narandiba S.A e Neoenergia Rio Formoso, que passou a ser detido, de forma compartilhada, pela Neoenergia S.A. - e pela Warrington Investment PTE. LTD.

3.2. Geração

Regulamentação da Geração Offshore

Em 7 de dezembro de 2023, foi publicado pelo Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.932/2023, por meio do qual se pretende promover o desenvolvimento da geração de energia elétrica por meio de usinas offshore. A expectativa é que a Lei seja publicada em 2024.

Associação Complexo Eólico Chafariz e UFVs Luzia 2 e 3

Em fevereiro de 2023 foi celebrado o CUST Associação, com MUST total contratado de 471 MW para o complexo (EOL Chafariz + UFVs Luzia 2 e 3). As UFV Luzia 2 e 3, por serem 100% complementares ao Complexo EOL Chafariz, não ensejaram a necessidade de contratação de MUST adicional para a Associação. O MUST contratado entrou em vigor em 01.07.2023, assegurando diminuição de custos, eficiência nas instalações e a melhoria na rentabilidade dos projetos.

Regulamentação do Hidrogênio

Em 2023 foram apresentados vários projetos de lei para estabelecer o marco legal do hidrogênio no Brasil. Dois projetos de lei tiveram sua tramitação mais avançada, um deles com origem na Câmara dos Deputados (PL 2.308/2023) e outro no Senado (PL 5.816/2023). Ambos foram aprovados nas respectivas casas de origem e tramitam paralelamente, e não se sabe qual dos dois será aprovado. A expectativa é que o marco legal do hidrogênio seja publicado em 2024.

Em agosto de 2023, o MME anunciou o Plano de Trabalho Trienal do Programa Nacional do Hidrogênio (2023-2025), cujas atividades visam orientar as ações que devem ser implementadas, no âmbito federal, para promover o desenvolvimento da economia do hidrogênio no país nos próximos anos.

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Carbono

Ao longo de 2023, continuaram as discussões no âmbito legislativo sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Carbono e algumas iniciativas foram materializadas, como o Projeto de Lei 412/2022. O texto está em fase avançada de tramitação. O Projeto de Lei estabelece a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e a expectativa é que a Lei seja publicada em 2024.

Recomposição do Prazo de Outorga da UHE Dardanelos

Foi publicada, em 19 de dezembro de 2022, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.297/2022, referente à recomposição do prazo de outorga da UHE Dardanelos, solicitada em dezembro de 2020. O empreendimento, cuja data de início de suprimento pactuada no Leilão “A-5” de 2006 foi frustrada em decorrência do atraso na disponibilidade do sistema de transmissão, obteve o reconhecimento de excludente de responsabilidade à época da sua entrada em operação comercial.

A resolução acrescenta 220 dias ao termo final da outorga, que passa a vigorar até 11 de agosto de 2043. Essa resolução determinou também que a CCEE recalculasse a extensão da concessão decorrente da Lei nº 14.052/2020 considerando essa nova data. Em 17 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896, alterando a extensão da concessão em função da Lei nº 14.052 de 2.148 para 2.315 dias. Dessa forma, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2007-MME, alterando a vigência do contrato para 12 de dezembro de 2049.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Grupo Neoenergia possui três segmentos, que são apresentados da seguinte forma: (i) Redes – distribuição e transmissão; (ii) Renováveis – geração eólica, hidrelétrica e solar e (iii) Liberalizado – geração térmica e comercialização de energia.

4.1. Redes

4.1.1. Distribuidoras

4.1.1.1. Número de Consumidores

As distribuidoras da Neoenergia encerraram 2023 com 16,3 milhões de consumidores ativos. Em comparação com 2022, houve aumento de 314 mil de consumidores (+2%). A tabela a seguir reflete a quantidade de consumidores ativos ao final de 2023 por distribuidora.

Número de Consumidores (milhares)	4T23						4T22						VARIÇÃO					
	Consolidado	Neoenergia Cooel	Neoenergia Peranavice	Neoenergia Coom	Neoenergia Estro	Neoenergia Brisa	Consolidado	Neoenergia Cooel	Neoenergia Peranavice	Neoenergia Coom	Neoenergia Estro	Neoenergia Brisa	Consolidado	Neoenergia Cooel	Neoenergia Peranavice	Neoenergia Coom	Neoenergia Estro	Neoenergia Brisa
Residencial	14.533	5.913	3.647	1.390	2.541	1.043	14.215	5.767	3.555	1.365	2.494	1.034	318	145	92	25	46	9
Industrial	38	10	6	1	20	1	37	10	5	1	20	1	1	(0)	1	0	(0)	(0)
Comercial	1.111	441	228	112	209	119	1.098	434	228	110	208	119	13	8	1	2	2	0
Rural	499	191	124	49	126	10	520	202	130	51	126	10	(21)	(11)	(6)	(2)	(0)	(0)
Outros	171	70	34	28	32	6	168	69	33	28	31	6	3	1	0	1	1	(0)
Total	16.351	6.624	4.038	1.581	2.928	1.180	16.037	6.482	3.950	1.555	2.879	1.171	314	142	88	26	49	9

4.1.1.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (cativo + livre + GD) foi 18.969 GWh no 4T23 (+7,9% vs. 4T22) e 71.318 GWh em 2023 (+3,9% vs. 2022). Vale destacar que Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro, que passaram por revisões tarifárias em 2023, tiveram seus mercados de referência ajustados de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por distribuidora e por tipo de cliente são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	4T23	4T22	%	4T23	4T22	%	4T23	4T22	%	4T23	4T22	%	4T23	4T22	%	4T23	4T22	%
Residencial	2.078	1.925	7,9%	1.481	1.389	6,6%	613	591	3,7%	1.424	1.235	15,3%	709	641	10,6%	6.305	5.780	9,1%
Industrial	176	208	(15,4%)	88	104	(15,4%)	36	46	(21,7%)	233	269	(13,4%)	13	11	18,2%	545	638	(14,6%)
Comercial	734	753	(2,5%)	498	520	(4,2%)	191	205	(6,8%)	545	501	8,8%	389	382	1,8%	2.356	2.360	(0,2%)
Rural	745	522	42,7%	140	139	0,7%	129	132	(2,3%)	215	209	2,9%	37	39	(5,1%)	1.266	1.040	21,7%
Outros	693	665	4,2%	434	468	(7,3%)	159	158	0,6%	327	317	3,2%	350	330	6,1%	1.964	1.938	1,3%
Total Energia Distribuída (cativo)	4.426	4.073	8,7%	2.640	2.620	0,8%	1.128	1.131	(0,3%)	2.745	2.531	8,5%	1.498	1.403	6,8%	12.437	11.758	5,8%
Mercado Livre + Suprimento	1.492	1.379	8,2%	1.078	1.030	4,7%	417	385	8,3%	2.195	2.109	4,1%	370	328	12,8%	5.552	5.231	6,1%
Total Energia Distribuída (cativo + livre)	5.918	5.452	8,5%	3.718	3.650	1,9%	1.545	1.516	1,9%	4.940	4.640	6,5%	1.868	1.731	7,9%	17.989	16.989	5,9%
Energia de compensação GD	336	174	93,1%	176	152	15,8%	168	97	73,2%	197	112	75,9%	103	60	71,7%	980	595	64,7%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	6.254	5.626	11,2%	3.895	3.802	2,4%	1.712	1.613	6,1%	5.137	4.752	8,1%	1.972	1.790	10,2%	18.969	17.584	7,9%

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%
Residencial	7.918	7.536	5,1%	5.729	5.394	6,2%	2.417	2.350	2,9%	5.276	5.021	5,1%	2.549	2.448	4,1%	23.888	22.749	5,0%
Industrial	698	839	(16,8%)	360	445	(19,1%)	151	198	(23,7%)	960	1.125	(14,7%)	41	42	(2,4%)	2.211	2.648	(16,5%)
Comercial	2.912	2.989	(2,6%)	1.967	2.098	(6,2%)	779	821	(5,1%)	2.052	2.097	(2,1%)	1.439	1.466	(1,8%)	9.149	9.471	(3,4%)
Rural	2.370	2.102	12,7%	491	506	(3,0%)	409	397	3,0%	812	889	(8,7%)	139	144	(3,5%)	4.220	4.038	4,5%
Outros	2.662	2.569	3,6%	1.794	1.849	(3,0%)	619	608	1,8%	1.268	1.280	(0,9%)	1.316	1.290	2,0%	7.659	7.595	0,8%
Total Energia Distribuída (cativo)	16.560	16.035	3,3%	10.341	10.292	0,5%	4.374	4.374	-	10.368	10.411	(0,4%)	5.484	5.390	1,7%	47.127	46.502	1,3%
Mercado Livre + Suprimento	5.709	5.346	6,8%	4.027	3.954	1,8%	1.564	1.470	6,4%	8.305	8.285	0,2%	1.305	1.220	7,0%	20.911	20.276	3,1%
Total Energia Distribuída (cativo + livre)	22.269	21.381	4,2%	14.368	14.246	0,9%	5.938	5.844	1,6%	18.673	18.696	(0,1%)	6.789	6.610	2,7%	68.038	66.778	1,9%
Energia de compensação GD	1.039	544	91,0%	759	469	61,8%	532	290	83,4%	619	349	77,4%	331	195	69,7%	3.280	1.848	77,5%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	23.307	21.925	6,3%	15.127	14.715	2,8%	6.470	6.135	5,5%	19.291	19.046	1,3%	7.120	6.805	4,6%	71.318	68.626	3,9%

No 4T23, o consumo residencial apresentou aumento em todas as distribuidoras, consolidando 6.305 GWh, 9,1% acima do registrado no 4T22 e 23.888 GWh em 2023, +5,0% vs. 2022, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores e menor volume de chuvas, além do crescimento da base de clientes.

O consumo da classe industrial cativa reduziu 14,6% no 4T23 vs. 4T22 e 16,5% em 2023 vs. 2022. Entretanto, ao se incorporar ao desempenho desta classe o consumo livre, cresce +3,9% vs. 4T22 e +0,9% vs. 2022.

A classe comercial cativa consolidou 2.356 GWh no 4T23, em linha com o 4T22, e 9.149 GWh em 2023 (-3,4% vs. 2022).

A classe rural encerrou o trimestre com 1.266 GWh, +21,7% vs. 4T22, com destaque para Neoenergia Coelba que registrou crescimento de +42,7% no 4T23 vs. 4T22, devido ao menor volume de chuvas, o que gerou uma maior demanda de irrigação no 4T23. No ano essa classe encerrou em 4.220 GWh, +4,5% vs. 2022, explicado pelo mesmo motivo do trimestre.

As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) totalizaram 1.964 GWh no 4T23, +1,3% vs. 4T22, e 7.659 GWh em 2023, +0,8% vs. 2022, com destaque para a classe Poder Público.

4.1.1.3. Balanço Energético

A energia injetada total, incluindo GD, foi de 22.176 GWh no 4T23, +10,1% vs. 4T22, e de 82.411 GWh em 2023, +5,0% vs. 2022, influenciado por temperaturas superiores, menor volume de chuvas e pelo crescimento da base de clientes.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T23	4T22	4T23 x 4T22		2023	2022	2023 x 2022	
			Dif	%			Dif	%
CONSOLIDADO								
Mercado Cativo	12.437	11.758	679	5,8%	47.127	46.502	625	1,3%
Mercado Livre + Suprimento	5.552	5.231	321	6,1%	20.911	20.276	635	3,1%
Energia Distribuída (A)	17.989	16.989	1.000	5,9%	68.038	66.778	1.260	1,9%
Energia Perdida (B)	2.636	2.273	363	16,0%	9.857	9.334	523	5,6%
Não Faturado (C)	322	81	241	297,5%	447	(6)	453	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	20.948	19.341	1.604	8,3%	78.341	76.107	2.234	2,9%
Energia Injetada pela GD (E)	1.228	794	434	54,7%	4.070	2.366	1.705	72,0%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	22.176	20.135	2.041	10,1%	82.411	78.473	3.938	5,0%
								
Mercado Cativo	4.426	4.073	353	8,7%	16.560	16.035	525	3,3%
Mercado Livre + Suprimento	1.492	1.379	113	8,2%	5.709	5.346	363	6,8%
Energia Distribuída (A)	5.918	5.452	466	8,5%	22.269	21.381	888	4,2%
Energia Perdida (B)	1.089	919	170	18,5%	4.003	3.666	337	9,2%
Não Faturado (C)	166	(58)	224	N/A	254	32	222	693,8%
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	7.174	6.313	860	13,6%	26.526	25.080	1.446	5,8%
Energia Injetada pela GD (E)	422	266	156	58,6%	1.347	747	599	80,3%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	7.596	6.579	1.017	15,5%	27.873	25.827	2.046	7,9%
								
Mercado Cativo	2.640	2.620	20	0,8%	10.341	10.292	49	0,5%
Mercado Livre + Suprimento	1.078	1.030	48	4,7%	4.027	3.954	73	1,8%
Energia Distribuída (A)	3.718	3.650	68	1,9%	14.368	14.246	122	0,9%
Energia Perdida (B)	789	674	114	17,1%	2.996	2.835	161	5,7%
Não Faturado (C)	82	122	(40)	(32,8%)	39	53	(14)	(26,4%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	4.589	4.446	142	3,2%	17.403	17.135	268	1,6%
Energia Injetada pela GD (E)	296	188	107	57,4%	990	553	437	79,0%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	4.885	4.634	251	5,4%	18.393	17.688	705	4,0%

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T23	4T22	4T23 x 4T22		2023	2022	2023 x 2022	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	1.128	1.131	(3)	(0,3%)	4.374	4.374	0	-
Mercado Livre + Suprimento	417	385	31	8,3%	1.564	1.470	94	6,4%
Energia Distribuída (A)	1.545	1.516	29	1,9%	5.938	5.844	94	1,6%
Energia Perdida (B)	142	139	3	2,2%	537	546	(9)	(1,6%)
Não Faturado (C)	21	37	(16)	(43,2%)	(7)	(24)	17	(70,8%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.708	1.692	16	0,9%	6.468	6.366	102	1,6%
Energia Injetada pela GD (E)	179	124	55	44,4%	610	368	242	65,8%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	1.887	1.816	71	3,9%	7.078	6.734	344	5,1%
								
Mercado Cativo	2.745	2.531	214	8,5%	10.368	10.411	(43)	(0,4%)
Mercado Livre + Suprimento	2.195	2.109	86	4,1%	8.305	8.285	20	0,2%
Energia Distribuída (A)	4.940	4.640	300	6,5%	18.673	18.696	(23)	(0,1%)
Energia Perdida (B)	401	347	54	15,6%	1.441	1.399	43	3,0%
Não Faturado (C)	65	5	60	1200%	166	(63)	229	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	5.406	4.991	414	8,3%	20.280	20.032	248	1,2%
Energia Injetada pela GD (E)	222	149	73	49,0%	743	452	291	64,4%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.628	5.140	488	9,5%	21.023	20.484	539	2,6%
								
Mercado Cativo	1.498	1.403	95	6,8%	5.484	5.390	94	1,7%
Mercado Livre + Suprimento	370	328	43	12,8%	1.305	1.220	85	7,0%
Energia Distribuída (A)	1.868	1.731	137	7,9%	6.789	6.610	179	2,7%
Energia Perdida (B)	215	194	21	10,8%	880	888	(9)	(0,9%)
Não Faturado (C)	(12)	(25)	13	(52,0%)	(5)	(4)	0	25,0%
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	2.071	1.899	171	9,1%	7.664	7.494	170	2,3%
Energia Injetada pela GD (E)	109	67	42	62,7%	380	246	135	54,5%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.180	1.966	214	10,9%	8.044	7.740	304	3,9%

NOTA: Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.1.1.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel 23
Neoenergia Coelba	10,61%	10,48%	10,47%	10,52%	10,49%	4,01%	4,27%	4,13%	4,53%	5,56%	14,63%	14,75%	14,60%	15,04%	16,05%	15,20%
Neoenergia Pernambuco	8,60%	8,65%	8,73%	8,89%	9,00%	7,98%	8,04%	8,09%	8,29%	8,44%	16,58%	16,69%	16,82%	17,18%	17,44%	15,25%
Neoenergia Cosern	8,28%	8,11%	8,14%	8,07%	7,91%	-0,17%	-0,01%	-0,12%	0,34%	0,28%	8,12%	8,10%	8,02%	8,41%	8,19%	10,43%
Neoenergia Elektro	5,98%	5,99%	6,03%	5,99%	5,94%	0,60%	0,96%	0,99%	1,52%	1,99%	6,57%	6,95%	7,01%	7,52%	7,93%	7,90%
Neoenergia Brasília	8,22%	8,30%	8,23%	8,29%	8,16%	3,21%	2,79%	2,65%	2,93%	3,26%	11,42%	11,09%	10,88%	11,22%	11,42%	11,78%

DISTRIBUIDORAS	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel 23
Neoenergia Coelba	2.662	2.655	2.660	2.699	2.783	1.006	1.081	1.050	1.162	1.475	3.668	3.736	3.710	3.860	4.257	3.982
Neoenergia Pernambuco	1.474	1.481	1.498	1.535	1.567	1.367	1.376	1.387	1.431	1.469	2.842	2.857	2.885	2.966	3.035	2.586
Neoenergia Cosern	527	515	520	521	512	(11)	(1)	(8)	22	18	517	515	513	543	530	690
Neoenergia Elektro	1.197	1.188	1.190	1.190	1.204	120	191	195	303	403	1.317	1.379	1.385	1.493	1.607	1.602
Neoenergia Brasília	616	623	614	621	625	240	210	198	220	250	856	833	812	841	875	905

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2023 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2022 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) A tabela normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021 a partir do 3T22 até 2T23, sendo nulo o impacto a partir do 3T23. (3) Limite regulatório 12 meses.

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 16,05% no 4T23, impulsionadas, excepcionalmente, pelas elevadas temperaturas no trimestre que fizeram a carga ser 15,5% maior que a carga do 4T22, fazendo com que a energia Não Faturada aumentasse, afetando o indicador. Tal impacto no indicador foi de +0,96 p.p. Expurgando este efeito, o indicador seria de 15,09%, abaixo do limite regulatório, de 15,20%. Vale destacar que o efeito do Não Faturado não impacta no Resultado Econômico da Companhia.

Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais 12 meses encerraram o 4T23 em 17,44%, ainda acima do patamar regulatório de 15,25%. Vale destacar, o impacto de +0,19 p.p. referente a migração de um grande cliente para rede básica.

A Neoenergia Elektro encerrou o 4T23 em 7,93%, em linha com o seu patamar regulatório, tendo sido também impactada pela onda de calor do 4T23, que aumentou sua carga em 9,5% frente ao 4T22 e teve reflexos num maior volume de energia Não Faturada.

Já as perdas totais 12 meses na Neoenergia Cosern encerraram o período em 8,19%, abaixo do limite regulatório de 10,43%.

Por fim, a Neoenergia Brasília registrou perdas totais 12 meses de 11,42% no 4T23, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 11,78%.

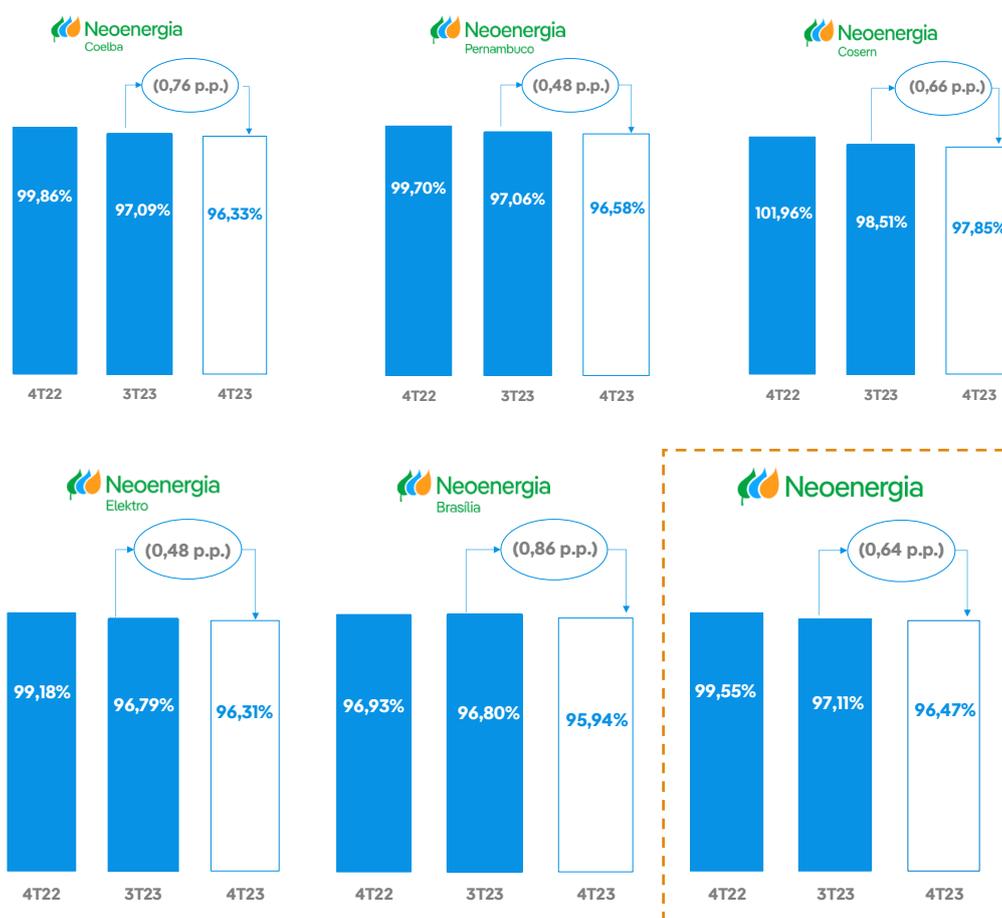
Em 2023 foram adotadas as seguintes ações de combate a perdas nas 5 distribuidoras:

- i. Realização de mais de 369 mil inspeções, recuperando mais de 452 GWh;

- ii. Substituição de mais de 267 mil medidores obsoletos por equipamentos mais modernos;
- iii. Regularização de mais de 148 mil clandestinos;
- iv. Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em 400 mil pontos, recuperando mais de 41 GWh; e
- v. Realização de 443 ações com apoio policial.

4.1.1.5. Arrecadação e Inadimplência

Os gráficos abaixo retratam o índice de arrecadação que é a razão entre a arrecadação dos últimos 12 meses sobre contas vencidas sobre o faturamento 12 meses da Neoenergia.



Com base nos gráficos acima, verificamos uma leve queda em relação ao 3T23 explicada pelo descasamento pontual entre o faturamento, que contempla uma receita maior no trimestre em razão de maiores temperaturas, e a arrecadação, que irá refletir parte deste impacto no trimestre subsequente. A taxa de arrecadação consolidada, foi de 96,47%.

Os indicadores de arrecadação e a PECLD do 4T23 das distribuidoras foram impactados pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 12 milhões. Vale destacar que a Neoenergia Elektro teve impacto negativo no trimestre na ordem de R\$ 3 milhões pela recuperação judicial de grandes clientes.

PECLD/ ROB	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22 x 4T23	Limite Regulatório
 <i>ROB</i>	3.502	4.013	4.030	3.972	4.565	30,34%	4.565
<i>PECLD</i>	45	56	81	52	41	(8,04%)	53
Inadimplência	1,28%	1,39%	2,01%	1,30%	0,91%	(0,38 p.p.)	1,15%
 <i>ROB</i>	2.222	2.253	2.277	2.204	2.488	11,95%	2.488
<i>PECLD</i>	38	75	60	51	53	40,54%	41
Inadimplência	1,70%	3,32%	2,64%	2,32%	2,13%	0,43 p.p.	1,66%
 <i>ROB</i>	939	917	934	942	1.021	8,77%	1.021
<i>PECLD</i>	3	2	(4)	4	5	48,74%	5
Inadimplência	0,36%	0,25%	(0,43%)	0,38%	0,50%	0,13 p.p.	0,53%
 <i>ROB</i>	2.672	2.847	2.540	2.753	3.171	18,68%	3.171
<i>PECLD</i>	30	36	26	15	36	21,11%	18
Inadimplência	1,13%	1,27%	1,03%	0,55%	1,15%	0,02 p.p.	0,57%
 <i>ROB</i>	1.122	1.130	1.156	1.216	1.443	28,61%	1.443
<i>PECLD</i>	9	13	10	13	13	48,93%	8
Inadimplência	0,76%	1,12%	0,82%	1,07%	0,88%	0,12 p.p.	0,53%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

No 4T23 foram adotadas diversas ações de cobrança nas 5 distribuidoras com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- i. Realização de 499 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas, mapeando a localização dos clientes com maior incidência de inadimplência para otimizar as ações;
- ii. Acompanhamentos de 165 mil instalações de clientes que sofreram suspensão do fornecimento;
- iii. Negativações de 1,9 milhões consumidores;
- iv. Protesto de mais de 68 mil títulos através dos cartórios e envio de notificações;
- v. 4,7 milhões cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- vi. Cobranças telefônicas totalizando 72 milhões contatos através de SMS e URA;
- vii. Cobrança por e-mail totalizando 78 milhões acionamentos;
- viii. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
- ix. Utilização de novas tecnologias com o objetivo de disponibilizar a opção de pagamento das faturas de energia por meio do cartão de débito ou de crédito;
- x. Negociações para 305 mil consumidores através da plataforma digital;
- xi. Notificação de 78 mil clientes através do Whatsapp;

- xii. Quitações de dívidas para aproximadamente 26,5 mil consumidores, contempladas no Programa Desenrola do Governo Federal.

4.1.1.6. DEC e FEC (12 meses)

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição. As 5 distribuidoras estão abaixo do limite regulatório tanto para o DEC quanto para o FEC.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2022 foram ajustados para a apuração definitiva.

4.1.2. Transmissoras

4.1.2.1. Ativos de Transmissão em operação

No 4T23, estavam em operação dez ativos de transmissão (Afluente T, Narandiba, Potiguar Sul, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Dourados, Jalapão, Santa Luzia e Rio Formoso). Em 2023, ocorreu o anúncio e *closing* da operação de venda de participação societária de 50% em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Narandiba e Rio Formoso) para o GIC, com entrada de R\$ 1,1 bilhão de caixa, no 3T23.

Leilão	Lote	Nome	Localização	Extensão (Km)	Subestação	RAP ² (R\$ MM)	Entrada em Operação	Taxa de Disponibilidade da Linha (%)				
								2019	2020	2021	2022	2023
-	-	Afluente T	BA	489	3 subestações	67	1990	99,88	99,97	99,83	99,90	99,96
Leilão Jun/08	E	Narandiba ¹	BA	-	1 subestação	16	Jun/11	99,94	99,97	99,98	99,95	99,86
Leilão Jun/11	G	Extremoz II ¹		-	1 subestação	5	Set/14	100,00	100,00	99,98	99,95	99,86
Leilão Mai/12	D	Brumado II ¹	RN	-	1 subestação	6	Jul/15	99,94	99,97	99,98	99,95	99,86
Leilão Jan/13	G	Potiguar Sul	RN/PB	190	-	33	Nov/16	99,68	99,93	99,98	99,91	99,58
Leilão Abr/17	4	Dourados	MS	581	1 subestação	89	Ago/21	-	-	99,98	99,99	99,99
	20	Atibaia	SP	-	1 subestação	18	Dez/19	-	99,99	99,90	100,00	99,90
	22	Biguaçu	SC	-	1 subestação	18	Jul/20	-	100,00	99,92	99,97	99,96
	27	Sobral	CE	-	1 subestação	17	Jan/20	-	100,00	99,98	99,99	99,48
Leilão Dez/17	6	Santa Luzia	CE/PB	345	1 subestação	77	Nov/21	-	-	-	100,00	99,99
	4	Jalapão	BA/TO/PI/MA	728	-	169	Jan/22	-	-	-	99,99	99,98
Leilão Dez/19	9	Rio Formoso	BA	210	2 subestações	23	Jan/23	-	-	-	-	99,63

NOTA: Afluente T foi oriunda do processo de desverticalização da Neoenergia Coelba.

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II.

² RAP homologada (Ciclo 2023-2024) após Despacho n° 4.675/2023.

O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos cinco anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pelo ONS, conforme tabela acima.

4.1.2.2. Licenças Ambientais e Evolução da Construção dos Ativos de Transmissão

Status dos Projetos de Transmissão			LICENÇAS			RAP (I)	CAPEX Aneel	Entrada em Operação (Aneel)	Fim da Concessão
			LP	LI	LO	R\$ (MM)	R\$ (MM)		
Leilão Dez/2018	Lote 2 Guanabara	86%	✓	✓	▲	158	1.331	Mar/24	Mar/49
	Lote 3 Itabapoana	100%	✓	✓	●	91	754	Mar/24	Mar/49
	Lote 1 Vale do Itajaí	72%	✓	✓	■	257	2.792	Mar/24	Mar/49
	Lote 14 Lagoa dos Patos	74%	■	■	■	160	1.215	Mar/24	Mar/49
Leilão Dez/2020	Lote 2 Morro do Chapéu	71%	✓	✓	▲	209	1.997	Mar/26	Mar/51
Leilão Dez/2021	Lote 4 Estreito	71%	N/A	N/A	N/A	43	661	Mar/26	Mar/52
Leilão Jun/2022	Lote 2 Alto Paranaíba	3%	■	■	▲	395	4.938	Set/27	Set/52
	Lote 11 Paraíso	68%	✓	✓	▲	42	499	Set/26	Set/52

(I) RAP ciclo 2023/2024 após Despacho nº 4.675/2023.

Concluído	✓
Concluído parcialmente	■
Em andamento	●
A iniciar	▲

LP = Licença Prévia
LI = Licença de Instalação
LO = Licença de Operação

Segue o status dos lotes em construção:

Leilão de Dezembro/2018:

- Lote 1 (Vale do Itajaí) – Licenças emitidas para todas as subestações e linhas de transmissão. Obras em andamento. Conclusão da SE Indaial e dos trechos LT Rio do Sul – Indaial e LT Indaial – Gaspar 2, com liberação de 9% da RAP. Previsão de liberação total da RAP até IT25.
- Lote 2 (Guanabara) – Licenças emitidas para todas as subestações e linhas de transmissão. Obras em andamento com entrada parcial no IS24 e liberação integral da RAP prevista para 2024.
- Lote 3 (Itabapoana) – Obras finalizadas, aguardando LO por parte do Ibama para energização e liberação de RAP.
- Lote 14 (Lagoa dos Patos) – 100% da RAP liberada, exceto trecho 1, cujas obras só serão iniciadas quando a Aneel prover uma solução, uma vez que a licença prévia não foi concedida para o trecho.

Leilão de Dezembro/2020:

- Lote 2 (Morro do Chapéu) – Licenças emitidas para todos os trechos com obras em andamento. Entregas parciais no 4T23 e liberação integral da RAP ao longo de 2024, de acordo com o *business plan*.

Leilão de Dezembro/2021:

- Lote 4 (Estreito) - Emitida dispensa de licenciamento pelo órgão ambiental e obras em andamento. Entrega prevista para IS24, conforme *business plan*.

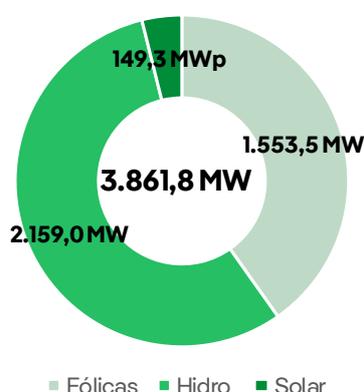
Leilão de Junho/2022:

- Lote 2 (Alto Paranaíba) – LP Ibama emitida sem condicionantes, LP/LI estadual prevista para fevereiro de 2024. Início das obras para março de 2024.
- Lote 11 (Paraíso) – Obras já iniciadas. Entrada em operação prevista para o 1S24, atecipando o *business plan*.

4.2. Renováveis

Os ativos em operação totalizam 44 parques eólicos, 5 usinas hidrelétricas e 2 parques solares.

Capacidade Instalada Atual



4.2.1. Parques Eólicos e Solares

A Companhia encerrou o 2023 com 44 parques eólicos em operação, com capacidade instalada de 1.554 MW e 2 parques solares (Complexo Solar Luzia), com capacidade instalada de 149 MWp.

O portfólio de ativos eólicos e solares de 1,7 GW possui 51% destinados ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 49% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), alinhado com a estratégia de posicionamento na liberalização do mercado de energia brasileiro.

No 4T23 a energia eólica e solar gerada foi de 1.452 GWh, 35,42% acima do 4T22, e no ano a geração foi de 5.219 GWh, +32,66% vs. 2022. Destaque para a entrada em operação do Complexo Eólico de Oitis e do Complexo Solar Luzia em 2023. A disponibilidade no trimestre foi acima de 97%.

Eólicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
EOL Caetité 1	100%	BA	Caetité	30,0	13,00	29/10/2012	28/10/2042
EOL Caetité 2	100%	BA	Caetité	30,0	14,70	07/02/2011	06/02/2046
EOL Caetité 3	100%	BA	Caetité	30,0	11,20	24/02/2011	23/02/2046
EOL Calango 1	100%	RN	Bodó e Santana do Mato	30,0	13,90	28/04/2011	27/04/2046
EOL Calango 3	100%	RN	Bodó, Santana do Mato e Lagoa Nova	30,0	13,90	30/05/2011	29/05/2046
EOL Rio do Fogo (ENERBRASIL)	100%	RN	Rio do Fogo	49,3	17,90	19/12/2001	18/12/2031
EOL Arizona 1	100%	RN	Rio do Fogo	28,0	12,90	04/03/2011	03/03/2046
EOL Mel 2	100%	RN	Areia Branca	20,0	8,80	28/02/2011	27/02/2046
EOL Calango 6	100%	RN	Bodó e Cerro Corá	30,0	18,50	20/11/2014	19/11/2049
EOL Santana 1	100%	RN	Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá	30,0	17,30	14/11/2014	13/11/2049
EOL Santana 2	100%	RN	Bodó e Lagoa Nova	24,0	13,10	14/11/2014	13/11/2049
EOL Calango 2	100%	RN	Bodó	30,0	12,80	09/05/2011	08/05/2046
EOL Calango 4	100%	RN	Bodó	30,0	13,50	19/05/2011	18/05/2046
EOL Calango 5	100%	RN	Bodó	30,0	13,70	02/06/2011	01/06/2046
EOL Canoas	100%	PB	São José do Sabugi e Junco do Seridó	31,5	17,70	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	31,5	15,60	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 1	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	31,5	16,30	04/08/2015	03/08/2050
Complexo Chafariz	100%	PB	São José do Sabugi, Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede	471,2	232,9	Entre 21/06/2018 e 05/02/2019	Entre 20/06/2053 e 04/02/2054
Chafariz 1	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,2	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 2	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,4	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 3	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,8	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 4	100%	PB	Santa Luzia e Areia de Baraúnas	34,7	17,8	05/02/2019	04/02/2054
Chafariz 5	100%	PB	Santa Luzia	34,7	16,6	05/02/2019	04/02/2054
Chafariz 6	100%	PB	Santa Luzia	31,2	15,2	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 7	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,3	21/06/2018	20/06/2053
Lagoa 3	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	17,2	26/06/2018	25/06/2053
Lagoa 4	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	20,8	10,2	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,3	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 3	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,8	05/02/2019	04/02/2054
Canoas 4	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	16,5	26/06/2018	25/06/2053
Ventos De Arapuá 1	100%	PB	Areia de Baraúnas	24,3	11,63	05/02/2019	04/02/2054
Ventos De Arapuá 2	100%	PB	Areia de Baraúnas, São Mamede e Santa Luzia	34,7	17,2	05/02/2019	04/02/2054
Ventos De Arapuá 3	100%	PB	Areia de Baraúnas e São Mamede	13,9	5,8	05/02/2019	04/02/2054
Complexo Oitis	100%	PI/BA	Dom Inocêncio e Casa Nova	566,5	274,1	Entre 29/11/2019 e 24/12/2019	Entre 28/11/2054 e 23/12/2054
Oitis 1	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	26,1	29/11/2019	28/11/2054
Oitis 2	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	27,5	14,26	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 3	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,50	24,4	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 4	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,50	24	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 5	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	23,8	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 6	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,50	24,3	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 7	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	25,6	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 8	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	25,5	29/11/2019	28/11/2054
Oitis 21	100%	PI/BA	Casa Nova	44,00	20,8	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 22	100%	PI/BA	Casa Nova	49,50	22,22	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 9	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,50	21,9	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 10	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	21,2	24/12/2019	23/12/2054

Fotovoltaicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MWp)	Energia Assegurada (MWm)	Data da Concessão	Fim da Concessão
LUZIA 2	100%	PB	Santa Luzia	74,65	17,3	29/05/2020	29/05/2055
LUZIA 3	100%	PB	Santa Luzia	74,65	17,3	29/05/2020	29/05/2055

4.2.2. Hidrelétricas

A Neoenergia encerrou 2023 com participação em 5 usinas hidrelétricas (com participação direta e indireta): Itapebi, Corumbá, Dardanelos, Baixo Iguaçu e Belo Monte.

Em 2023 ocorreu o *closing* da operação de Permuta de Ativos entre a Neoenergia e a Eletrobras, que resultou na consolidação de 100% da hidrelétrica de Dardanelos e no desinvestimento em Teles Pires e Baguari.

Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
						Autorização	
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462,0	202,1	28/05/1999	15/05/2039
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96,5	47	07/11/2001	22/04/2040
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	100%	MT	Rio Aripuanã	261,0	147,2	03/07/2007	19/11/2048
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11.233,1	4.571,0	26/08/2010	10/07/2046
Baixo Iguaçu - Geração Céu Azul	70%	PR	Rio Iguaçu	350,2	172,4	20/08/2012	03/12/2049

NOTA: Em 17 de setembro de 2021, a Aneel homologou uma extensão dos prazos de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 13 de dezembro de 2022, a Aneel postergou em 220 dias o prazo de concessão da UHE Dardanelos, pela resolução autorizativa nº 13.297.

4.3. Liberalizado

4.3.1. Termopernambuco

A Termopernambuco é uma térmica inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas). Possui PPAs com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW) com duração até 2024, que garantem a receita da usina. Tem capacidade instalada de 533 MW e energia assegurada de 504 MW. Vale lembrar que a Termopernambuco, sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade em dezembro de 2021, onde foi vendida toda sua capacidade disponível, de 498 MW, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.

No 4T23 a Termopernambuco gerou 85 GWh de energia, enquanto no ano anterior não houve geração. O resultado segue preservado pelos contratos de venda e sua estrutura de custos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida (1)	11.136	10.921	215	2%	42.388	40.822	1.566	4%
Custos Com Energia (2)	(7.275)	(7.093)	(182)	3%	(27.868)	(25.960)	(1.908)	7%
Margem Bruta s/VNR	3.861	3.828	33	1%	14.520	14.862	(342)	(2%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	245	429	(184)	(43%)	1.222	1.339	(117)	(9%)
MARGEM BRUTA	4.106	4.257	(151)	(4%)	15.742	16.201	(459)	(3%)
Despesa Operacional	(1.018)	(1.118)	100	(9%)	(3.997)	(3.932)	(65)	2%
PECLD	(143)	(120)	(23)	19%	(632)	(505)	(127)	25%
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(90)	(184)	94	(51%)	1.246	(182)	1.428	N/A
EBITDA	2.855	2.835	20	1%	12.359	11.582	777	7%
Depreciação	(676)	(611)	(65)	11%	(2.560)	(2.243)	(317)	14%
Resultado Financeiro	(1.137)	(947)	(190)	20%	(4.843)	(3.800)	(1.043)	27%
IR/CS	(53)	(323)	270	(84%)	(429)	(752)	323	(43%)
Minoritário	(16)	(18)	2	(11%)	(66)	(69)	3	(4%)
LUCRO LÍQUIDO	973	936	37	4%	4.461	4.718	(257)	(5%)

(1) Considera Receita de Construção

(2) Considera Custos de Construção

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Bruta.

A Neoenergia encerrou o 4T23 com Margem Bruta de R\$ 4.106 milhões (-4% vs. 4T22), impactada negativamente por menor VNR devido a menor inflação e menor margem de Termopernambuco, amenizado pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Reajuste Tarifário de 2022 da Neoenergia Brasília, vigente a partir do início de novembro/22 (variação da parcela B: +5,2%); (iv) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (v) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); e (vi) melhor resultado em Renováveis devido consolidação de Dardanelos a partir de setembro de 2023 e da conclusão dos Complexos Eólico Oitis e Solar Luzia.

No ano, a Margem Bruta foi de R\$ 15.742 milhões (-3% vs. 2022), impactada negativamente pela menor margem de transmissão, devido aos ajustes não recorrente via IFRS 15, por menor VNR e pela menor margem de Termopernambuco, e positivamente, pelos seguintes efeitos: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Reajustes Tarifários de 2022 de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern vigentes a partir do final de abril/22 (variação da parcela B: +14,14%, +14,82% e +14,75% respectivamente), da Neoenergia Elektro, vigente a partir do final de agosto/22 (variação da parcela B: +9,32%) e da Neoenergia Brasília, vigente a partir do início de novembro/22 (variação da parcela B: +5,2%); (iv) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (v) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 com variação da parcela B: +7,14%; e (vi) melhor resultado em Renováveis devido à entrada em operação do Complexo Eólico Oitis e do Complexo Solar Luzia e da consolidação de Dardanelos, a partir de setembro de 2023.

As despesas operacionais somaram R\$ 1.018 milhões no 4T23 (-9% vs. 4T22) e R\$ 3.997 milhões em 2023 (+2% vs. 2022). O trimestre foi impactado por efeitos pontuais de reversão no plano de saúde na Neoenergia Coelba (+R\$ 50 milhões) e reversão de contencioso na Neoenergia Brasília (+R\$ 39 milhões), além da consolidação de Dardanelos desde set/23 (-R\$ 15 milhões), desconsiderando estes efeitos e os novos negócios, a variação é de -2% vs. 4T22 e de +3% vs. 2022, abaixo da inflação e absorvendo o maior número de clientes.

A PECLD foi de R\$ 143 milhões no 4T23 (+R\$ 23 milhões vs. 4T22) e de R\$ 632 milhões em 2023 (+R\$ 127 milhões vs. 2022), impactada negativamente pelo efeito não recorrente dos pedidos de falência de grandes clientes. No trimestre, a PECLD das distribuidoras foi impactada pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 12 milhões.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T23 destacamos -R\$ 166 milhões de ajuste a valor justo referente a classificação de Itabapoana (lote 3 do leilão de dez/18) como ativo não circulante mantido para venda com base no recebimento de oferta indicativa não vinculante, e +R\$ 52 milhões referente à operação de permuta de ativos com a Eletrobras, relativos à Dardanelos. Adicionalmente, a partir do 4T23, os 8 ativos de transmissão da operação com GIC passaram a ser contabilizados como equivalência patrimonial e contribuíram em +R\$ 30 milhões para o resultado do trimestre. No 4T22 destacamos -R\$ 201 milhões referente a operação de permuta com a Eletrobras e +R\$ 20 milhões relativos a Dardanelos, que era contabilizado via equivalência patrimonial.

Já em 2023, destacam-se -R\$ 364 milhões referentes a operação corporativa das transmissoras, +R\$ 1.555 milhões no âmbito da operação de permuta de ativos, +R\$ 30 milhões dos ativos de transmissão que passam a vir por equivalência patrimonial e +R\$ 45 milhões de Dardanelos também da equivalência até set/23. Em 2022 tivemos -R\$ 201 milhões referente a operação de permuta com a Eletrobras e os resultados que vinham por equivalência de Dardanelos (+R\$ 63 milhões) e Teles Pires (-R\$ 54 milhões).

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 2.855 milhões no 4T23, em linha com o 4T22, e de R\$ 12.359 milhões em 2023, (+7% vs. 2022). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 3.006 milhões no 4T23 (+21% vs. 4T22) e R\$ 10.624 milhões em 2023 (+10% vs. 2022).

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.137 milhões no 4T23, pior em R\$ 190 milhões vs. 4T22. Já em 2023 foi de -R\$ 4.843 milhões, maior em R\$ 1.043 milhões vs. 2022. Essa variação é explicada, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, além do aumento do saldo médio da dívida devido às captações direcionadas para Capex de novos projetos de transmissão, eólico e solar, além das distribuidoras.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 53 milhões, -84% vs. 4T22, em virtude da declaração de JSCP no 4T23. No ano foi de -R\$ 429 milhões, -43% vs. 2022, por conta do incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício, ajustado no 2T23 na ordem de +R\$ 128 milhões, além dos créditos decorrentes do *one-off* do IFRS15 da transmissão. No 3T22 ocorreu a baixa do passivo diferido, decorrente da incorporação da Bahia PCH III pela Neoenergia Brasília, no montante de R\$ 678 milhões.

O lucro líquido encerrou o trimestre em R\$ 973 mil (+4% vs. 4T22) e o ano em R\$ 4.461 milhões (-5% vs. 2022).

5.2. Redes

O resultado do segmento de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão.

DRE REDES (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	10.718	10.475	243	2%	40.802	39.218	1.584	4%
Custos Com Energia	(7.516)	(7.233)	(283)	4%	(28.652)	(26.908)	(1.744)	6%
Margem Bruta s/ VNR	3.202	3.242	(40)	(1%)	12.150	12.310	(160)	(1%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	245	429	(184)	(43%)	1.222	1.339	(117)	(9%)
Margem Bruta	3.447	3.671	(224)	(6%)	13.372	13.649	(277)	(2%)
Despesa Operacional	(811)	(889)	78	(9%)	(3.263)	(3.243)	(20)	1%
PECLD	(139)	(119)	(20)	17%	(627)	(500)	(127)	25%
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(141)	-	(141)	N/A	(334)	-	(334)	N/A
EBITDA	2.356	2.663	(307)	(12%)	9.148	9.906	(758)	(8%)
Depreciação	(502)	(471)	(31)	7%	(1.932)	(1.695)	(237)	14%
Resultado Financeiro	(1.058)	(857)	(201)	23%	(4.354)	(3.146)	(1.208)	38%
IR CS	(104)	(281)	177	(63%)	(302)	(477)	175	(37%)
LUCRO LÍQUIDO	692	1.054	(362)	(34%)	2.560	4.588	(2.028)	(44%)

O segmento de Redes encerrou o 4T23 com Margem Bruta de R\$ 3.447 milhões (-6% vs. 4T22), impactada negativamente por menor VNR devido a menor inflação, amenizado pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Reajuste Tarifário de 2022 da Neoenergia Brasília, vigente a partir do início de novembro/22 (variação da parcela B: +5,2%); (iv) das Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (v) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%).

No ano, a Margem Bruta foi de R\$ 13.372 milhões (-2% vs. 2022), impactada negativamente pela menor margem de transmissão, devido aos ajustes não recorrente via IFRS 15 e por menor VNR, e positivamente, pelos seguintes efeitos: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Reajustes Tarifários de 2022 de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern vigentes a partir do final de abril/22 (variação da parcela B: +14,14%, +14,82% e +14,75% respectivamente), da Neoenergia Elektro, vigente a partir do final de agosto/22 (variação da parcela B: +9,32%) e da Neoenergia Brasília, vigente a partir do início de novembro/22 (variação da parcela B: +5,2%); (iv) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; e (v) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 com variação da parcela B: +7,14%.

As despesas operacionais somaram R\$ 811 milhões no 4T23 (-9% vs. 4T22) e R\$ 3.263 milhões em 2023 (+1% vs. 2022). O trimestre foi impactado por efeitos pontuais de reversão no plano de saúde na Neoenergia Coelba (+R\$ 50 milhões) e reversão de contencioso na Neoenergia Brasília (+R\$ 39 milhões), desconsiderando estes efeitos, a variação é de +1% vs. 4T22 e de +3% vs. 2022, abaixo da inflação e absorvendo o maior número de clientes.

A PECLD foi de R\$ 139 milhões no 4T23, (+R\$ 20 milhões vs. 4T22) e de R\$ 627 milhões em 2023 (+R\$ 127 milhões vs. 2022), impactada negativamente pelo efeito não recorrente dos pedidos de falência de grandes clientes. No trimestre, a PECLD das distribuidoras foi impactada pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 12 milhões.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T23 destacamos -R\$ 166 milhões de ajuste a valor justo referente a classificação de Itabapoana (lote 3 do leilão de dez/18) como ativo não circulante mantido para venda com base no recebimento de oferta indicativa não vinculante e +R\$ 30 milhões dos 8 ativos de transmissão da operação com GIC que passaram a ser contabilizados como equivalência patrimonial. Já em 2023, destacam-se -R\$ 364 milhões

referentes a operação corporativa das transmissoras e os +R\$ 30 milhões de equivalência patrimonial dos ativos de transmissão.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 2.356 milhões no 4T23 (-12% vs. 4T22) e de R\$ 9.148 milhões em 2023 (-8% vs. 2022). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 2.565 milhões no 4T23 (+21% vs. 4T22) e R\$ 8.967 milhões em 2023 (+15% vs. 2022), reflexo do crescimento de mercado, boa performance operacional e disciplina de gastos.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 104 milhões, -63% vs. 4T22, em virtude da declaração de JSCP no 4T23. No ano foi de -R\$ 302 milhões, -37% vs. 2022, por conta do incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício, ajustado no 2T23, além dos créditos decorrentes do *one-off* do IFRS15 da transmissão. No 3T22 ocorreu a baixa do passivo diferido, decorrente da incorporação da Bahia PCH III, pela Neoenergia Brasília, no montante de R\$ 678 milhões.

O segmento de Redes teve lucro líquido de R\$ 692 milhões no 4T23 (-34% vs. 4T22) e de R\$ 2.560 em 2023 (-44% vs. 2022), impactado pelo *one-off* no IFRS15 na Transmissão e o efeito não recorrente da incorporação do ágio da aquisição de Neoenergia Brasília em 2022, no montante de R\$ 678 milhões.

DRE TRANSMISSÃO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	882	1.358	(476)	(35%)	3.404	3.895	(491)	(13%)
Custos de Construção	(1.074)	(1.101)	27	(2%)	(3.459)	(2.620)	(839)	32%
Margem Bruta	(192)	257	(449)	(175%)	(55)	1.275	(1.330)	(104%)
Despesa Operacional	(35)	(44)	9	(20%)	(178)	(153)	(25)	16%
PECLD	-	-	-	-	(1)	-	(1)	N/A
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(141)	-	(141)	N/A	(334)	-	(334)	N/A
EBITDA	(368)	213	(581)	N/A	(568)	1.122	(1.690)	N/A
Depreciação	(1)	(3)	2	(67%)	(5)	(3)	(2)	67%
Resultado Financeiro	(114)	(90)	(24)	27%	(491)	(391)	(100)	26%
IR CS	119	(43)	162	N/A	286	(224)	510	N/A
LUCRO LÍQUIDO	(364)	77	(441)	N/A	(778)	504	(1.282)	N/A
IFRS15	(283)	122	(405)	N/A	(677)	760	(1.437)	N/A

As transmissoras apresentaram Margem Bruta de -R\$ 192 milhões no trimestre (vs. +R\$ 257 milhões no 4T22), impactada por ajuste não recorrente via IFRS 15, além da não consolidação dos 8 ativos da operação com o GIC, que passaram a entrar como equivalência neste trimestre. No ano, a Margem Bruta foi de -R\$ 55 milhões (vs. +R\$ 1.275 milhões em 2022), sobretudo pelo impacto do ajuste não recorrentes via IFRS 15.

As despesas operacionais somaram R\$ 35 milhões no 4T23 (-20% vs. 4T22) em razão da desconsolidação dos 8 ativos da operação com o GIC no 4T23, e R\$ 178 milhões em 2023 (+16% vs. 2022), em decorrência do gasto pontual relativo aos estudos para o leilão de junho de 2023.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T23 destacamos -R\$ 166 milhões de ajuste a valor justo referente a classificação de Itabapoana (lote 3 do leilão de dez/18) como ativo não circulante mantido para venda com base no recebimento de oferta indicativa não vinculante e +R\$ 30 milhões dos 8 ativos de transmissão da operação com GIC que passaram a ser contabilizados como equivalência patrimonial. Já em 2023, destacam-se -R\$ 364 milhões referentes a operação corporativa das transmissoras e os +R\$ 30 milhões de equivalência patrimonial dos ativos de transmissão.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA de transmissão encerrou o trimestre em -R\$ 368 milhões (vs. +R\$ 213 milhões no 4T22) e o ano em -R\$ 568 milhões, vs. +R\$ 1.122 milhões em 2022. Já o EBITDA Ajustado (ex-IFRS e Oper. Corporativas) do trimestre foi de R\$ 86 milhões (-5% vs. 4T22) e do ano de R\$ 473 milhões (+31% vs. 2022).

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de +R\$ 119 milhões, vs. -R\$ 43 milhões no 4T22 e no ano foi de +R\$ 286 milhões vs. -R\$ 224 milhões em 2022, devido aos créditos decorrentes do *one-off* do IFRS15.

O segmento de transmissão teve prejuízo de -R\$ 364 milhões no 4T23 e de -R\$ 778 milhões em 2023.

5.2.1. NEOENERGIA COELBA

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	3.753	3.225	528	16%	14.300	13.212	1.088	8%
Custos Com Energia	(2.224)	(1.980)	(244)	12%	(8.772)	(8.372)	(400)	5%
Margem Bruta s/ VNR	1.529	1.245	284	23%	5.528	4.840	688	14%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	129	176	(47)	(27%)	665	610	55	9%
Margem Bruta	1.658	1.421	237	17%	6.193	5.450	743	14%
Despesa Operacional	(339)	(355)	16	(5%)	(1.341)	(1.304)	(37)	3%
PECLD	(39)	(44)	5	(11%)	(230)	(190)	(40)	21%
EBITDA	1.280	1.022	258	25%	4.622	3.956	666	17%
Depreciação	(219)	(205)	(14)	7%	(847)	(754)	(93)	12%
Resultado Financeiro	(425)	(361)	(64)	18%	(1.750)	(1.315)	(435)	33%
IR CS	(67)	(69)	2	(3%)	(186)	(320)	134	(42%)
LUCRO LÍQUIDO	569	387	182	47%	1.839	1.567	272	17%

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta de R\$ 1.658 milhões no 4T23 (+17% vs. 4T22), em virtude da variação da parcela B de +2,5% em abril/23, do aumento da base de clientes (+2,2%) e de maiores volumes pela maior temperatura. No ano a margem bruta foi de R\$ 6.193 milhões (+14% vs. 2022), também em virtude dos efeitos acima, além da variação da parcela B de +14,14% em abril/22 e do maior VNR no período, por ajustes em função da Revisão Tarifária, que compensaram o menor IPCA do período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 339 milhões no 4T23 (-5% vs. 4T22) em razão de uma reversão pontual no plano de saúde no valor de R\$ 50 milhões. Retirando esse efeito no trimestre as despesas operacionais da Neoenergia Coelba seriam +9% vs. 4T22. No ano, as despesas totalizaram R\$ 1.341 milhões em 2023 (+3% vs. 2022) e expurgando esse efeito seria de R\$ 1.390 milhões (+7% vs. 2022).

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 39 milhões, -R\$ 5 milhões vs. 4T22, influenciada pela quitação de dívidas de R\$ 4,8 milhões através do Programa Desenrola do Governo Federal. No ano contabilizou R\$ 230 milhões, +R\$ 40 milhões vs. 2022, impactada negativamente pelo efeito não recorrente dos pedidos de falência de grandes clientes no 2T23. Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) no 4T23, ele encerrou em 0,91%, abaixo do observado nos demais trimestres do ano e do limite regulatório de 1,15%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.280 milhões no trimestre (+25% vs. 4T22) e de R\$ 4.622 milhões no ano (+17% vs. 2022). Já o EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 4T23 foi de R\$ 1.151 milhões (+36% vs. 4T22) e em 2023 foi de R\$ 3.957 milhões (+18% vs. 2022), reflexo do maior mercado e boa performance operacional.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 425 milhões no 4T23 (vs. -R\$361 milhões no 4T22) e de -R\$ 1.750 milhões em 2023 (vs. -R\$ 1.315 milhões em 2022), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 67 milhões, -3% vs. 4T22, em virtude da declaração de JSCP no 4T23. No ano foi de -R\$ 186 milhões, vs. -R\$ 320 milhões em 2022, impactada positivamente por conta do incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício no 2T23.

O Lucro Líquido foi de R\$ 569 milhões no 4T23, +47% vs. 4T22, e de R\$ 1.839 milhões em 2023, +17% vs. 2022.

5.2.2. NEOENERGIA PERNAMBUCO

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.107	2.038	69	3%	8.132	7.602	530	7%
Custos Com Energia	(1.505)	(1.451)	(54)	4%	(5.971)	(5.585)	(386)	7%
Margem Bruta s/ VNR	602	587	15	3%	2.161	2.017	144	7%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	45	56	(11)	(20%)	201	199	2	1%
Margem Bruta	647	643	4	1%	2.362	2.216	146	7%
Despesa Operacional	(198)	(173)	(25)	14%	(737)	(708)	(29)	4%
PECLD	(46)	(33)	(13)	39%	(225)	(177)	(48)	27%
EBITDA	403	437	(34)	(8%)	1.400	1.331	69	5%
Depreciação	(109)	(95)	(14)	15%	(405)	(361)	(44)	12%
Resultado Financeiro	(233)	(215)	(18)	8%	(993)	(747)	(246)	33%
IRCS	(20)	(30)	10	(33%)	4	(66)	70	(106%)
LUCRO LÍQUIDO	41	97	(56)	(58%)	6	157	(151)	(96%)

A Neoenergia Pernambuco apresentou margem bruta de R\$ 647 milhões no 4T23, em linha com 4T22, impactada positivamente pelo aumento da base de clientes (+2,2%) e volumes superiores, e impactada negativamente pela redução do VNR devido a redução do IPCA. Em 2023, a margem bruta foi de R\$ 2.362 milhões (+7% vs. 2022), também impactada pelos efeitos acima, além do reajuste tarifário com variação da parcela B de +14,82% em abril/22.

As despesas operacionais no 4T23 de R\$ 198 milhões (+14% vs. 4T22), explicada pela maior capitalização de mão de obra no 4T22, de +R\$ 11 milhões. Em 2023, as despesas operacionais foram de R\$ 737 milhões (+4% vs. 2022), em linha com a inflação do período.

No 4T23, a PECLD totalizou R\$ 46 milhões, (+R\$ 13 milhões vs. 4T22). O 4T22 teve impacto positivo não recorrente de um grande cliente, decorrente do êxito no processo judicial, sem esse efeito o valor do 4T22 seria de R\$ 47 milhões, em linha com o 4T23. Já no 4T23, a PECLD foi impactada pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 3,4 milhões. Em 2023, a PECLD contabilizou R\$ 225 milhões (+R\$ 48 milhões vs. 2022).

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no trimestre foi de R\$ 403 milhões, -8% vs. 4T22 e em 2023, o EBITDA encerrou em R\$ 1.400 milhões, +5% vs. 2022. Em complemento, o EBITDA Ajustado (ex-VNR) no 4T23 foi de R\$ 358 milhões, -6% vs. 4T22 e em 2023 foi de R\$ 1.199 milhões, +6% vs. 2022.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 233 milhões no 4T23 (vs. -R\$ 215 milhões no 4T22) e de -R\$ 993 milhões em 2023 (vs. -R\$ 747 milhões em 2022), em virtude do aumento no saldo médio da dívida.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 20 milhões, vs. -R\$ 30 milhões no 4T22. No ano foi de R\$ 4 milhões, vs. -R\$ 66 milhões em 2022, impactada positivamente por conta do incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício no 2T23.

O Lucro Líquido foi de R\$ 41 milhões no 4T23 (-58% vs. 4T22) e de R\$ 6 milhões em 2023 (-96% vs. 2022).

5.2.3. NEOENERGIA COSERN

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	895	817	78	10%	3.403	3.277	126	4%
Custos Com Energia	(564)	(512)	(52)	10%	(2.202)	(2.167)	(35)	2%
Margem Bruta s/ VNR	331	305	26	9%	1.201	1.110	91	8%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	24	136	(112)	(82%)	150	207	(57)	(28%)
Margem Bruta	355	441	(86)	(20%)	1.351	1.317	34	3%
Despesa Operacional	(81)	(67)	(14)	21%	(266)	(254)	(12)	5%
PECLD	(5)	(4)	(1)	25%	(7)	(12)	5	(42%)
EBITDA	269	370	(101)	(27%)	1.078	1.051	27	3%
Depreciação	(42)	(42)	-	-	(165)	(150)	(15)	10%
Resultado Financeiro	(73)	(60)	(13)	22%	(286)	(180)	(106)	59%
IRCS	(19)	(64)	45	(70%)	(40)	(140)	100	(71%)
LUCRO LÍQUIDO	135	204	(69)	(34%)	587	581	6	1%

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T23 com Margem Bruta de R\$ 355 milhões (-20% vs. 4T22), impactada negativamente pela redução do VNR devido a redução do IPCA em 2023 e pelo ajuste pontual em 2022 em função da Revisão Tarifária, parcialmente compensada pela variação da parcela B de +0,25% da revisão tarifária de abril/23 e maiores volumes. Em 2023, a Margem Bruta foi de R\$ 1.351 milhões, (+3% vs. 2022), impactada também pelos efeitos acima, além da variação da parcela B de +14,75% em abril/22.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 81 milhões no 4T23 (+21% vs. 4T22) e R\$ 266 milhões em 2023 (+5% vs. 2022), em linha com a inflação do período e crescimento de clientes.

A PECLD totalizou R\$ 5 milhões no 4T23 (+R\$ 1 milhão vs. 4T22) e em 2023 foi de R\$ 7 milhões (-R\$ 5 milhões vs. 2022). Vale destacar que nesse trimestre houve efeito não recorrente com reversões de Grandes Clientes na ordem de R\$ 1,4 milhões, decorrente de renegociações e pagamentos, além da quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 0,5 milhão. Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB), o ano encerrou em 0,50%, abaixo do limite regulatório de 0,53%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T23 foi de R\$ 269 milhões, -27% vs. 4T22 e em 2023 foi de R\$ 1.078 milhões, +3% acima de 2022. O EBITDA Ajustado (ex-VNR) no 4T23 foi de R\$ 245 milhões, +5% vs. 4T22 e no ano foi de R\$ 928 milhões, +10% vs. 2022, fruto do maior mercado e boa performance operacional.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 73 milhões no 4T23 (vs. -R\$ 60 milhões no 4T22) e de -R\$ 286 milhões em 2023 (vs. -R\$ 180 milhões em 2022), em virtude do aumento no saldo médio da dívida e maiores juros.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 19 milhões, -70% vs. 4T22, em virtude da declaração de JSCP no 4T23. Em 2023 foi de -R\$ 40 milhões, vs. -R\$ 140 milhões em 2022, impactada positivamente por conta do incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício no 2T23.

O Lucro Líquido foi de R\$ 135 milhões no 4T23 (-34% vs. 4T22) e de R\$ 587 milhões em 2023, em linha com 2022.

5.2.4. NEOENERGIA ELEKTRO

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.216	2.103	113	5%	8.325	7.916	409	5%
Custos Com Energia	(1.442)	(1.470)	28	(2%)	(5.457)	(5.449)	(8)	0%
Margem Bruta s/ VNR	774	633	141	22%	2.868	2.467	401	16%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	46	57	(11)	(19%)	196	313	(117)	(37%)
Margem Bruta	820	690	130	19%	3.064	2.780	284	10%
Despesa Operacional	(161)	(173)	12	(7%)	(601)	(592)	(9)	2%
PECLD	(36)	(30)	(6)	20%	(116)	(89)	(27)	30%
EBITDA	623	487	136	28%	2.347	2.099	248	12%
Depreciação	(94)	(82)	(12)	15%	(363)	(311)	(52)	17%
Resultado Financeiro	(155)	(124)	(31)	25%	(625)	(406)	(219)	54%
IRCS	(91)	(74)	(17)	23%	(388)	(396)	8	(2%)
LUCRO LÍQUIDO	283	207	76	37%	971	986	(15)	(2%)

A Neoenergia Elektro apresentou margem bruta de R\$ 820 milhões no 4T23 (+19% vs. 4T22), em virtude do aumento da base de clientes (+1,7%) e de volumes superiores, que compensaram a variação negativa de -3,9% da parcela B da revisão tarifária de agosto/23 e ajustes realizados em 2022 em função da Revisão Tarifária. No ano, a margem bruta foi de R\$ 3.064 milhões (+10% vs. 2022), também em virtude dos efeitos acima, além da variação da parcela B de +9,32% no reajuste de agosto/22.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 161 milhões no 4T23 (-7% vs. 4T22) e R\$ 601 milhões em 2023 (+2% vs. 2022), absorvendo a inflação do período e o crescimento da base de clientes.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 36 milhões, +R\$ 6 milhões vs. 4T22, impactada pela recuperação judicial de grandes clientes na ordem de R\$ 3 milhões e pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 1,1 milhão. No ano, a PECLD contabilizou R\$ 116 milhões, +R\$ 27 milhões vs. 2022, impactada negativamente pelo efeito não recorrente da recuperação judicial de grandes clientes, o que adicionou R\$ 14,3 milhões na PECLD no 1T23 e R\$ 3 milhões no 4T23.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 623 milhões no trimestre (+28% vs. 4T22) e de R\$ 2.347 milhões no ano (+12% vs. 2022). O EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 4T23 foi de R\$ 577 milhões, (+34% vs. 4T22) e em 2023 foi de R\$ 2.151 milhões (+20% vs. 2022), fruto do maior mercado e boa performance operacional.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 155 milhões no 4T23 (vs. -R\$ 124 milhões no 4T22) e de -R\$ 625 milhões em 2023 (vs. -R\$ 406 milhões em 2022), em virtude do aumento nos encargos da dívida, devido ao maior saldo médio.

O Lucro Líquido foi de R\$ 283 milhões no 4T23, +37% vs. 4T22, e de R\$ 971 milhões em 2023, -2% vs. 2022.

5.2.5. NEOENERGIA BRASÍLIA

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	871	943	(72)	(8%)	3.279	3.345	(66)	(2%)
Custos com Energia	(698)	(717)	19	(3%)	(2.781)	(2.715)	(66)	2%
Margem Bruta s/ VNR	173	226	(53)	(23%)	498	630	(132)	(21%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	2	2	-	-	10	9	1	11%
Margem Bruta	175	228	(53)	(23%)	508	639	(131)	(21%)
Despesa Operacional	(15)	(82)	67	(82%)	(191)	(257)	66	(26%)
PECLD	(13)	(8)	(5)	63%	(48)	(32)	(16)	50%
EBITDA	147	138	9	7%	269	350	(81)	(23%)
Depreciação	(34)	(45)	11	(24%)	(146)	(103)	(43)	42%
Resultado Financeiro	(58)	(8)	(50)	625%	(209)	(105)	(104)	99%
IR CS	(25)	(1)	(24)	2400%	16	654	(638)	(98%)
LUCRO LÍQUIDO	30	84	(54)	(64%)	(70)	796	(866)	N/A

A Neoenergia Brasília apresentou margem bruta de R\$ 175 milhões (-23% vs. 4T22) no 4T23 e de R\$ 508 milhões (-21% vs. 2022) em 2023, em razão da sobrecontratação, que impactou, excepcionalmente, o trimestre em -R\$ 9 milhões e o ano em -R\$ 137 milhões.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 15 milhões no 4T23 (-82% vs. 4T22) e R\$ 191 milhões em 2023 (-26% vs. 2022) explicada por uma reversão de contencioso, no trimestre, relativa à classe baixa renda no valor de R\$ 39 milhões. Expurgando esse efeito, as despesas seriam de R\$ 55 milhões no 4T23 (-34% vs. 4T22) e R\$ 231 milhões em 2023 (-10% vs. 2022). Esses valores demonstram o sucesso do turnaround que proporcionou ganhos de eficiência por fazer parte do Grupo Neoenergia.

No trimestre, a PECLD foi de R\$ 13 milhões (+R\$5 milhões vs. 4T22, quando ocorreram reversões na ordem de R\$ 8 milhões), o 4T23 foi impactado pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, no total de R\$ 2,5 milhões. No ano foi de R\$ 48 milhões, R\$ 16 milhões acima de 2022, em razão de reversões na ordem de R\$ 20 milhões ocorridas no ano anterior.

O EBITDA foi de R\$ 147 milhões no trimestre (+7% vs. 4T22) e de R\$ 269 milhões em 2023 (-23% vs. 2022).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 58 milhões no 4T23 (vs. -R\$ 8 milhões no 4T22), e de -R\$ 209 milhões no ano, (vs. -R\$ 105 milhões em 2022), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 25 milhões, vs. -R\$ 1 milhão no 4T22 e no ano foi de +R\$16 milhões vs. R\$ 654 milhões em 2022, devido à baixa do passivo diferido, decorrente da incorporação da Bahia PCH III pela Neoenergia Brasília, no montante de R\$ 678 milhões no 3T22.

Como resultado das variações acima, a Neoenergia Brasília registrou lucro de R\$ 30 milhões no 4T23, 64% abaixo do 4T22 e prejuízo de R\$ 70 milhões em 2023.

5.3. Renováveis

O resultado do segmento de Renováveis contempla o desempenho dos parques eólicos, solares e usinas hidrelétricas do Grupo Neoenergia.

DRE RENOVÁVEIS (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	579	463	116	25%	2.054	1.747	307	18%
Custos Com Energia	(97)	(79)	(18)	23%	(406)	(331)	(75)	23%
MARGEM BRUTA	482	384	98	26%	1.648	1.416	232	16%
Despesa Operacional	(109)	(98)	(11)	11%	(348)	(286)	(62)	22%
(+) Equivalência Patrimonial / Oper. Corporativas	51	(184)	235	N/A	1.580	(182)	1.762	N/A
EBITDA	424	102	322	316%	2.880	948	1.932	204%
Depreciação	(95)	(82)	(13)	16%	(373)	(282)	(91)	32%
Resultado Financeiro	(36)	(42)	6	(14%)	(208)	(221)	13	(6%)
IR/CS	29	(25)	54	N/A	(79)	(131)	52	(40%)
LUCRO LÍQUIDO	322	(47)	369	N/A	2.220	314	1.906	607%

DRE HIDROS (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	226	148	78	53%	702	604	98	16%
Custos Com Energia	(34)	(23)	(11)	48%	(113)	(89)	(24)	27%
MARGEM BRUTA	192	125	67	54%	589	515	74	14%
Despesa Operacional	(55)	(32)	(23)	72%	(138)	(116)	(22)	19%
(+) Equivalência Patrimonial / Oper. Corporativas	51	(184)	235	N/A	1.580	(182)	1.762	N/A
EBITDA	188	(91)	279	N/A	2.031	217	1.814	836%
Depreciação	(25)	(22)	(3)	14%	(93)	(86)	(7)	8%
Resultado Financeiro	(8)	(15)	7	(47%)	(47)	(51)	4	(8%)
IR/CS	40	(5)	45	N/A	(5)	(57)	52	(91%)
LUCRO LÍQUIDO	195	(133)	328	N/A	1.886	23	1.863	8.100%

DRE ÉOLICAS (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	339	308	31	10%	1.293	1.136	157	14%
Custos Com Energia	(61)	(53)	(8)	15%	(279)	(239)	(40)	17%
MARGEM BRUTA	278	255	23	9%	1.014	897	117	13%
Despesa Operacional	(53)	(65)	12	(18%)	(206)	(169)	(37)	22%
EBITDA	225	190	35	18%	808	728	80	11%
Depreciação	(67)	(56)	(11)	20%	(265)	(192)	(73)	38%
Resultado Financeiro	(27)	(26)	(1)	4%	(158)	(169)	11	(7%)
IR/CS	(11)	(20)	9	(45%)	(72)	(74)	2	(3%)
LUCRO LÍQUIDO	120	88	32	36%	313	293	20	7%

DRE SOLAR (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	14	7	7	100%	59	7	52	743%
Custos Com Energia	(2)	(3)	1	(33%)	(14)	(3)	(11)	367%
MARGEM BRUTA	12	4	8	200%	45	4	41	1.025%
Despesa Operacional	(1)	(1)	-	-	(4)	(1)	(3)	300%
EBITDA	11	3	8	267%	41	3	38	1.267%
Depreciação	(3)	(4)	1	(25%)	(15)	(4)	(11)	275%
Resultado Financeiro	(1)	(1)	-	-	(3)	(1)	(2)	200%
IR/CS	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-
LUCRO LÍQUIDO	7	(2)	9	N/A	21	(2)	23	N/A

O segmento de Renováveis apresentou margem bruta de R\$ 482 milhões no 4T23 (+R\$ 98 milhões vs. 4T22), impactada majoritariamente pelas hidrelétricas (+R\$ 67 milhões vs. 4T22), em virtude da consolidação de Dardanelos, com efeito positivo na margem de +R\$ 74 milhões e pela maior geração do Complexo eólico de Oitis e do Complexo Solar Luzia. No ano, a margem bruta totalizou R\$ 1.648 milhões (+R\$232 milhões vs. 2022), também motivada pela consolidação de Dardanelos a partir de setembro de 2023 e pela entrada em operação comercial, a partir do 3T22, do Complexo Eólico de Oitis e do Complexo Solar Luzia.

As despesas operacionais somaram R\$ 109 milhões no 4T23 (+11% vs. 4T22) em decorrência da consolidação de Dardanelos, o que representa -R\$ 13,1 milhões. No ano, as despesas totalizaram R\$ 348 milhões (+22% vs. 2022), devido a entrada em operação dos novos ativos, além da consolidação de Dardanelos (-R\$ 14,5 milhões).

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T23 destacamos +R\$ 58 milhões referente à operação de permuta de ativos com a Eletrobras, relativos à Dardanelos e Baguari. No 4T22 destacamos -R\$ 201 milhões referente a esta operação e +R\$ 20 milhões relativos a Dardanelos, que era contabilizado via equivalência patrimonial. Já em 2023, destacam-se +R\$ 1.555 milhões no âmbito da operação de permuta de ativos e +R\$ 45 milhões da equivalência de Dardanelos até set/23. Em 2022 tivemos -R\$ 201 milhões referente a operação de permuta com a Eletrobras e os resultados que vinham por equivalência de Dardanelos (+R\$ 63 milhões) e Teles Pires (-R\$ 54 milhões).

Adicionalmente, no 4T23 ocorreu a reclassificação de Belo Monte de "Ativo disponível para venda" para "Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures" e, desse modo, voltou a ser mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Neste trimestre, o efeito no resultado foi nulo.

Por esses efeitos, o EBITDA do segmento de renováveis no trimestre foi de R\$ 424 milhões (+316% vs. 4T22) e de R\$ 2.880 milhões em 2023 (vs. +204% em 2022). Já o EBITDA excluindo as operações corporativas, foi de R\$ 366 milhões no 4T23 (+21% vs. 3T22) e R\$ 1.325 milhões em 2023 (+15% vs. 2022).

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de +R\$ 29 milhões, vs. -R\$ 25 milhões no 4T22, em virtude da declaração de JSCP no 4T23. Em 2023 foi de -R\$ 79 milhões, vs. -R\$ 131 milhões em 2023.

O Lucro Líquido registrado no 4T23 foi de R\$ 322 milhões (vs. prejuízo de R\$ 47 milhões no 4T22) e no ano foi de R\$ 2.220 milhões (vs. R\$ 314 milhões em 2022).

5.4. Liberalizado

DRE LIBERALIZADO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	789	857	(68)	(8%)	3.122	3.314	(192)	(6%)
Custos Com Energia	(584)	(642)	58	(9%)	(2.340)	(2.132)	(208)	10%
Margem Bruta	205	215	(10)	(5%)	782	1.182	(400)	(34%)
Despesa Operacional	(58)	(51)	(7)	14%	(168)	(166)	(2)	1%
PECLD	(4)	(1)	(3)	300%	(5)	(5)	0	-
EBITDA	143	163	(20)	(12%)	609	1.011	(402)	(40%)
Depreciação	(15)	(15)	0	-	(62)	(67)	5	(7%)
Resultado Financeiro	(7)	(13)	6	(46%)	(30)	(105)	75	(71%)
IR CS	(8)	(10)	2	(20%)	(60)	(125)	65	(52%)
LUCRO LÍQUIDO	113	125	(12)	(10%)	457	714	(257)	(36%)

DRE TERMOPERNAMBUCO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	420	414	6	1%	1.647	1.586	61	4%
Custos Com Energia	(252)	(236)	(16)	7%	(977)	(506)	(471)	93%
Margem Bruta	168	178	(10)	(6%)	670	1.080	(410)	(38%)
Despesa Operacional	(33)	(32)	(1)	3%	(91)	(104)	13	(13%)
EBITDA	135	146	(11)	(8%)	579	976	(397)	(41%)
Depreciação	(17)	(15)	(2)	13%	(61)	(65)	4	(6%)
Resultado Financeiro	(9)	(17)	8	(47%)	(37)	(112)	75	(67%)
IR CS	(8)	(14)	6	(43%)	(52)	(122)	70	(57%)
LUCRO LÍQUIDO	101	100	1	1%	429	677	(248)	(37%)

DRE COMERCIALIZAÇÃO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	365	429	(64)	(15%)	1.461	1.707	(246)	(14%)
Custos Com Energia	(326)	(400)	74	(19%)	(1.348)	(1.605)	257	(16%)
Margem Bruta	39	29	10	34%	113	102	11	11%
Despesa Operacional	(28)	(11)	(17)	155%	(79)	(62)	(17)	27%
PECLD	(4)	(1)	(3)	300%	(5)	(5)	-	-
EBITDA	7	17	(10)	(59%)	29	35	(6)	(17%)
Depreciação	1	(1)	2	(200%)	(1)	(2)	1	(50%)
Resultado Financeiro	2	4	(2)	(50%)	7	7	-	-
IR CS	-	4	(4)	(100%)	(8)	(3)	(5)	167%
LUCRO LÍQUIDO	10	24	(14)	(58%)	27	37	(10)	(27%)

O segmento de Liberalizado consolidou margem bruta de R\$ 205 milhões no 4T23 (-5% vs. 4T22) e de R\$ 782 milhões em 2023 (-34% vs. 2022), impactada por menor margem em Termopernambuco, explicada por um menor custo em 2022, quando, extraordinariamente, não houve fornecimento de gás, o que permitiu a usina não pagar pelo gás e pelo transporte, honrando seus contratos de venda de energia comprando à PLD. Já a Comercializadora contribuiu com R\$ 39 milhões de margem bruta no trimestre (+34% vs. 4T22) e com R\$113 milhões no ano (+11% vs. 2022).

As despesas operacionais totalizaram R\$ 58 milhões no 4T23 (+14% vs. 4T22), sendo R\$ 28 milhões da Comercializadora (+R\$ 17 milhões vs. 4T22) que vem se estruturando para liberalização do mercado e para fornecer soluções industriais verdes. No ano, as despesas totalizaram R\$ 168 milhões no 2023, em linha com 2022.

Como resultado dessas variações, o EBITDA de Liberalizado foi de R\$ 143 milhões no 4T23 (-12% vs. 4T22) e de R\$ 609 milhões em 2023 (-40% vs. 2022).

Já o lucro líquido foi de R\$ 113 milhões no trimestre (-10% vs. 4T22) e de R\$ 457 milhões em 2023 (-36% vs. 2022).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	973	936	37	4%	4.461	4.718	(257)	(5%)
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(16)	(18)	2	(11%)	(66)	(69)	3	(4%)
Despesas financeiras (C)	(1.147)	(1.100)	(47)	4%	(4.844)	(4.339)	(505)	12%
Receitas financeiras (D)	304	362	(58)	(16%)	1.262	1.548	(286)	(18%)
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	(294)	(209)	(85)	41%	(1.261)	(1.009)	(252)	25%
Imposto de renda e contribuição social (F)	(53)	(323)	270	(84%)	(429)	(752)	323	(43%)
Depreciação e Amortização (G)	(676)	(611)	(65)	11%	(2.560)	(2.243)	(317)	14%
EBITDA = (A)-(B+C+D+E+F+G)	2.855	2.835	20	1%	12.359	11.582	777	7%
Ativo Financeiro da Concessão - VNR (H)	245	429	(184)	(43%)	1.222	1.339	(117)	(9%)
IFRS 15 (I)	(283)	122	(405)	(332%)	(677)	760	(1.437)	(189%)
Operações Corporativas (J)	(113)	(201)	88	(44%)	1.191	(201)	1.392	(693%)
EBITDA Ajustado = (EBITDA)-(H+I+J)	3.006	2.485	521	21%	10.623	9.684	939	10%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	212	225	(13)	(6%)	847	822	25	3%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1.208)	(1.156)	(52)	4%	(5.303)	(4.692)	(611)	13%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(141)	(16)	(125)	781%	(387)	70	(457)	(653%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	89	41	48	117%	342	389	(47)	(12%)
Variações monetárias e cambiais - outros	4	82	(78)	(95%)	18	39	(21)	(54%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(18)	(22)	4	(18%)	(120)	(110)	(10)	9%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(47)	77	(124)	(161%)	(137)	294	(431)	(147%)
Obrigações pós emprego	(28)	(19)	(9)	47%	(98)	(80)	(18)	23%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(141)	(175)	34	(19%)	(392)	(462)	70	(15%)
Total	(1.137)	(947)	(190)	20%	(4.843)	(3.800)	(1.043)	27%

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.137 milhões no 4T23 (-R\$ 190 milhões vs. 4T22) e de R\$ 4.843 milhões em 2023 (-R\$ 1.043 milhões vs. 2022), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento de 9% no saldo médio da dívida em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex de novos projetos de transmissão, eólico e solar, além das Distribuidoras e pela variação da atualização do ativo/passivo financeiro setorial.

8. INVESTIMENTOS

O Capex da Neoenergia encerrou 2023 em R\$ 8,9 bilhões, conforme abaixo:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	4T23	4T22	Δ %	2023	2022	Δ %
Redes	2.166	2.520	(14%)	8.210	8.091	1%
Distribuidoras	1.074	1.414	(24%)	4.724	5.458	(13%)
Transmissoras	1.092	1.106	(1%)	3.485	2.633	32%
Renováveis	199	213	(7%)	620	1.736	(64%)
Liberalizado	35	39	(9%)	59	62	(4%)
Outros	5	2	104%	14	3	393%
TOTAL	2.410	2.773	(13%)	8.903	9.892	(10%)

8.1. Redes

8.1.1. Distribuição

Em 2023, o Capex das distribuidoras foi de R\$ 4,7 bilhões, dos quais R\$ 3,1 bilhões foram destinados à expansão de redes. Segue abaixo tabela com a abertura do Capex por distribuidora.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)						CONSOLIDADO		
	4T23					4T23	2023	
Expansão de Rede	(457)	(109)	(49)	(111)	(34)	(759)	(3.109)	61%
Programa Luz para Todos	(79)	-	-	-	-	(79)	(367)	
Novas Ligações	(235)	(92)	(34)	(81)	(14)	(455)	(1.810)	
Novas SE's e RD's	(143)	(16)	(15)	(30)	(21)	(224)	(926)	
Compromisso ECV	0	(1)	-	-	-	(1)	(6)	
Renovação de Ativos	(81)	(26)	(13)	(52)	(12)	(185)	(808)	17%
Melhoria da Rede	(29)	(11)	(11)	(20)	(9)	(79)	(387)	8%
Perdas e Inadimplência	(21)	(6)	(5)	(3)	(5)	(41)	(242)	5%
Outros	(63)	(17)	(13)	(30)	(17)	(140)	(417)	9%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(99)	8	0	(20)	19	(92)	(268)	
(=) Investimento Bruto	(750)	(161)	(90)	(237)	(59)	(1.296)	(5.232)	
SUBVENÇÕES	104	4	2	10	10	131	239	
(=) Investimento Líquido	(646)	(156)	(88)	(227)	(49)	(1.165)	(4.992)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	99	(8)	(0)	20	(19)	92	268	
(=) CAPEX	(547)	(165)	(88)	(207)	(67)	(1.074)	(4.724)	
Base de Anuidade Regulatória	(63)	(17)	(13)	(30)	(17)	(140)	(417)	8%
Base de Remuneração Regulatória	(588)	(152)	(77)	(187)	(61)	(1.064)	(4.547)	92%

8.1.2. Transmissão

Em 2023, o Capex das transmissoras foi de R\$ 3,5 bilhões, 32% acima do realizado em 2022, integralmente dedicado à construção das linhas e subestações dos lotes adquiridos nos leilões.

8.2. Renováveis

8.2.1. Parques Eólicos

Os investimentos realizados nos parques eólicos somaram R\$ 581 milhões em 2023, 52% abaixo de 2022, em função da realização de Capex do Complexo Chafariz em 2022 e menor realização de Capex do Complexo Oitis, devido a fase final da construção.

8.2.2. Parques Solares

A obra nos parques Luzia foi finalizada em março de 2023.

8.2.3. Usinas Hidrelétricas

Investimentos de R\$ 40 milhões em 2023, frente ao valor de R\$ 59 milhões em 2022.

8.3. Liberalizado

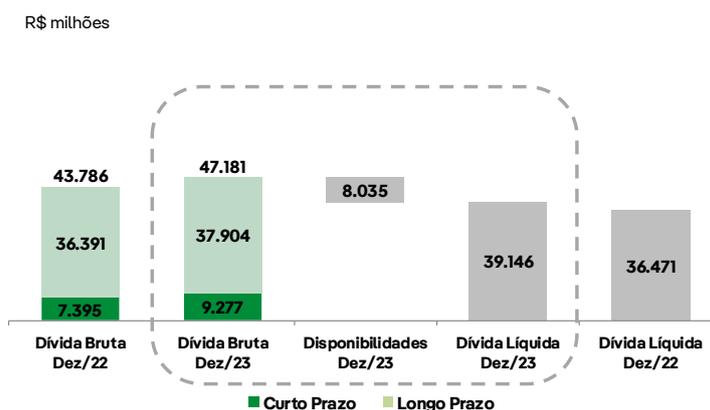
A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 39,5 milhões em 2023, R\$ 14,5 milhões abaixo do realizado em 2022, de acordo com seu cronograma de manutenções.

A Comercializadora e a Neoenergia Serviços realizaram investimentos de R\$ 19,9 milhões em 2023, R\$ 11,9 milhões acima de 2022, em função de sistemas para o plano comercial.

9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira

Em Dezembro de 2023, a dívida líquida do consolidado da Neoenergia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 39.146 milhões (dívida bruta de R\$ 47.181 milhões), apresentando um crescimento de 7% (R\$ 2.675 milhões) em relação a Dezembro de 2022, explicado principalmente pela execução de Capex dos projetos de redes. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 80% da dívida contabilizada no longo prazo e 20% no curto prazo.



O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,15x em dezembro de 2022 para 3,17x em dezembro de 2023.



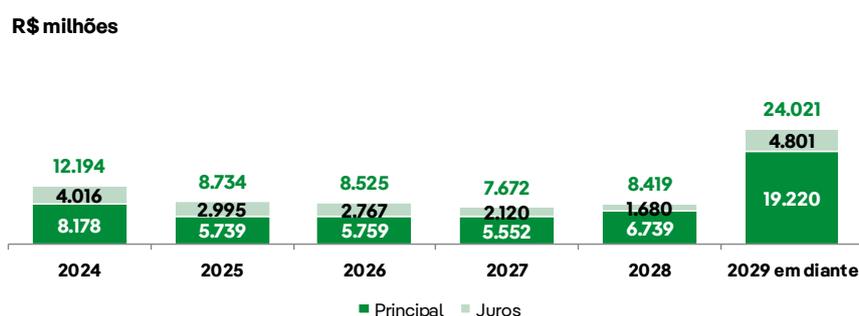
9.2. Cronograma de amortização das dívidas

A Companhia busca alinhar a estrutura de sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Visando eficiência por meio da redução do custo da dívida e do alongamento de seu perfil de amortização, a Companhia executa uma gestão ativa de seus passivos financeiros de modo a evitar concentração dos vencimentos de dívida. A Neoenergia captou R\$ 11.540 milhões em 2023.

Os montantes vincendos nos próximos anos não apresentam concentração em nenhum período específico, estando consistentes com volumes vencidos nos últimos exercícios.

Em 2024, as maiores amortizações são referentes a Neoenergia Coelba no valor estimado de R\$ 2.450 milhões, da Neoenergia Pernambuco estimado em R\$ 1.372 milhões, da Neoenergia Morro do Chapéu no montante de R\$ 900 milhões, e da Neoenergia Lagoa do Patos no valor estimado de R\$ 648 milhões. A soma dos vencimentos dessas distribuidoras e transmissoras equivale a 66% do volume consolidado a amortizar neste período.

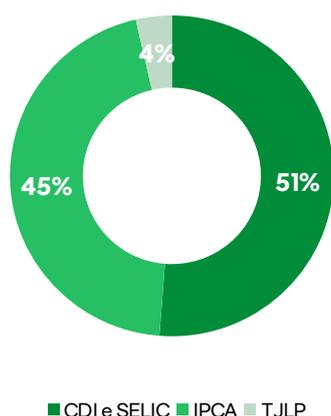
O prazo médio do endividamento da Neoenergia em dezembro de 2023 foi de 5,20 anos (vs. 5,29 anos em dezembro de 2022). O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente ao final de 2023.



9.3. Perfil Dívida

Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregado por fonte de captação e por indexador. O custo médio da dívida consolidada em 2023 foi de 11,8% (vs. 11,4% em dezembro de 2022), uma vez que a Selic média de 2023 foi maior que de 2022.

DÍVIDA LÍQUIDA POR INDEXADOR (pós swap)



DÍVIDA POR FUNDING



No 4T23 captamos um total de R\$ 2.994 milhões. Destacamos as seguintes linhas de desembolso de dívida:

- i. Liberação da 17ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Coelba, no total de R\$ 890 milhões com prazo de até 10 anos;
- ii. Desembolso da 13ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Pernambuco, no total de R\$ 764 milhões com prazo de até 10 anos;
- iii. Liberação de 4131 junto ao BNP para Neoenergia Alto Paranaíba (R\$ 550 milhões) com prazo de 1 ano;

- iv. Desembolso de 4131 junto ao BNP para Neoenergia Estreito (R\$ 200 milhões) com prazo de 18 meses;
- v. Desembolso de 4131 junto ao Citibank para Neoenergia Paraíso (R\$ 200 milhões) com prazo de 18 meses;
- vi. Liberação de financiamento junto ao BNDES para Neoenergia Vale do Itajaí (R\$ 189 milhões) com prazo de 24 anos;
- vii. Desembolso de financiamento junto ao BEI para Neoenergia (R\$ 182 milhões) com prazo de 10 anos;
- viii. Liberação de financiamento junto ao BNDES para Neoenergia Dourados (R\$ 19 milhões) com prazo de 24 anos.

10. RATING

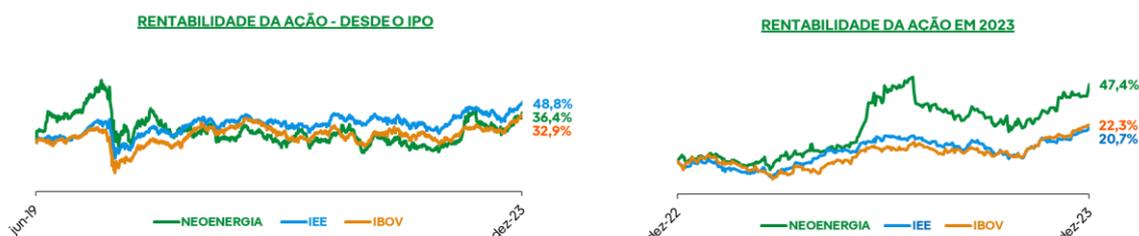
Em 27 de março de 2023, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB-” na Escala Global e ‘brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

Em 15 de junho, a S&P reafirmou o rating 'BB-' na escala global, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o impacto da elevação do rating do Brasil nos próximos 2 anos.

Em 20 de dezembro, a S&P elevou o rating de 'BB-' para 'BB' na escala global, com perspectiva estável, refletindo o impacto da elevação do rating do Brasil em razão da aprovação Reforma Tributária.

11. MERCADO DE CAPITAIS

Em 28 de dezembro de 2023, o valor de mercado da Companhia era de R\$25,90 bilhões com as ações (NEOE3) cotadas a R\$21,34. Com relação ao ano de 2023, as ações apresentaram valorização de 47,4%, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:



Abaixo, quadro com valores de cotação da ação e valor de mercado:

Mercado de capitais	IPO	4T23
Quantidade de ações (mil)	1.213.797.248	1.213.797.248
Valor da ação	15,65	21,34
Valor de mercado ¹ (R\$ milhões)	18.996	25.902

¹Valor de mercado = quantidade de ação x valor da ação

12. OUTROS TEMAS

12.1. Clientes Baixa Renda

N° de Consumidores Residenciais (milhares)	4T23						4T22					
	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Eletro	Neoenergia Brasília	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Eletro	Neoenergia Brasília
Convencional	10.800	4.174	2.438	994	2.246	948	10.392	3.911	2.341	962	2.217	961
Baixa Renda	3.733	1.738	1.208	397	295	95	3.824	1.857	1.214	403	277	73
Total	14.534	5.913	3.647	1.390	2.541	1.043	14.215	5.767	3.555	1.365	2.494	1.034

12.2. Conclusão da permuta de ativos com Eletrobras

Em setembro de 2023 foi divulgado o *closing* parcial da operação de Permuta de Ativos entre a Neoenergia e a Eletrobras, que resultou na consolidação de 100% da hidrelétrica de Dardanelos e no desinvestimento em Teles Pires, além da aquisição das participações minoritárias de 0,04% das ações de Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Afluente T, pertencentes à Eletrobras, passando a deter 98,98%, 93,09% e 90,18% das ações das companhias, respectivamente. O *closing* da operação de desinvestimento em Baguari aconteceu em outubro de 2023. A operação, cujo valor total é de R\$ 788 milhões sem desembolso de caixa de nenhuma parte, gera valor para Neoenergia com simplificação de estrutura societária.

12.3. Closing da transação dos ativos operacionais de transmissão com GIC

Em 29 de setembro de 2023, ocorreu o *closing* da operação de venda de participação societária de 50% em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Narandiba e Rio Formoso) para o GIC, anunciada em abril de 2023 ao mercado por R\$ 1,1 bilhão. Além da venda, o acordo também dá ao GIC direito de primeira oferta em relação à potencial venda futura de 50% de participação nos ativos de transmissão em construção pela Neoenergia (Itabapoana, Guanabara, Vale do Itajaí, Lagoa dos Patos, Morro do Chapéu, Estreito, Alto do Parnaíba e Paraíso) e para Potiguar Sul, além de possibilitar a análise e participação conjunta do GIC e da Neoenergia em futuros leilões de Transmissão no Brasil, nos lotes que tiverem interesse mútuo.

12.4. Criação de Joint Venture com a Comerc Energia para GD

Em 27 de setembro de 2023, a Neoenergia anunciou ao mercado a criação de *Joint Venture* com a Comerc Energia para construção e operação de projetos de Geração Fotovoltaica Compartilhada nas áreas de concessão da Neoenergia. Os projetos serão avaliados individualmente e só serão executados caso atinjam o *hurdle rate* desejado. O investimento total estimado é de até R\$ 500 milhões pela Holding (dos quais até R\$ 250 milhões poderão ser investidos pela Neoenergia).

A operação permite a Neoenergia se posicionar competitivamente no segmento de Geração Distribuída, focando nos clientes com maior potencial de migração para Geração Distribuída, valendo-se do know-how e o portfólio de projetos da Comerc.

12.5. Práticas de Gestão

12.5.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2023, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 708.667 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2023 e pagos em 27 de dezembro de 2023;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 387.059 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27 de junho de 2023 e pagos em 27 de dezembro de 2023;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 504.870 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2023 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2024.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2023 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

12.5.2. Governança Corporativa

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações das sociedades subsidiárias e da Neoenergia, atendendo os mais altos níveis de Governança Corporativa de empresas brasileiras, o que qualifica a Neoenergia para listagem de suas ações no Novo Mercado da B3.

O Sistema estabelece normas, recomendações e práticas que visam assegurar o cumprimento do estatuto social, em particular, o objeto social, assim como o interesse social da Neoenergia e de seus acionistas ao passo que respeita as determinações do Acordo de Acionistas atualmente vigente.

O Propósito e os Valores do Grupo Neoenergia, também reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

Conselho de Administração

É composto por treze membros titulares e nove membros suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros titulares, sete são indicados pela Iberdrola, três pela Previ e três são membros independentes. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente, 8 vezes ao ano para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo seu Presidente ou, na sua falta, pelo conselheiro eleito em sua substituição ou, ainda, por um terço dos conselheiros, em requerimento conjunto.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por cinco membros titulares e cinco suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente para (i) opinar sobre o Relatório Anual da Administração e as respectivas demonstrações financeiras; e (ii) para analisar o balancete e demais

demonstrações financeiras elaboradas trimestralmente pela Companhia, e extraordinariamente em caso de necessidade.

Diretoria Executiva

É responsável pela administração e gestão dos negócios da Companhia, sendo composta atualmente por dez membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer Diretor.

Comitês

A Neoenergia possui cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão, Partes Relacionadas e, desde 2021, Sustentabilidade. Cada comitê é formado por cinco membros titulares e por quatro membros suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas, que é composto por três membros titulares, sendo obrigatoriamente dois independentes e um proveniente de mercado. Os integrantes dos comitês de Auditoria, de Sustentabilidade e de Remuneração e Sucessão são conselheiros de administração. O Comitê Financeiro poderá ter membros do Conselho de Administração ou pessoas por eles indicadas, que se reúnem de acordo com as pautas demandadas pelo Conselho. Membros independentes passaram a fazer parte dos comitês em 2019, conferindo maior transparência para seu funcionamento. Os comitês, dentro de seu escopo, são responsáveis por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

12.5.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A política foi atualizada pela última vez em setembro de 2023.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Sobre o tema diversidade, em 2023, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho – Como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão – Foram mais de 8 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s – Rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTfobia no ambiente de trabalho, Maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, Pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas – Iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Aflorar – Instituído em 2017, o programa promove um sistema de tutoria para jovens com Síndrome de Down na Neoenergia Pernambuco e auxilia a inserção de profissionais com deficiências no mercado de trabalho;
- Curso de libras – Com o objetivo de formar agentes de inclusão e melhorar a comunicação com deficientes auditivos, o portal de aprendizagem da companhia oferece o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricitistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 8% do nosso quadro de eletricitistas contra 5,6% em 2022, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

O Programa de Voluntariado da Neoenergia oferece permanentemente oportunidades de engajamento em iniciativas sociais de impacto para os moradores da área de atuação da companhia. Todas as iniciativas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU. Em 2023, o Programa registrou 3.767 participações engajados, um aumento de 7% se comparado com o ano anterior, superando as projeções mapeadas na meta ESG de voluntariado da Neoenergia.

Algumas ações de 2023 que foram destaques:

- Absorventes – Arrecadação de mais de 180 mil unidades de absorventes femininos para auxiliar no combate à pobreza menstrual;
- Ensinando Profissões – Palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens;
- Campanha de doação de roupas – Arrecadação de mais de 31 mil peças para 76 instituições beneficiadas;
- Operação quilo – Doação de mais de 38 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 124 ONGs beneficiadas.

2023 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Companhia.

13. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

13.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em nosso Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Concentramos nossos esforços nos ODS mais relevantes para o nosso modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantemos compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Seguimos signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável da companhia é materializado em suas Metas ESG. Em 2023, 14 novas metas foram incorporadas ao escopo inicial, totalizando 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e 2030, e que serão acompanhados e divulgados trimestralmente. Na tabela abaixo, são apresentados os resultados alcançados no ano:

Metas ESG	Parâmetros	2023	2025	2030	
E	Emissões ¹	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo I)	3,6	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	77,5%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	9,7%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99,6%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	7,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade ²	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	31,1%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	30,4%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	40,3%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	8,4%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	3.767	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	50,8%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,23	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	94	67	70
	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,1%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	13	22	ND
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	347,2	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,68	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	99,5%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	89,2%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos.	✓	✓	✓
Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	374	316	316	
Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	12.272	11.500	13.100	
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	49%	>60%	>75%

Notas:

¹ Em 2023, a intensidade de emissões reduzidas verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, só haver sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) no último trimestre.

² Em 2023, a definição do Marco de Contabilidade de Biodiversidade da Neoenergia representou o primeiro produto de cumprimento desta meta. A partir da metodologia definida, a Neoenergia se tornou apta a iniciar o processo de medição dos ativos para realização de avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo.

Durante o ano, mantivemos nosso compromisso em gerar, cada vez mais, energia limpa e sustentável para todos. Lançamos em março de 2023, o primeiro complexo de geração associada de energia renovável no Brasil. Localizado no

sertão da Paraíba, se caracteriza pela sinergia entre os ativos dos parques eólico e solar com a linha de transmissão e a subestação. Essa característica otimiza o uso da rede de transmissão em razão da complementariedade das fontes.

No âmbito social, empenhados em oferecer um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo e diverso, firmamos dois novos compromissos de diversidade de gênero e racial com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e passamos a integrar o primeiro índice de diversidade da B3, o IDiversa, que tem como objetivo tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e proporcionar comparabilidade no desempenho das 79 empresas classificadas no índice. Podemos destacar também a adesão do Instituto Neoenergia ao Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas na COP28 e as diversas iniciativas socioambientais que contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como destaques dentro do universo de governança em 2023 estamos entre as três empresas do setor elétrico com melhor reputação no Brasil, de acordo com o ranking do Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco). E, ficamos classificados entre as 100 maiores empresas de todos os setores. Tivemos esse reconhecimento pelos resultados econômico-financeiros e pelas metas ESG para 2025 e 2030. O recebimento do Selo Pré-ética, pelo quinto ano consecutivo, concedido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e a colocação entre as 50 empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil no ranking do 100 Open Corps 2023 também nos enche de orgulho e aponta que estamos no caminho certo.

As práticas sustentáveis da Neoenergia destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2023 mantivemos nossa participação, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permanecemos no The Sustainability Yearbook, da S&P e fomos destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

13.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitam enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia em todas as unidades de negócios.

A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco em fomentar energias renováveis e aproveitar oportunidades representadas pela digitalização e automação dos negócios. Assim, busca tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

A construção e execução da estratégia de inovação envolve as áreas de Negócio, de Pesquisa e Desenvolvimento, de Transformação Digital e áreas Corporativas, em um esforço coordenado pela Superintendência de Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa. A governança do processo tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e o setor elétrico.

Durante 2023, a Neoenergia investiu em PDI um total de R\$ 160,3 milhões. Os esforços estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia.

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia:

- **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Hidrogênio verde, energias renováveis inovadoras, mobilidade sustentável, redes inteligentes, armazenamento, eletrificação do calor que contribuem para a transformação industrial, com foco na sustentabilidade, energia verde acessível e emprego;
- **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

Ao longo do ano de 2023 foi realizada a primeira chamada do **Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor**. Foram meses produzindo inovação todos os dias e construindo uma forma própria de inovar junto aos Negócios e áreas corporativas da Neoenergia. Mais de 600 ideias foram submetidas no Go In em aproximadamente 45 dias, com o objetivo de simplificar, otimizar e desburocratizar nossos processos internos. Os idealizadores investiram em horas de treinamentos se preparando para essa trajetória e contaram com o suporte de mais de 100 aceleradores no desenvolvimento das ideias, removendo entraves e promovendo agilidade. Todas as ideias passaram por uma criteriosa análise dos avaliadores, envolvendo mais de 800 lideranças nas etapas de avaliação. Ao final os 24 melhores projetos foram apresentados à banca da diretoria executiva no Demo Day e os 10 melhores foram premiados durante evento da Convenção de Líderes da Neoenergia.

Destaca-se ainda o reconhecimento em dois dos principais rankings de inovação no Brasil, o 4º lugar na categoria Energia Elétrica do Prêmio Valor Inovação e o 3º lugar na categoria Energia Elétrica e Renováveis do TOP 100 Open Corps 2023.

Este ano, foi lançado o Pod Inovar, um Podcast da Neoenergia, que promove o debate de panoramas, tendências, curiosidades do universo de inovação e do setor de energia. Os conteúdos incluem especialistas internos e externos à Neoenergia e são disponibilizados nos canais e redes sociais do Youtube, LinkedIn e Spotify.

13.3. Educação e Cultura

Nos parques eólicos em operação, em 2023, foram desenvolvidos diversos programas de educação ambiental, como formações para potencializar o turismo de base comunitária no Rio Grande do Norte, empoderamento feminino na Bahia e valorização cultural na Paraíba. No município de Caetité (Bahia), como parte do projeto Ventos de Mudança, foram oferecidas formações complementares aos alunos do curso técnico de Meio Ambiente do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), que culminaram com a visita técnica de cerca de 30 alunos aos nossos parques eólicos. A iniciativa é uma parceria inovadora do setor elétrico entre a Neoenergia e a Rio Energy, iniciada em 2022. Em 2023, iniciamos ainda o Programa Sementes de Saberes, criado para impulsionar o desenvolvimento local a partir de potencialidades e desafios identificados nas comunidades. Ao longo do ano, foram visitadas mais de 70 comunidades na área de influência dos parques eólicos em operação, para a realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo nos territórios onde estão localizados parques eólicos da Neoenergia.

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango, e da linha de transmissão Potiguar Sul, atendendo aos três eixos do Índice. Está em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel). As comunidades envolvidas no Programa SER são estimuladas a aderirem ao processo de agricultura familiar. Ao longo dos anos, em todas as comunidades que atuou, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas.

Pensando na criação de oportunidades de capacitação profissional gratuita, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista. Entre 2019 e 2022 formou turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, fomos reduzindo o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas. A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

(i) o edital Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

(ii) a 3ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, escolhidas pelo comitê técnico que atua com projetos de Arte e Cultura, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 137 inscrições em 2023;

(iii) o Instituto, em parceria com a Termopernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro apoiou três projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2023. Foi apoiado o segundo projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras, dentre elas a Neoenergia. A ação consiste no restauro, requalificação e modelagem para novo uso da antiga Estação Ferroviária de Caruaru, ampliando a geração de trabalho e renda para a comunidade e as ofertas turísticas para o município.

(iv) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 320 vagas para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira e Mongaguá, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - cultura digital, marcenaria, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo;

(v) o Entre o Céu e a Favela e o Centro de Artes da Maré, foram contemplados no Programa Mulheres Inspiradoras, que amplia o impacto positivo promovido por lideranças femininas e reforçam nosso compromisso em prol da valorização do protagonismo feminino no campo da Arte e Cultura. Os projetos foram apoiados por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro.

13.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis, apoiando o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde a Neoenergia opera. Além disso, tem como premissa garantir um olhar cuidadoso para pessoas e comunidades, respeitando todas as formas de diversidade, impulsionando oportunidades por meio de iniciativas efetivas, inclusivas e sustentáveis. Sua trajetória teve início em 2018. Em 2023, o Instituto celebrou cinco anos de história, com avanços importantes para consolidar a atuação no Brasil.

A partir de 2023, o Instituto passou a contribuir diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

Outro marco para o Instituto foi sua adesão ao Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas, um instrumento de suporte, indução e facilitação do engajamento da filantropia e do investimento social privado nacional na agenda das Mudanças Climáticas.

13.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2023, contou com investimento de cerca de R\$ 161,3 milhões nas cinco distribuidoras.

Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 712 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 5 distribuidoras e mais de 214,8 mil lâmpadas em quase 3 mil instituições dessas comunidades;
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 2,2 mil toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 1,1 milhão na conta de energia elétrica de cerca de 32 mil consumidores nas 5 distribuidoras, que ainda trocaram mais de 70 mil lâmpadas dos clientes por LED;
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas, capacitando 9,6 mil professores e mais de 222 mil alunos das áreas de concessão das distribuidoras sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- Execução de projetos de Eficientização de 1.893 prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 83 unidades na Bahia, 431 unidades em Pernambuco, 137 unidades no Rio Grande do Norte, 1.133 unidades em São Paulo e 109 unidades em Brasília, totalizando mais de 344 mil lâmpadas substituídas e instalação de 45 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 9,5 MWp, além do retrofit de um sistema de aquecimento de água no DF com a substituição de 6 motobombas centrífugas e 10 aquecedores elétricos do tipo bomba de calor;
- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 52 municípios das áreas de concessão das 4 distribuidoras (exceto Neo Brasília), com a substituição de mais de 37,3 mil pontos de IP por tecnologia LED;
- Execução de projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

13.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2023, foram investidos R\$ 259,13 milhões no Programa de PDI ANEEL, sendo R\$ 77,95 milhões para projetos das empresas Neoenergia, R\$ 100,32 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), R\$ 50,46 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 30,40 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Redes Inteligentes:

- (i) **GODEL Analytics**, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas;
- (ii) **GODEL Perdas**, que permite o cálculo das perdas técnicas e não técnicas utilizando algoritmos desenvolvidos a partir de dados do cadastro georreferenciado da rede elétrica, das medições dos sensores inteligentes e demais equipamentos de medição;
- (iii) **GODEL Conecta**, premiado em 2023 no XXVII SNPTEE - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica como 1º lugar no Grupo de Estudos de Sistemas de Distribuição, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas;
- (iv) **Conexão Digital**, que atua em três pilares: modernização da jornada dos clientes, desenvolvimento integrado de soluções digitais e inclusão digital, promovendo melhorias nas experiências dos consumidores da Neoenergia, tendo sempre o cliente no centro do negócio.

Segurança:

- (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência;
- (ii) **Sensor de Proximidade**, que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco;
- (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo;
- (iv) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

Eficiência Operacional:

- (i) **Qualímetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede;
- (ii) **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
- (iii) **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)**, que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL),

melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade;

(iv) Plataforma Integrada de Automação para Simulação de Subestação, que possibilita a simulação completa de uma subestação, com a configuração das informações que trafegam nos barramentos, realizando testes de interoperabilidade, integrações entre equipamentos e sistemas, além de testes de lógicas de controle e proteção que compõem o sistema de automação de uma subestação (SAS).

Sustentabilidade:

(i) Caminhão Elétrico, que possui cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de rede de distribuição de energia, além de um sistema inteligente para o gerenciamento da recarga de forma segura e eficiente na rede de baixa tensão;

(ii) Trilha Verde em Fernando de Noronha, que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, utilizando veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia;

(iii) Corredor Verde, iniciativa reconhecida através do Prêmio ECO AMCHAM em 2023 na categoria “Práticas de Sustentabilidade, Produtos e Serviços para Grandes Empresas”, o primeiro corredor elétrico e a maior eletrovia de recargas rápidas da Região Nordeste, com mais de 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN), que viabilizou uma ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos (VEs) na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas;

(iv) Microrrede, um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, em operação desde 2022, constituindo uma alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT), que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia e viabilizou a implementação de uma microrrede 100% renovável.

(v) Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica.

(vi) Mexilhão Dourado, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas;

(vii) Hidrogênio Verde, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em abastecimento veicular.

14. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2023:

<p>Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3</p> 	<p>A Neoenergia integra, pelo 4º ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 SA. O ISE reúne empresas que possuem as melhores práticas de sustentabilidade nos quesitos ambiental, responsabilidade social, econômico-financeiro e governança corporativa.</p>
<p>Índice de Diversidade da B3</p> 	<p>A Neoenergia integra a primeira carteira do índice de diversidade da B3, o IDiversa, que tem como objetivo tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e proporcionar comparabilidade no desempenho das 79 empresas classificadas no índice.</p>
<p>XXVII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica</p> 	<p>O GODEL Conecta, produto de um projeto de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia, conquistou o primeiro lugar no XXVII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), evento considerado o maior da América Latina e o 2º maior do mundo. A tecnologia premiada possibilita a simulação da disponibilidade da rede elétrica para conexão de geração distribuída (GD).</p>
<p>Selo Pró-Ética edição 2022/2023</p> 	<p>Por seu comprometimento com medidas de integridade para prevenir e combater práticas de fraude e corrupção, a Neoenergia foi reconhecida, pela quinta vez consecutiva, com o Selo Pró-Ética edição 2022/2023. A iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) também premiou as distribuidoras Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Cosern (RN).</p>
<p>Prêmio 100 Open Corps</p> 	<p>A Neoenergia ficou entre as empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil. A companhia conquistou o terceiro lugar, no segmento de energia elétrica e renováveis, e ficou entre as 50 melhores na oitava edição do Prêmio TOP 100 Open Corps.</p>
<p>Troféu Transparência</p> 	<p>Pelo terceiro ano consecutivo, a Neoenergia ganhou o Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), pela qualidade e transparência das informações financeiras fornecidas ao mercado.</p>
	<p>Principal ranking de inovação do país, o Prêmio Valor Inovação 2023, elaborado pelo jornal Valor Econômico,</p>

<p>Prêmio Valor Inovação 2023</p> 	<p>classificou a Neoenergia com uma posição de destaque. Em feito histórico, a companhia se classificou entre as 5 empresas mais inovadoras do setor elétrico garantindo o 4º lugar. Já no ranking geral, conquistou a 61ª posição, melhorando o resultado do último ano (137º lugar).</p>
<p>Prêmio Eco 2023</p> 	<p>A Neoenergia foi uma das ganhadoras do Prêmio Eco 2023, promovido pela AMCHAM Brasil, um dos maiores reconhecimentos de práticas empresariais de sustentabilidade. Foi concedido a Neoenergia o Troféu Ouro pelos projetos Corredor Verde, Trilha Verde e Caminhão Elétrico, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Mobilidade Elétrica da companhia.</p>
<p>Prêmio Abradee 2023</p> 	<p>A Neoenergia Cosern foi a campeã nas categorias Nacional, Nordeste e Gestão Operacional e ainda obteve o 2º lugar em Qualidade da Gestão no Prêmio Abradee 2023. Já a Neoenergia Elektro ficou em primeiro nas categorias Sudeste, Qualidade da Gestão e Evolução do Desempenho e conquistou o 2º lugar na categoria Nacional.</p>
<p>IIA May Brasil</p> 	<p>A Neoenergia conquistou o IIA May Brasil, premiação nacional que reconhece as empresas que desenvolvem as melhores ações e práticas de conscientização da profissão de Auditoria Interna. A iniciativa é realizada pela IIA Brasil (Instituto dos Auditores Internos do Brasil), desde 2020.</p>
<p>Prêmio Clientes SA 2023</p> 	<p>Com o case 'Humanizando a Transformação Digital: Como a comunicação e a análise de dados fortalecem a Experiência do Cliente', a Neoenergia foi agraciada na categoria Líder em Projeto Visionário do Prêmio Clientes SA 2023.</p>
<p>Prêmio SMART CUSTOMER 2023</p> 	<p>Por sua atuação na área de experiência do cliente, a Neoenergia foi reconhecida na categoria Comunicação Digital do Prêmio SMART CUSTOMER 2023, com o case 'Humanizando a Transformação Digital: Como a comunicação e a análise de dados fortalecem a Experiência do Cliente'.</p>
<p>Prêmio Latam</p> 	<p>A Neoenergia conquistou o troféu de ouro da categoria Mejor Estrategia de Operación Sector Ciudadano, do Prêmio Latam, oferecido pela Aloic (Alianza Latinoamericana de Organizaciones para la Interacción con Clientes). A votação premiou o Case "Gestão fim a fim: Personalização e Acolhimento ao cliente Neoenergia".</p>

<p>Monitor Empresarial de Reputação Corporativa</p> 	<p>Em 2023 ficamos entre as três empresas do setor elétrico com melhor reputação no Brasil, de acordo com o ranking do Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco). O ranking é um instrumento de avaliação reputacional baseado numa metodologia multistakeholder composta por diversas avaliações e fontes de informação.</p>
<p>Melhores do Ano de 2022</p> 	<p>O Grupo Inova reconheceu a Neoenergia como uma das empresas Melhores do Ano de 2022, pelo compromisso em oferecer serviços de alta qualidade e excelência aos seus clientes.</p>
<p>Prêmio Aneel de Ouvidoria</p> 	<p>Pelo segundo ano consecutivo, a Neoenergia Elektro foi eleita na Categoria Bronze (3º lugar) dentre as Melhores Ouvidorias do Brasil, no Prêmio Aneel de Ouvidoria. A premiação é concedida às ouvidorias das Distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores.</p>
<p>The Sustainability Yearbook 2023</p> 	<p>A Neoenergia se manteve no The Sustainability Yearbook 2023, considerando o score de 2022 da S&P Global, pelo terceiro ano consecutivo. O reconhecimento garantiu a pontuação entre os 15% das empresas avaliadas com melhor desempenho no setor elétrico e apenas 30% abaixo do líder do setor no S&P Global ESG. Lançado em 1999 e indexado à bolsa de Nova York, o índice é considerado a maior referência de integração da sustentabilidade à estratégia de negócios e um importante direcionador para uma série de investidores institucionais.</p>
<p>FTSE4Good Index</p> 	<p>Em 2023, a Neoenergia se manteve no FTSE4 Good Index com um ESG score de 4.0, um dos mais importantes índices internacionais de sustentabilidade, aferido pela Financial Times Stock Exchange (FTSE) Russell, divisão da Bolsa de Valores de Londres. Além disso, suas práticas ambientais, sociais e de governança apresentaram médias que superam as do setor de energia elétrica.</p>
<p>CDP Clima 2023</p> 	<p>A Neoenergia atingiu a pontuação A- do CDP Clima de 2023 (índice utilizado para avaliar o desempenho das empresas participantes do processo de seleção à carteira do ISE B3 na dimensão Mudança no Clima), permanecendo na A list, e pontuação B no caderno segurança hídrica, reforçando seu protagonismo na pauta ambiental.</p>

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), com vigência até a data base de 31/12/2026.

Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 6.395.112,75, dos quais R\$ 4.209.727,26 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 2.185.385,49 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de asseguarção limitada sobre Covenants, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial, relatório de asseguarção limitada do Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório Integrado e relatório de asseguarção razoável sobre a compilação de informações financeiras Pro Forma. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

16. BALANÇO SOCIAL

Como forma de demonstrar nosso compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável, divulgamos anualmente nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança em nosso Relatório de Sustentabilidade.

O documento é elaborado com base nas normas 2021 da Global Reporting Initiative (GRI) e nos padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico. Consideramos também as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado desde 2004 e o documento referente ao ano de 2023 será publicado até 31 de março de 2024 no site da companhia (www.neoenergia.com).

17. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia S.A., apresenta os resultados do 4T23 e 2023 e a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	4T23	2023	4T22	2022	
(+) Receita líquida	11.547	44.343	11.536	42.787	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(245)	(1.222)	(429)	(1.339)	Nota 6
(-) Outras receitas	(142)	(802)	(129)	(824)	Nota 6
(+) Ganho/perda na RAP	(60)	(105)	(99)	34	Nota 6.4
(+) Receita de operação e manutenção	31	157	34	131	Nota 6.4
(+) Operações fotovoltaicas	2	7	7	28	Nota 6.4
(+) Outras receitas - Outras receitas	3	10	1	5	Nota 6.4
= RECEITA Operacional Líquida	11.136	42.388	10.921	40.822	
(+) Custos com energia elétrica	(5.047)	(19.306)	(4.622)	(17.813)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(132)	(492)	(109)	(125)	Nota 9
(+) Custos de construção	(2.091)	(8.056)	(2.356)	(8.001)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(5)	(14)	(6)	(21)	Nota 9
= Custo com Energia	(7.275)	(27.868)	(7.093)	(25.960)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	245	1.222	429	1.339	Nota 6
= MARGEM BRUTA	4.106	15.742	4.257	16.201	
(+) Custos de operação	(1.433)	(5.259)	(1.472)	(4.507)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(93)	(344)	(93)	(360)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(471)	(2.193)	(634)	(2.080)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	132	492	109	125	Nota 9
(-) Operações fotovoltaicas	5	14	6	21	Nota 9
(-) Depreciação	676	2.560	780	2.243	Nota 9
(+) Outras receitas	142	802	129	824	Nota 6
(-) Ganho/perda na RAP	60	105	99	(34)	Nota 6.4
(-) Receita de operação e manutenção	(31)	(157)	(34)	(131)	Nota 6.4
(-) Operações fotovoltaicas	(2)	(7)	(7)	(28)	Nota 6.4
(-) Outras receitas - Outras receitas	(3)	(10)	(1)	(5)	Nota 6.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(1.018)	(3.997)	(1.118)	(3.932)	
(+) PECLD	(143)	(632)	(120)	(505)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial / Ajuste valor justo - investimento	(90)	1.246	(184)	(182)	Demonstrações de resultado
EBITDA	2.855	12.359	2.835	11.582	
(+) Depreciação e Amortização	(676)	(2.560)	(611)	(2.243)	Demonstrações de resultado e Nota 9
(+) Resultado Financeiro	(1.137)	(4.843)	(947)	(3.800)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(53)	(429)	(323)	(752)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(16)	(66)	(18)	(69)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	973	4.461	936	4.718	Demonstrações de resultado



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público - ativo contratual transmissoras de energia elétrica

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 6 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Combinação de negócios realizada em estágios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia celebrou contrato de permuta de ações e outras avenças para aquisição de participação societária com obtenção de controle na Energética Águas da Pedra S.A.

O processo de mensuração a valor justo e a alocação dos ativos adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios realizada em estágios envolve o exercício de julgamento e subjetividade sobre certas estimativas, e o processo de registro contábil conforme requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócios envolve complexidade. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à contabilização de transações significativas e não usuais; (ii) leitura do conjunto do acordos e principais documentos que suportam a transação; (iii) avaliação da competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração para emissão dos laudos de avaliação ao valor justo e alocação do preço na combinação de negócios realizada em estágios; (iv) avaliação dos critérios adotados pela Administração na aplicação do método de aquisição e na remensuração da participação detida anteriormente, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios; (v) envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação financeira para nos auxiliar na avaliação da adequação do modelo e taxa de desconto utilizados para mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na data de aquisição, bem como o envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação patrimonial para nos auxiliar na avaliação da adequação da metodologia e avaliação do valor justo dos ativos tangíveis adquiridos; e (vi) análise e avaliação das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios para contabilização da combinação de negócios realizada em estágios adotados pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Perda de controle na alienação de participação societária

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças referente a operação de venda de 50% da participação societária da controlada Neoenergia Transmissão S.A.

Devida complexidade na aplicação dos conceitos do Pronunciamento Contábil CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e do Pronunciamento Contábil CPC 18 (R2)/IFRS 11 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para avaliação dos conceitos de controle e controle conjunto, bem como na determinação da contabilização a ser realizada após a conclusão da alienação de participação societária da Neoenergia Transmissão S.A., consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à contabilização de transações significativas e não usuais (b) leitura do conjunto do acordos e principais documentos que suportam a transação; (c) avaliação técnica da aplicação pela Administração dos conceitos do Pronunciamento Contábil CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e do Pronunciamento Contábil CPC 18 (R2)/IFRS 11 – Investimento em Coligada para determinação do tratamento contábil após a perda de controle na alienação de participação societária; (d) exame da documentação correspondente à contraprestação recebida e avaliação do valor contabilizado referente a perda de controle na alienação de participação societária; e (e) análise e avaliação das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que a contabilização da perda de controle na alienação de participação societária efetuada pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referente ao balanço patrimonial de abertura

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2022 (equivalentes aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2021), apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras completas originalmente divulgadas de 31 de dezembro de 2021 as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência do assunto descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 7 de fevereiro de 2024, com uma opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022 ⁽¹⁾
Receita operacional, líquida	6	44.343	42.787	2	1
Custos		(32.621)	(30.321)	-	-
Custos com energia elétrica	7	(19.306)	(17.813)	-	-
Custos de construção	8	(8.056)	(8.001)	-	-
Custos de operação	9	(5.259)	(4.507)	-	-
Lucro bruto		11.722	12.466	2	1
Perda de crédito esperadas	13.2	(632)	(505)	-	-
Despesas com vendas	9	(344)	(360)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	9	(2.193)	(2.080)	(290)	(290)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	16	1.247	(136)	1.247	(136)
Equivalência Patrimonial	16	(1)	(46)	3.753	5.493
Lucro operacional		9.799	9.339	4.712	5.068
Resultado financeiro	10	(4.843)	(3.800)	(251)	(383)
Receitas financeiras		1.262	1.548	437	335
Despesas financeiras		(4.844)	(4.339)	(427)	(523)
Outros resultados financeiros, líquidos		(1.261)	(1.009)	(261)	(195)
Lucro antes dos tributos		4.956	5.539	4.461	4.685
Tributos sobre o lucro	11.1	(429)	(752)	-	-
Corrente		(408)	(722)	-	-
Diferido		(21)	(30)	-	-
Lucro líquido do exercício		4.527	4.787	4.461	4.685
Atribuível à:					
Acionistas controladores		4.461	4.718	4.461	4.685
Acionistas não controladores		66	69	-	-
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	24.2	3,68	3,89	3,68	3,86

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	4.527	4.787	4.461	4.685
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	(312)	(38)	-	-
Hedge de fluxo de caixa	10	3	-	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	103	12	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(198)	(9)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(199)	(23)	(198)	(9)
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	151	(608)	(40)	(251)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(65)	122	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	125	(225)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	86	(486)	85	(476)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(113)	(509)	(113)	(485)
Resultado abrangente do exercício	4.414	4.278	4.348	4.200
Atribuível à:				
Acionistas controladores	4.348	4.233	4.348	4.200
Acionistas não controladores	66	45	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022 ⁽¹⁾
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	4.527	4.787	4.461	4.685
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	2.611	2.280	184	167
Baixa de ativos não circulantes	169	213	-	-
Equivalência Patrimonial	1	46	(3.927)	(5.654)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	(1.247)	136	(1.247)	136
Tributos sobre o lucro	429	752	-	-
Resultado financeiro, líquido	4.843	3.800	251	383
Valor de reposição estimado da concessão	(1.222)	(1.339)	-	-
Outros	3	(2)	-	-
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(1.180)	1.234	-	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual - Transmissão)	(2.965)	(3.646)	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	(98)	(1.341)	4	35
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(156)	(36)	3	(4)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	322	2.559	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	349	(1.293)	69	(57)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(306)	(145)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(679)	(719)	143	307
Caixa gerado (consumido) nas operações	5.401	7.286	(59)	(2)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	80	87	3.001	4.738
Encargos de dívidas pagos	(3.017)	(2.649)	(214)	(330)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(1.187)	(840)	(255)	(210)
Rendimento de aplicação financeira	847	822	93	95
Pagamento de juros – Arrendamentos	(27)	(26)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(465)	(60)	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.632	4.620	2.566	4.291
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de participação acionária (nota 16.5)	1.111	-	1.111	-
Desconsolidação do caixa dos ativos de transmissão alienados (nota 16.5)	(372)	-	-	-
Caixa adquirido na combinação de negócios (nota 16.4)	208	-	-	-
Contraprestação transferida para aquisição de controle EAPSA (nota 16.4)	(454)	-	(454)	-
Contraprestação recebida pela venda de controle da Baguari (nota 16.4)	454	-	454	-
Reclassificação do caixa dos ativos não circulante mantido para venda	-	(22)	-	-
Oferta pública de aquisição de ações da Neoenergia Pernambuco	-	-	-	(287)
Aquisição de imobilizado e intangível	(715)	(1.656)	(14)	(3)
Aumento de capital em investidas	(27)	(47)	(1.994)	(3.148)
Concessão serviço público (Ativo contratual – Distribuição)	(4.904)	(5.698)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.394)	(983)	(38)	(424)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.344	997	-	374
Mútuos recebidos	-	-	123	543
Caixa (consumido) nas atividades de investimentos	(4.749)	(7.409)	(812)	(2.945)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	11.522	12.923	657	1.473
Pagamento dos custos de captação	(132)	(94)	(3)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(6.483)	(8.171)	(666)	(2.204)
Depósitos em garantias	(3)	(30)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	335	326	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(52)	(47)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	(7)	501	-	-
Oferta pública de aquisição de ações da Neoenergia Pernambuco	-	(326)	-	-
Remuneração paga aos acionistas controladores	(1.335)	(938)	(1.335)	(938)
Remuneração paga aos acionistas não controladores	(43)	(98)	-	-
Mútuos com coligadas recebidos (aplicados)	-	-	-	(31)
Recuperação de ações em tesouraria	(39)	-	(39)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	3.763	4.046	(1.386)	(1.700)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	646	1.257	368	(354)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.802	5.545	777	1.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.448	6.802	1.145	777
Transações que não envolvem caixa:				
Ativo líquido combinação de negócios (nota 16.4)	1.804	-	-	-
Contraprestação transferida para aquisição do controle de EAPSA (nota 16.4)	(873)	-	(873)	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	125	357	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	191	215	-	-

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	31/12/2023	31/12/2022 ⁽¹⁾	Consolidado 01/01/2022 ⁽¹⁾	31/12/2023	31/12/2022 ⁽¹⁾	Controladora 01/01/2022 ⁽¹⁾
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	12	7.448	6.802	5.545	1.145	777	1.131
Contas a receber de clientes e outros	13	9.266	7.805	8.626	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		74	99	72	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	284	183	738	-	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	11.1.3	402	1.040	848	290	259	192
Outros tributos a recuperar	11.2.1	2.098	1.876	2.085	1	1	1
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	61	49	25	669	763	629
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	14	324	252	1.681	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	15.2	688	715	492	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.432	1.037	871	65	87	634
		22.077	19.858	20.983	2.170	1.887	2.587
Ativos não circulante mantido para a venda	16.3	1.048	933	-	266	780	-
Total do circulante		23.125	20.791	20.983	2.436	2.667	2.587
Não circulante							
Contas a receber de clientes e outros	13	382	340	378	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		513	414	387	109	61	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	347	774	1.463	5	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	11.1.3	702	30	7	-	-	-
Outros tributos a recuperar	11.2.1	2.489	3.749	4.863	-	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	11.1.2	885	611	727	-	-	-
Depósitos Judiciais	21.1	1.448	1.244	1.087	66	62	55
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	14	-	-	352	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	15.1	28.113	23.493	18.516	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	15.2	12.465	15.980	12.447	-	-	-
Outros ativos não circulantes		95	102	94	13	75	9
Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	16	1.984	1.156	1.997	33.563	30.284	27.739
Direito de uso		178	182	138	-	-	-
Imobilizado	17	12.487	10.846	9.560	33	26	26
Intangível	18	13.899	12.606	12.801	7	3	2
Total do não circulante		75.987	71.527	64.817	33.796	30.511	27.831
Total do ativo		99.112	92.318	85.800	36.232	33.178	30.418

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Consolidado			Controladora		
		31/12/2023	31/12/2022 ⁽¹⁾	01/01/2022 ⁽¹⁾	31/12/2023	31/12/2022 ⁽¹⁾	01/01/2022 ⁽¹⁾
Passivo							
Circulante							
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	19	4.483	4.287	5.538	162	158	122
Empréstimos e financiamentos	20.2	8.951	7.289	7.940	216	720	2.276
Passivo de arrendamento		53	48	38	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	610	289	134	110	41	27
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	23	854	806	661	20	18	22
Tributos sobre o lucro a recolher	11.1.3	92	132	29	-	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	11.2.2	1.559	1.222	1.690	126	96	67
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	14	430	124	-	-	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	11.3	1.487	1.451	1.500	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.2	773	1.001	805	753	985	786
Provisões e outras obrigações	21	378	378	256	-	-	-
Outros passivos circulantes	22	1.247	1.236	1.349	126	125	51
		20.917	18.263	19.940	1.513	2.143	3.351
Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantido para venda		782	153	-	-	-	-
Total do circulante		21.699	18.416	19.940	1.513	2.143	3.351
Não circulante							
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	19	181	164	148	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20.2	36.932	36.214	30.683	4.284	3.881	3.097
Passivo de arrendamento		157	158	108	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	1.319	951	197	631	467	101
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	23	953	744	789	-	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher	11.1.3	29	28	27	8	7	7
Tributos sobre o lucro diferidos	11.1.2	1.871	1.524	1.766	-	3	3
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	11.2.2	952	1.438	1.128	-	-	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	14	927	702	342	-	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	11.3	1.862	3.134	4.529	-	-	-
Provisões e outras obrigações	21	1.809	1.639	1.601	2	1	1
Outros passivos não circulantes	22	345	269	304	13	23	22
Total do não circulante		47.337	46.965	41.622	4.938	4.382	3.231
Patrimônio Líquido							
Atribuído aos acionistas controladores	24	29.866	26.739	23.886	29.781	26.653	23.836
Atribuído aos acionistas não controladores		210	198	352	-	-	-
Total do patrimônio líquido		30.076	26.937	24.238	29.781	26.653	23.836
Total do passivo e do patrimônio líquido		99.112	92.318	85.800	36.232	33.178	30.418

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado										
	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas da Neoenergia S.A	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.920	159	(1.735)	(766)	1.434	247	14.480	-	26.739	198	26.937
Aumento de capital	4.000	-	-	-	-	-	(4.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.461	4.461	66	4.527
Outros resultados abrangentes (nota 24.3)	-	-	-	(113)	-	-	-	-	(113)	-	(113)
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reservas de lucros (nota 24.6)	-	-	-	-	223	-	3.045	(3.268)	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)	(50)	(1.243)
Transação com os sócios:											
Pagamento baseado em ações (nota 23.2)	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Compra de participação adicional de controladas	-	-	4	-	-	-	-	-	4	(4)	-
Ações em tesouraria	-	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)	-	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.920	127	(1.731)	(879)	1.657	247	13.525	-	29.866	210	30.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.920	129	(1.542)	(281)	1.200	247	11.213	-	23.886	352	24.238
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.718	4.718	69	4.787
Outros resultados abrangentes (nota 24.3)	-	-	-	(485)	-	-	-	-	(485)	(24)	(509)
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reservas de lucros (nota 24.6)	-	-	33	-	234	-	3.267	(3.534)	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	(1.184)	(99)	(1.283)
Transação com os sócios:											
Pagamento baseado em ações (nota 23.2)	-	30	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Compra de participação adicional de controladas	-	-	(226)	-	-	-	-	-	(226)	(100)	(326)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.920	159	(1.735)	(766)	1.434	247	14.480	-	26.739	198	26.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Controladora								
	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.920	156	(1.805)	(766)	1.434	234	14.480	-	26.653
Aumento de capital	4.000	-	-	-	-	-	(4.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.461	4.461
Outros resultados abrangentes (nota 24.3)	-	-	-	(113)	-	-	-	-	(113)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 24.6)	-	-	-	-	223	-	3.045	(3.268)	-
Remuneração aos acionistas da Neoenergia (nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)
Transação com os sócios:									
Pagamento baseado em ações (nota 23.2)	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Compra de participação adicional de controladas	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Ações em tesouraria	-	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.920	125	(1.801)	(879)	1.657	234	13.525	-	29.781
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.920	129	(1.579)	(281)	1.200	234	11.213	-	23.836
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.685	4.685
Outros resultados abrangentes (nota 24.3)	-	-	-	(485)	-	-	-	-	(485)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 24.6)	-	-	-	-	234	-	3.267	(3.501)	-
Remuneração aos acionistas da Neoenergia (nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	(1.184)
Transação com os sócios:									
Pagamento baseado em ações (nota 23.2)	-	27	-	-	-	-	-	-	27
Compra de participação adicional de controladas	-	-	(226)	-	-	-	-	-	(226)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.920	156	(1.805)	(766)	1.434	234	14.480	-	26.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022 ⁽¹⁾
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	62.394	59.941	2	1
Receita de construção de ativos próprios	192	1.031	-	-
Perda de crédito esperada	(632)	(505)	-	-
Outras receitas	1.354	-	1.354	-
Subtotal	63.308	60.467	1.356	1
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(15.237)	(14.445)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(6.225)	(5.518)	-	-
Matérias-primas consumidas	(494)	(139)	-	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.649)	(11.413)	(205)	(211)
Subtotal	(32.605)	(31.515)	(205)	(211)
Valor adicionado bruto	30.703	28.952	1.151	(210)
Depreciação e amortização	(2.611)	(2.280)	(184)	(167)
Reversão (redução) do valor recuperável e baixas de ativos não circulantes, líquida	(107)	(136)	(107)	(136)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	27.985	26.536	860	(513)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.142	6.830	913	760
Equivalência patrimonial	(1)	(46)	3.927	5.654
Subtotal	5.141	6.784	4.840	6.414
Valor adicionado total a distribuir	33.126	33.320	5.700	5.901
Distribuição do valor adicionado				
Remunerações de empregados e administradores	1.423	1.240	59	57
Férias e 13º salário	254	251	-	-
Encargos sociais (exceto INSS)	118	112	4	-
Benefícios	680	751	-	-
Outros	(580)	(557)	-	4
Subtotal	1.895	1.797	63	61
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	364	334	10	10
ICMS	8.719	8.165	-	-
PIS e COFINS	2.451	2.306	22	18
Tributos sobre o lucro	429	752	-	-
Obrigações intrassetoriais	4.741	4.568	-	-
Outros	79	64	2	1
Subtotal	16.783	16.189	34	29
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações cambiais	9.902	10.533	1.142	1.126
Aluguéis	19	14	-	-
Subtotal	9.921	10.547	1.142	1.126
Remuneração de capitais próprios				
Remuneração aos acionistas da Neoenergia	1.193	1.184	1.193	1.184
Lucros retidos	3.268	3.534	3.268	3.501
Participação dos acionistas não controladores	66	69	-	-
Subtotal	4.527	4.787	4.461	4.685
Valor adicionado distribuído	33.126	33.320	5.700	5.901

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A. (“Controladora”) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, (NEOE3) com ações admitidas à negociação no mercado de ações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no segmento Novo Mercado, Bolsa, Balcão constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas (“Companhia” ou “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abarcam medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito está limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

O Grupo e as empresas coligadas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permisões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Número de Municípios	Ciclo tarifário	Última revisão
Neoenergia Coelba	Bahia	08/08/1997	08/08/2027	415	5 anos	2023
Neoenergia Cosern	Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027	167	5 anos	2023
Neoenergia Elektro	São Paulo	27/08/1998	27/08/2028	223	4 anos	2023
Neoenergia Elektro	Mato Grosso do Sul	27/08/1998	27/08/2028	5	4 anos	2023
Neoenergia Brasília	Distrito Federal	26/08/1999	07/07/2045	1	5 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030	184	4 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030	1	4 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Paraíba	30/03/2000	30/03/2030	1	4 anos	2021

Transmissão em operação

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
Afluentes T	Bahia	08/08/1997	08/08/2027	5 anos	2020
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2022
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2023
Potiguar Sul	Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043	5 anos	2019
Sobral	Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Atibaia	São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Biguaçu	Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Dourados	Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Santa Luzia	Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Jalapão	Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Rio Formoso	Bahia	20/03/2020	20/03/2050	5 anos	-

Em Janeiro de 2023 entrou em operação a linha de transmissão de Rio Formoso (Lote 9 – Leilão de transmissão nº 02/2019, de dezembro de 2019), localizado na Bahia, que compreende 1 linha de transmissão de 210km de extensão e 2 subestações. O lote conta com uma RAP total de R\$ 23,041 MM (ciclo 2023-2024).

Em Abril de 2023, entrou em operação comercial o reforço de grande porte autorizado à Afluente transmissão correspondente à recapacitação da linha de transmissão Funil/Poções II que passou a operar em 230 kV.

Em Maio de 2023, entrou em operação comercial a melhoria de grande porte autorizada à Afluente Transmissão correspondente a substituição do transformador 230/69 kV na Subestação Tomba.

Transmissão em construção

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento
Guanabara	Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Itabapoana ⁽¹⁾	Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Lagos dos Patos ⁽²⁾	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Vale do Itajaí ⁽²⁾	Paraná e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Morro do Chapéu	Bahia	31/03/2021	31/03/2051
EKTT 8 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.	Minas Gerais	31/03/2022	31/03/2052
EKTT 9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.	Minas Gerais e São Paulo	30/09/2022	30/09/2052
Neoenergia Transmissora II SPE S.A.	Mato Grosso do Sul	30/09/2022	30/09/2052

(1) O ativo encontra-se substancialmente concluído e próximo da entrada da operação comercial.

(2) Em operação parcial.

Ao longo do ano de 2023 algumas etapas do empreendimento da Neoenergia Lagoa do Patos entraram em operação comercial com a implantação da linha de transmissão 525 kV Guaíba 3/Povo Novo C3 e linha de transmissão 230 kV Livramento 3 – Santa Maria 3, C2 com aproximadamente 244,5 km de extensão, localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Adicionalmente teve a entrada em operação comercial do Compensador Síncrono 3 da SE Marmeleiro 2 e o Compensador Síncrono 2 da SE Livramento 3.

As instalações que entraram em operação comercial durante o exercício de 2023, somam uma RAP total de R\$ 98 (ciclo 2023-2024), o que representa 61,1% da RAP de todo o empreendimento.

Em Outubro de 2023, entrou em operação comercial o trecho 4 da Neoenergia Vale do Itajaí com a implantação da Subestação 230/138 kV Indaial, e das Linhas de Transmissão 230kV, Rio do Sul – Indaial C1-C2 e Indaial - Gaspar 2 C1-C2 e com RAP de R\$ 18 (ciclo 2023-2024), o que representa 8,86% da RAP de todo o empreendimento.

Comercialização

Empresa	Estado	Data de autorização
NC Energia	Rio de Janeiro, RJ	22/11/2000
Elektro Comercializadora	Campinas, SP	26/05/2003

Geradoras em Operação

Empresa	Tipo de Usina	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Neoenergia Pernambuco – Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha, PE	21/12/1989	30/03/2030	4,8 MW	1,9
Itapebi	Hidrelétrica – UHE	Rio Jequitinhonha, BA	28/05/1999	15/05/2039	462,011 MW	209,1
Termopernambuco	Termelétrica – UTE	Complexo Portuário do Suape, PE	18/12/2000	18/12/2030	532,756 MW	504,12
Geração CIII - Corumbá III	Hidrelétrica – UHE	Rio Corumbá, GO	07/11/2001	22/04/2040	96,447 MW	49,3
Energética Águas da Pedra – Dardanelos	Hidrelétrica – UHE	Rio Aripuanã, MT	03/07/2007	12/12/2049	261,0 MW	154,9
Belo Monte – Norte Energia	Hidrelétrica – UHE	Rio Xingu, PA	26/08/2010	11/07/2046	11.233,1MW	4.571,0
Geração Céu Azul – Baixo Iguaçu	Hidrelétrica – UHE	Rio Iguaçu, PR	20/08/2012	03/12/2049	350,2 MW	172,4

Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Enerbrasil	Rio do Fogo, RN	20/12/2001	20/12/2031	49,3 MW	20,74
Caetité 2	Caetité, BA	07/02/2011	07/02/2046	30,0 MW	14,7
Caetité 3	Caetité, BA	24/02/2011	24/02/2046	30,0 MW	11,2
Mel 2	Areia Branca, RN	28/02/2011	28/02/2046	20,0 MW	8,8
Arizona 01	Rio do Fogo, RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0 MW	12,9
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	28/04/2011	28/04/2046	30,0 MW	13,9
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	09/05/2011	09/05/2046	30,0 MW	12,8
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	19/05/2011	19/05/2046	30,0 MW	13,5
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	30/05/2011	30/05/2046	30,0 MW	13,9
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	02/06/2011	02/06/2046	30,0 MW	13,7
Caetité 1	Caetité, BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0
Santana 1	Bodó, RN	14/11/2014	14/11/2049	30,0 MW	17,3
Santana 2	Lagoa Nova, RN	14/11/2014	14/11/2049	24,0 MW	13,1
Calango 6	Bodó, RN	20/11/2014	20/11/2049	30,0 MW	18,5
Canoas	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,7

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Lagoa 1	Santa Luzia, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	18,7
Lagoa 2	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,5
Chafariz 1	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 2	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,4
Chafariz 3	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 6	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	31,185 MW	15,2
Chafariz 7	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,3
Lagoa 3	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	17,2
Lagoa 4	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	20,79 MW	10,2
Canoas 2	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,3
Canoas 4	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,5
Chafariz 4	Santa Luzia e Areia de Baraúnas, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Santa Luzia, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Canoas 3	Santa Luzia e São José do Sabugi, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 1	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	24,255 MW	-
Ventos de Arapuá 2	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 3	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	13,86 MW	-
Oitis 1	Dom Inocêncio, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	26,1
Oitis 8	Dom Inocêncio, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	25,5
Oitis 2	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 9	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Em 2023, 100% do complexo Oitis entrou em operação comercial.

Parques solares fotovoltaicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)
Luzia 2	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW
Luzia 3	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW

Em Março de 2023, entraram em operação comercial as últimas UGs da UFV Luzia 2 e foi inaugurado o Complexo Renovável Neoenergia, resultante da associação do Complexo FV Luzia com o Complexo EOL Chafariz, aprovado pela ANEEL de acordo com o despacho nº 2.382/2022.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação

aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1 Gestão de Riscos Financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-

fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuárias, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR, SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 26.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 26.7.

(iii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 26.7.

(iv) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do grupo, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as

aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 20.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 20.3).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade, da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito

(*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	BBB+	A-	
Bank of America ⁽¹⁾	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	AA-	A-
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank		AAA	
Goldman Sachs			AAA
HSBC		AAA	
Itaú	AAA		AAA
JP Morgan		AAA	
Mitsubishi UFJ		AAA	
Morgan Stanley		AAA	
Safra	AAA	AAA	
Santander	AAA	AAA	
Scotiabank	AAA		
Sumitomo Mitsui		AAA	AAA
Votorantim	AA	AAA	

(1) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

1.2.2 Gestão de Riscos Operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no *EBITDA* ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no

nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, que somente estarão disponíveis para avaliação a partir de abril de 2024. Até o momento, as distribuidoras da Companhia vêm cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio das distribuidoras da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei 8631/1993.

Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos

realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresaria - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Consolidado
		Importância Segurada
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 2.100
Terrorismo	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 500
D&O	23/08/2023 a 23/08/2024	R\$ 150
Responsabilidade Civil Geral - Transmissão/Geração	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 100
Empresarial	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 71
Responsabilidade Civil Geral - EKT - NDB	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 44
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 36
Cibersegurança	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 27
Responsabilidade Civil Geral - Neoserv	31/05/2023 a 31/05/2024	R\$ 25
Responsabilidade Civil Geral - Distribuição Nordeste	08/10/2023 a 08/10/2025	R\$ 22
Veículos - Executivo	31/05/2023 a 31/05/2024	100% FIPE
Equipamentos Portáteis de Medição	30/06/2023 a 30/06/2024	Valor Equipamento

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 07 de fevereiro de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
4	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
11.1	Tributos sobre o lucro diferidos
13.2	Perdas de crédito esperadas
14	Ativos e passivos financeiros setoriais
15	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.3	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
16.4	Participação societária e combinação de negócios
19	Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio
20.3	Instrumentos financeiros derivativos
21.1	Provisão para processos judiciais
23.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:

Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>'Sale and Leaseback'</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>'Reverse factoring'</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. REAPRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA POR RECLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPARATIVAS

Em 2021, a Companhia iniciou os esforços para alienação de sua participação societária de 10% na Norte Energia S.A. ('Norte Energia' ou 'NESA'), sendo esta a proprietária da UHE Belo Monte. Durante os exercícios de 2021 e 2022, a Companhia recebeu ofertas indicativas (*Non Binding Offer* – NBO) e outros acordos de confidencialidade (*Non Disclosure Agreement* – NDA) para a NESA.

Durante as negociações, houve uma percepção de aumento de risco, principalmente pela ausência de uma resolução definitiva por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ('IBAMA') relacionado à definição do Hidrograma de Consenso a ser aplicado para a UHE, diante disto as negociações não avançaram.

A administração da Companhia segue comprometida com o processo de desinvestimento, no entanto, após reavaliação do status atual do processo de alienação, concluiu não ser altamente provável a alienação desse ativo nos próximos 12 meses. Desta forma, a Companhia procedeu a reclassificação da participação societária na NESA para a rubrica de Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* e restabeleceu a mensuração deste ativo pelo método de equivalência patrimonial ou seu valor recuperável, sendo o menor entre eles.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia determinam que participação societária, previamente classificada como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, quando não mais se enquadrar nas condições requeridas para ser classificada como tal, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial de modo retrospectivo, a partir da data de sua classificação. Sendo assim, a Companhia procedeu a reapresentação retrospectiva por reclassificação em seu balanço patrimonial, na rubrica de Investimento controladas, coligadas e *joint ventures*, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentado neste relatório como 01 de janeiro de 2022, originalmente publicadas em 15 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	31/12/2022 Divulgado	Reclassificação	31/12/2022 ⁽¹⁾	31/12/2021 Divulgado	Reclassificação	Consolidado 01/01/2022 ⁽¹⁾
Ativo						
Circulante						
Ativos não circulante mantido para a venda	1.730	(797)	933	797	(797)	-
Total do circulante	21.588	(797)	20.791	21.780	(797)	20.983
Não Circulante						
Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	359	797	1.156	1.200	797	1.997
Total do não circulante	70.730	797	71.527	64.020	797	64.817
Total do Ativo	92.318	-	92.318	85.800	-	85.800

	31/12/2022 Divulgado	Reclassificação	31/12/2022 ⁽¹⁾	31/12/2021 Divulgado	Reclassificação	Controladora 01/01/2022 ⁽¹⁾
Ativo						
Circulante						
Ativos não circulante mantido para a venda	1.577	(797)	780	797	(797)	-
Total do circulante	3.464	(797)	2.667	3.384	(797)	2.587
Não Circulante						
Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	29.487	797	30.284	26.942	797	27.739
Total do não circulante	29.714	797	30.511	27.034	797	27.831
Total do Ativo	33.178	-	33.178	30.418	-	30.418

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3

Para fins de demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado a reclassificação ocorreu devido ao reconhecimento da despesa de equivalência patrimonial registrada de forma retroativa no exercício comparativo.

(a) Demonstrações de resultado

	Consolidado			Controladora		
	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	(201)	65	(136)	(201)	65	(136)
Equivalência Patrimonial	19	(65)	(46)	5.558	(65)	5.493
Lucro operacional	9.339	-	9.339	5.068	-	5.068
Lucro líquido do exercício	4.787	-	4.787	4.685	-	4.685

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



(b) Demonstrações do fluxo de caixa

	Consolidado			Controladora		
	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	201	(65)	136	201	(65)	136
Equivalência Patrimonial	(19)	65	46	(5.719)	65	(5.654)
Caixa gerado nas operações	7.286	-	7.286	(2)	-	(2)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.257	-	1.257	(354)	-	(354)

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3

(c) Demonstrações do valor adicionado

	Consolidado			Controladora		
	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾	2022 Divulgado	Reclassificação	2022 ⁽¹⁾
Reversão (redução) do valor recuperável e baixas de ativos não circulantes, líquida	(201)	65	(136)	(201)	65	(136)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	26.471	65	26.536	(578)	65	(513)
Equivalência Patrimonial	19	(65)	(46)	5.719	(65)	5.654
Valor adicionado recebido em transferência	6.849	(65)	6.784	6.479	(65)	6.414
Valor adicionado total a distribuir	33.320	-	33.320	5.901	-	5.901

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

4. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A. entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	2023	2022	2023	2022
Controladora	4.461	4.685	29.781	26.653
Capitalização encargos financeiros, líquidos ⁽¹⁾	(3)	37	87	91
Outros	3	(4)	(2)	(5)
Consolidado	4.461	4.718	29.866	26.739

(1) Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquida dos tributos diferidos e amortizações, emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos, solares e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades corporativas e de suportes às operações.

5.1 Resultado por segmento

As informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

					Consolidado
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado 2023
Receita bruta com terceiros	59.880	999	1.515	-	62.394
Receita bruta inter-segmentos	108	1.239	2.243	2	3.592
Deduções da receita bruta	(17.231)	(184)	(636)	-	(18.051)
Custos e despesas operacionais ⁽¹⁾	(30.301)	(518)	(1.499)	(280)	(32.598)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽¹⁾	(2.347)	(236)	(1.009)	-	(3.592)
Perdas de crédito esperadas	(627)	-	(5)	-	(632)
Ajuste valor justo/valor recuperável - Impairment	(364)	1.611	-	-	1.247
Resultado de participação societária	30	(31)	-	-	(1)
LAJIDA (EBITDA)	9.148	2.880	609	(278)	12.359
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(1.932)	(373)	(62)	(193)	(2.560)
Lucro operacional	7.216	2.507	547	(471)	9.799
Resultado financeiro, líquido	(4.354)	(208)	(30)	(251)	(4.843)
Tributos sobre o lucro	(302)	(79)	(60)	12	(429)
Lucro líquido	2.560	2.220	457	(710)	4.527

					Consolidado
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado 2022 ⁽¹⁾
Receita bruta com terceiros	57.320	811	1.811	(1)	59.941
Receita bruta inter-segmentos	108	1.104	2.244	2	3.458
Deduções da receita bruta	(16.245)	(168)	(741)	-	(17.154)
Custos e despesas operacionais ⁽²⁾	(28.507)	(417)	(1.310)	(284)	(30.518)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽²⁾	(2.270)	(200)	(988)	-	(3.458)
Perdas de crédito esperadas	(500)	-	(5)	-	(505)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	(136)	-	-	(136)
Resultado de participação societária	-	(46)	-	-	(46)
LAJIDA (EBITDA)	9.906	948	1.011	(283)	11.582
Depreciação e amortização ⁽³⁾	(1.695)	(282)	(67)	(199)	(2.243)
Lucro operacional	8.211	666	944	(482)	9.339
Resultado financeiro, líquido	(3.146)	(221)	(105)	(328)	(3.800)
Tributos sobre o lucro	(477)	(131)	(125)	(19)	(752)
Lucro líquido	4.588	314	714	(829)	4.787

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

(2) Não inclui depreciação e amortização.

(3) Inclui a amortização de mais valia.

5.2 Ativos por segmento alocados

	Consolidado 31 de dezembro de 2023				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	Direito de uso e imobilizado
Redes	9.343	(1.033)	52.880	1.128	150
Renováveis	148	-	2.253	856	11.504
Liberalizados	157	-	25	-	972
Outros	-	-	7	-	39
Total	9.648	(1.033)	55.165	1.984	12.665

	Consolidado 31 de dezembro de 2022 ⁽²⁾				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	Direito de uso e imobilizado
Redes	7.855	(574)	52.472	-	167
Renováveis	102	-	310	1.156	9.823
Liberalizados	188	-	9	-	1.000
Outros	-	-	3	-	38
Total	8.145	(574)	52.794	1.156	11.028

	Consolidado 01 de janeiro de 2022 ⁽²⁾				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	Direito de uso e imobilizado
Redes	8.712	1.691	43.879	-	111
Renováveis	136	-	370	1.997	8.526
Liberalizados	156	-	5	-	1.018
Outros	-	-	2	-	43
Total	9.004	1.691	44.256	1.997	9.698

(1) Inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

(2) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

5.3 Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

	2023		Consolidado 2022	
	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado
Redes	6.992	40	8.521	103
Renováveis	-	733	19	1.990
Liberalizados	-	63	-	65
Outros	-	14	-	7
Total	6.992	850	8.540	2.165

(1) Inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

6. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	2023			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia elétrica (nota 6.1)	21.260	918	1.443	23.621
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	26.804	-	-	26.804
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	7.012	-	-	7.012
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	615	59	21	695
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	1.222	-	-	1.222
Remuneração do ativo contratual	1.164	-	-	1.164
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 6.2)	1.074	-	-	1.074
Outras receitas (nota 6.3)	729	22	51	802
Receita operacional bruta	59.880	999	1.515	62.394
(-) Deduções da receita bruta (nota 6.4)	(17.231)	(184)	(636)	(18.051)
Receita operacional líquida	42.649	815	879	44.343

	Consolidado			
	2022			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia elétrica (nota 6.1)	22.122	661	1.746	24.529
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	23.599	-	-	23.599
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	8.375	-	-	8.375
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	512	131	6	649
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	1.339	-	-	1.339
Remuneração do ativo contratual	1.044	-	-	1.044
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 6.2)	(418)	-	-	(418)
Outras receitas (nota 6.3)	747	19	58	824
Receita operacional bruta	57.320	811	1.810	59.941
(-) Deduções da receita bruta (nota 6.4)	(16.245)	(168)	(741)	(17.154)
Receita operacional líquida	41.075	643	1.069	42.787

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 22.505 (R\$ 20.073 em 31 de dezembro de 2022) e livres R\$ 4.299 (R\$ 3.526 em 31 de dezembro de 2022).

(2) Em 31 de dezembro de 2023, o total da Receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 4.597 e R\$ 2.415 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 5.381 e R\$ 2.994) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

(3) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (“BRR”).

Reajuste e Revisão tarifária em 2023

Em 2023, quatro distribuidoras passaram por Revisão Tarifária Periódica (RTP) e uma passou por Reajuste Tarifário Anual (RTA), conforme demonstrado abaixo:

	Neoenergia Coelba	Neoenergia Cosern	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília
Consumidores alta tensão	6,91%	3,65%	10,41%	3,15%	7,78%
Consumidores baixa tensão	8,66%	4,45%	8,51%	9,53%	9,95%
Reajuste médio na tarifa	8,18%	4,26%	9,02%	7,17%	9,32%
Modelo do processo:	RTP	RTP	RTA	RTP	RTA
Nº da resolução homologatória	3.186	3.187	3.195	3.253	3.276
Data da resolução homologatória	18/04/2023	18/04/2023	09/05/2023	22/08/2023	17/10/2023

6.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	2023	2022
Residencial	20.941	19.059
Comercial	9.039	8.889
Industrial	4.485	4.739
Rural	2.504	2.275
Poder público	2.404	2.117
Iluminação pública	1.288	1.345
Serviços públicos	1.533	1.509
Fornecimento não faturado	226	145
Transferência-Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	(22.505)	(20.073)
Subvenções e subsídios governamentais ⁽²⁾	3.706	4.524
Total	23.621	24.529

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas conforme resoluções homologatórias.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 1.422 (R\$ 1.206 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 1.935 (R\$ 1.599 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 0 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 252 (R\$ 465 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 0 (R\$ 372 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção escassez hídrica e (vi) R\$ 98 (R\$ 829 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção Modicidade Eletrobras.

6.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado	
	2023	2022
CVA e Neutralidade		
Energia ⁽¹⁾	(967)	(1.986)
Encargos do serviço do sistema – ESS ⁽²⁾	613	(2.617)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽³⁾	(444)	373
TUST ⁽⁴⁾	57	19
Neutralidade de encargos setoriais	(121)	91
PROINFA ⁽⁵⁾	(122)	55
Subtotal	(984)	(4.065)
Componentes financeiros e Subsídios		
Repasse de sobrecontratação ⁽⁶⁾	289	1.261
Risco hidrológico	53	28
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo ⁽⁷⁾	(94)	167
Diferimento de reajuste	(23)	219
Passivo conta COVID	21	8
Modicidade Eletrobras ⁽⁸⁾	563	(746)
Crédito Pis/Cofins sobre ICMS ⁽⁹⁾	1.584	1.645
Bandeira escassez hídrica ⁽¹⁰⁾	(516)	933
Outros	181	132
Subtotal	2.058	3.647
Total	1.074	(418)

- (1) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2023, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma redução da CVA a devolver neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2022 e 2023;
- (2) CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o custo do Encargo de Segurança Energética, conforme determinado pela ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2022 e 2023;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



- (3) CVA passiva, em função das Resoluções REH nº 3.165/2022 e REH nº 3.175/2023, que homologaram as quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2023, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver no exercício;
- (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.217/2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2022 e 2023;
- (5) CVA passiva, em função da REH nº 3.147/2022, que estabelece, para o ano de 2023, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver;
- (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (7) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2023, sendo contabilizado pela companhia o ativo de R\$ 563 em 31 de dezembro de 2023;
- (9) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB;
- (10) Reconhecimento de resoluções homologatórias da ANEEL em 2023 nas distribuidoras, as quais referem-se ao componente financeiro positivo correspondente à reversão de custos relacionados a Bandeira Escassez Hídrica.

6.3 Outras receitas

	Consolidado	
	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	548	476
Receita de operação e manutenção	157	131
Ganho/perda na RAP	(105)	34
Comissão serviços de terceiros	68	61
Renda da prestação de serviços	110	59
Operações fotovoltaicas	7	28
Taxa de iluminação pública	8	8
Administração de faturas de fraudes	10	8
Serviço taxado	21	21
(-) Compensações regulatórias	(32)	(7)
Outras receitas	10	5
Total	802	824

6.4 Deduções de receita bruta

	2023	Consolidado 2022
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(8.719)	(8.159)
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(4.549)	(4.394)
Imposto sobre Serviços – ISS	(42)	(33)
	(13.310)	(12.586)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(4.076)	(3.895)
Programa de eficiência energética – PEE	(166)	(151)
Encargos do consumidor – PROINFA e CCRBT	(223)	(270)
Outros encargos ⁽¹⁾	(276)	(252)
	(4.741)	(4.568)
Total	(18.051)	(17.154)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE e Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFURH.

6.5 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão (transmissão e distribuição) é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado;

(iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão.

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.

A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos ao valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente para o negócio de distribuição e transmissão de energia, prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. A Companhia reavalia suas premissas de margem das obrigações de desempenho, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura vis-à-vis a complexidade e o deságio oferecido no valor da RAP de cada infraestrutura. Para o negócio de distribuição, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%).

A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8% a.a. e 11% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico ("nos").

7. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	Consolidado 2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ⁽¹⁾	(8.172)	(6.320)
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(914)	(1.881)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP ⁽²⁾	(1.025)	(822)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽³⁾	12	(212)
Contratos por cotas de garantia física	(1.817)	(1.867)
Energia adquirida contrato bilateral ⁽⁴⁾	(1.320)	(968)
Energia Itaipu	(799)	(1.125)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(698)	(690)
Outros	(504)	(560)
Subtotal	(15.237)	(14.445)
Créditos de PIS e COFINS	1.594	1.586
Total	(13.643)	(12.859)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica ⁽⁵⁾	(4.334)	(3.690)
Encargos de transporte Itaipu	(135)	(108)
Encargos de conexão	(291)	(173)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(81)	(71)
Encargo de serviço do sistema – ESS ⁽⁶⁾	(157)	(684)
Encargo de energia de sistema – EER ⁽⁷⁾	(1.239)	(800)
Outros encargos	12	8
Subtotal	(6.225)	(5.518)
Créditos de PIS e COFINS	562	564
Total	(5.663)	(4.954)
Total dos custos com energia elétrica	(19.306)	(17.813)

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 26º leilão de energia nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril, agosto e outubro de 2023;
- (2) Apesar da variação anual de positiva de 5% da geração térmica do portfólio Neoenergia, o aumento de 24% do PLD, decorrente do incremento do PLD mínimo e maior despacho térmico de setembro a dezembro de 2023 comparado a 2022, explica a elevação dos custos variáveis em 2023;
- (3) Redução é decorrente da equalização do PLD em 2023 gerando menos excedente financeiro, e não houve compra de energia no MCP (*Déficit*);
- (4) O aumento é decorrente do reajuste da tarifa (R\$/MWh) do gerador a partir de abril, agosto e outubro de 2023;
- (5) Aumento do montante contratado (MUST) e da tarifa TUST (REH Aneel 3.217/23, de 04 de julho de 2023);
- (6) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável; e
- (7) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

8. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2023	Consolidado 2022
Material	(3.769)	(3.885)
Serviços de terceiros	(3.577)	(3.201)
Pessoal	(628)	(750)
Juros sobre obras em andamento	(58)	(65)
Outros	(308)	(515)
Obrigações especiais	284	415
Total	(8.056)	(8.001)
Custo de construção da infraestrutura de concessão		
Distribuidoras	4.597	5.381
Transmissoras	3.459	2.620

9. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado			
	2023			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 9.1)	(1.302)	(87)	(768)	(2.157)
Administradores	-	-	(101)	(101)
Serviços de terceiros (nota 9.2)	(947)	(265)	(713)	(1.925)
Operações fotovoltaicas	(14)	-	-	(14)
Depreciação e amortização (nota 9.3)	(2.184)	(5)	(371)	(2.560)
Combustível para produção de energia	(492)	-	-	(492)
Provisão para processos judiciais	-	-	(118)	(118)
Impostos, taxas e contribuições	(4)	-	(33)	(37)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 9.4)	(316)	13	(89)	(392)
Total	(5.259)	(344)	(2.193)	(7.796)

	Consolidado			
	2022			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 9.1)	(1.175)	(104)	(763)	(2.042)
Administradores	-	(1)	(88)	(89)
Serviços de terceiros (nota 9.2)	(914)	(264)	(678)	(1.856)
Operações fotovoltaicas	(21)	-	-	(21)
Depreciação e amortização (nota 9.3)	(1.975)	(5)	(263)	(2.243)
Combustível para produção de energia	(125)	-	-	(125)
Provisão para processos judiciais	-	-	(150)	(150)
Impostos, taxas e contribuições	(4)	-	(26)	(30)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 9.4)	(293)	14	(112)	(391)
Total	(4.507)	(360)	(2.080)	(6.947)

9.1 Pessoal e benefícios a empregados

	Consolidado	
	2023	2022
Remunerações	(1.098)	(1.002)
Encargos sociais	(456)	(422)
Plano de saúde	(289)	(255)
Participação nos resultados	(276)	(284)
Auxílio alimentação	(271)	(249)
Férias e 13º salário	(254)	(251)
Convênio assistencial e outros benefícios	(177)	(155)
Rescisões	(49)	(27)
Outros	(29)	(28)
Benefício pós-emprego	52	(1)
Transferências para ordens	690	632
Total	(2.157)	(2.042)

9.2 Serviços de terceiros

	Consolidado	
	2023	2022
Serviços técnicos e manutenções	(347)	(338)
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(278)	(262)
Tecnologia da informação	(182)	(171)
Contrato de uso de marca	(163)	(165)
Atendimento e teleatendimento	(144)	(129)
Corte, ligação e religação	(122)	(119)
Agente arrecadador e credenciado	(100)	(93)
Serviços jurídicos	(73)	(64)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(71)	(60)
Poda de árvore e limpeza faixa	(67)	(95)
Vigilância	(41)	(41)
Comunicação	(34)	(33)
Cobrança administração e negativação	(24)	(19)
Consultoria e auditoria	(16)	(25)
Inspeção técnica e perícia	(6)	(16)
Outros serviços	(271)	(240)
Subtotal	(1.939)	(1.870)
Crédito PIS e COFINS	14	14
Total	(1.925)	(1.856)

9.3 Depreciação e amortização

	Consolidado	
	2023	2022
Quota de depreciação e amortização	(2.571)	(2.234)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(40)	(46)
Subtotal	(2.611)	(2.280)
Crédito PIS/COFINS	51	37
Total	(2.560)	(2.243)

9.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	Consolidado	
	2023	2022
Material	(295)	(277)
Perdas / alienação / desativação	(206)	(174)
Multa por inadimplência	327	288
Propaganda e publicidade	(57)	(49)
Despesas de viagem	(55)	(45)
Consumo próprio e energia elétrica	(53)	(58)
Seguros	(44)	(41)
Indenização danos elétricos	(25)	(24)
Alimentação	(16)	(14)
Arrendamento de Aluguéis	(13)	(13)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(11)	(10)
Doações e contribuições	(8)	(8)
Recuperação de despesa	80	59
Outros	(16)	(25)
Total	(392)	(391)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	847	822	93	95
(-) Tributos sobre receita financeira	(83)	(97)	(22)	(18)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	342	389	-	-
Atualização de depósitos judiciais	79	71	4	7
Atualização do ativo financeiro setorial	-	294	-	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	2	1	-	-
Outras receitas financeiras	75	68	362	251
	1.262	1.548	437	335
Despesa financeira				
Encargos sobre instrumentos de dívida	(4.024)	(3.644)	(290)	(406)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(100)	(81)	-	-
Atualização do passivo financeiro setorial	(137)	-	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(199)	(181)	-	(1)
IOF	(10)	(6)	(1)	-
Outras despesas financeiras	(374)	(427)	(136)	(116)
	(4.844)	(4.339)	(427)	(523)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(882)	(1.948)	(11)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	1.949	2.751	177	117
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 20.3.b)	(3.750)	(4.124)	(704)	(602)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 20.3.b)	1.404	2.273	281	291
Perdas com variações cambiais e monetárias	(426)	(122)	-	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	444	161	(4)	-
	(1.261)	(1.009)	(261)	(195)
Resultado financeiro, líquido	(4.843)	(3.800)	(251)	(383)

11. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

11.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

11.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.956	5.539
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.686)	(1.829)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Reestruturação societária	-	678
Benefício tributário sobre os juros sobre capital próprio	321	136
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	600	472
Diferença de presunção de base do lucro presumido	130	55
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	363	(135)
Outras adições (reversões)	(157)	(129)
Tributos sobre o lucro	(429)	(752)
Alíquota efetiva	9%	14%
Corrente	(408)	(722)
Diferido	(21)	(30)

(1) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene.

11.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2023	2022
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	673	498
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	309	384
Diferenças temporárias:		
Combinação de negócios (nota 16.4)	(712)	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	375	292
Provisão para processos judiciais	403	387
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	337	307
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	88	91
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	99	98
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(2.406)	(1.998)
Capitalização de juros de dívida	(138)	(103)
Depreciação acelerada	(28)	(27)
Valor justo de instrumentos financeiros	49	83
Risco hidrológico (GSF)	(41)	(44)
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(222)	(1.111)
Outros	228	230
Total	(986)	(913)
Ativo não circulante	885	611
Passivo não circulante	(1.871)	(1.524)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	611	(1.524)
Combinação de negócios (nota 16.4)	-	(712)
Efeitos reconhecidos no resultado	333	(354)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	4	34
Transferências entre ativos e passivos	(63)	63
Reclassificação para Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda	-	(1)
Efeito da desconsolidação dos ativos de transmissão (nota 16.5)	-	623
Saldo em 31 de dezembro de 2023	885	(1.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	727	(1.766)
Efeitos reconhecidos no resultado	(183)	153
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	67	67
Reclassificação para Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2022	611	(1.524)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	Entre 2029 e 2033	Entre 2034 e 2038	2039 em diante
Ativo fiscal diferido	15	2	2	8	156	497	205

11.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ	1.027	930
CSLL	77	140
Ativo	1.104	1.070
Circulante	402	1.040
Não circulante	702	30
	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ	52	73
CSLL	69	87
Passivo	121	160
Circulante	92	132
Não circulante	29	28

11.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía R\$ 29 e R\$ 28, respectivamente, reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas registradas no passivo não circulante.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 4.215 e R\$ 3.913, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

(i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 3.862 (R\$ 3.535 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 170 (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2022).

11.1.5 Benefício fiscal – Mais-Valia PMIPL

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	384	461
Amortização	(130)	(133)
Reversão	55	56
Saldo final do exercício	309	384

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Consolidado					
	2024	2025	2026	2027	2028	Entre 2029 e 2033
Controladas	72	70	70	59	37	1

11.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos

nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste e SUDAM, exclusivo para as companhias da região Norte. Os incentivos fiscais SUDENE, proveem à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

11.2 Outros tributos

11.2.1 Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	901	893
Programa de Integração Social – PIS (nota 11.3)	626	814
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (nota 11.3)	3.026	3.874
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	20	27
Outros	14	17
Outros tributos a recuperar	4.587	5.625
Circulante	2.098	1.876
Não circulante	2.489	3.749

11.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	649	545
Programa de integração social – PIS	189	237
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	875	1.117
Impostos e contribuições retidos na fonte	162	158
Outros	115	76
Outros tributos a recolher	1.990	2.133
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	167	178
Programa de Eficiência Energética – PEE	273	275
Outros	81	74
Encargos Setoriais	521	527
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	2.511	2.660
Circulante	1.559	1.222
Não circulante	952	1.438

11.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos Federais

De acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2017, o valor do ICMS destacado na nota fiscal não deve integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS. Considerando as ações ajuizadas por algumas subsidiárias e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/22.

O saldo dos valores passivos constituídos nas subsidiárias, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	4.586	6.029
Constituição	-	70
Atualização monetária	340	424
Compensação	(1.577)	(1.938)
Saldo final do exercício	3.349	4.585

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	441	348	1	2
Certificado de Depósito Bancário ("CDB")	2.656	2.646	876	598
Fundos de Investimento	4.351	3.808	268	177
Total	7.448	6.802	1.145	777

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	4.351	3.808	268	177
Total	4.351	3.808	268	177

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023			Consolidado 2022		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 13.1)	9.383	(2.124)	7.259	7.909	(1.720)	6.189
Comercialização de energia na CCEE	132	-	132	99	-	99
Disponibilidade da rede elétrica	1.163	(5)	1.158	938	(3)	935
Subvenções e subsídio governamentais	638	-	638	481	-	481
Outros recebíveis	576	(115)	461	549	(108)	441
Total	11.892	(2.244)	9.648	9.976	(1.831)	8.145
Ativo circulante			9.266			7.805
Ativo não circulante			382			340

13.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia. A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2023		Consolidado 2022	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	3.471	(1.221)	2.811	(957)
Comercial	1.041	(398)	857	(316)
Industrial	1.086	(238)	960	(205)
Rural	564	(173)	448	(146)
Poder público	523	(21)	416	(32)
Iluminação pública	339	(18)	326	(15)
Serviços públicos	358	(7)	329	(4)
Não faturado	2.001	(48)	1.762	(45)
Total	9.383	(2.124)	7.909	(1.720)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023		Consolidado 2022	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.468	(121)	3.747	(119)
Saldos vencidos:				
Entre 1 e 90 dias	1.689	(103)	1.440	(107)
Entre 91 e 180 dias	347	(101)	312	(101)
Entre 181 e 360 dias	602	(261)	602	(240)
Acima de 361 dias	2.277	(1.538)	1.808	(1.153)
Total	9.383	(2.124)	7.909	(1.720)

13.2 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(1.831)	(1.580)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(632)	(510)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	219	259
Saldo final do exercício	(2.244)	(1.831)

13.3 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 26.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

As distribuidoras do Grupo utilizam a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de crédito esperada, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

As geradoras do Grupo não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

As transmissoras do Grupo não possuem histórico de perdas materiais e, portanto, utilizam uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pela ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

A comercializadora e as empresas de serviços reconhecem a perda de crédito esperada com base no *rating* de seus clientes para os saldos a vencer e no pior *rating* de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de

reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	2023			Consolidado 2022		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e Neutralidade						
Energia	137	(1.360)	(1.223)	658	(816)	(158)
Encargo de Serviço Sistema – ESS	282	(298)	(16)	463	(1.281)	(818)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	62	(1)	61	475	-	475
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão -TUST	678	(5)	673	546	(4)	542
Outros	70	(204)	(134)	158	(60)	98
Componentes Financeiros e Subsídios						
Repasse de sobre contratação ⁽¹⁾	1.544	(240)	1.304	1.048	(83)	965
Risco hidrológico	-	(930)	(930)	-	(933)	(933)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	14	(576)	(562)	15	(442)	(427)
Diferimento de reajuste	330	(308)	22	112	(206)	(94)
CDE Modicidade Eletrobrás	4	(262)	(258)	-	(792)	(792)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS ⁽²⁾	832	(1.185)	(353)	928	(1.405)	(477)
Bandeira escassez hídrica ⁽³⁾	348	-	348	1.065	-	1.065
Outros	95	(60)	35	105	(125)	(20)
Total	4.396	(5.429)	(1.033)	5.573	(6.147)	(574)
Valores homologados pela ANEEL	1.945	(2.520)	(575)	1.962	(1.723)	239
Valores a serem homologados pela ANEEL	2.451	(2.909)	(458)	3.611	(4.424)	(813)
Total	4.396	(5.429)	(1.033)	5.573	(6.147)	(574)
Ativo circulante			324			252
Passivo circulante			(430)			(124)
Passivo não circulante			(927)			(702)

- (1) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou um ativo de R\$ 1.304, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2023 a março de 2024 está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal;
- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

			Consolidado
	Direitos	Obrigações	Efeito
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.573	(6.147)	(574)
Constituição	4.897	(2.711)	2.186
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(3.466)	2.355	(1.111)
Atualização monetária	431	(568)	(137)
Transferências	(3.039)	1.642	(1.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.396	(5.429)	(1.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.332	(3.641)	1.691
Constituição	5.509	(4.527)	982
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(2.969)	1.568	(1.401)
Atualização monetária	676	(383)	293
Transferências	(2.975)	836	(2.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.573	(6.147)	(574)

14.1 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (veja nota 26.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A Administração entende que existem incertezas relevantes quanto a contabilização e mensuração dos créditos referentes à energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo à título de empréstimo gratuito e que foram originados por sistemas de geração distribuída (GD) bem como sobre o tratamento regulatório aplicável para mensurar a reversão de tais créditos para modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Dado esse contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que essas incertezas sejam esclarecidas.

15. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

15.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 26.5). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	23.493	18.516
Baixas	(75)	(58)
Reversão	6	7
Transferência ativo contratual ⁽¹⁾	3.398	3.599
Transferência ativo intangível	9	26
Transferências – outros ⁽²⁾	60	64
Ajustes a valor justo ⁽³⁾	1.222	1.339
Saldo final do exercício	28.113	23.493

(1) Transferência do ativo contratual das distribuidoras, classificado como ativo de contrato durante o período de construção;

(2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9;

(3) O valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços - IPCA, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2023, houve atualização do Ativo Financeiro mediante Laudo ANEEL 5º Ciclo, aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatório), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$277.

15.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	2023			Consolidado 2022		
	Transmissão	Distribuição	Total	Transmissão	Distribuição	Total
Circulante	688	-	688	715	-	715
Não circulante	8.422	4.043	12.465	11.674	4.306	15.980
Total	9.110	4.043	13.153	12.389	4.306	16.695
Concluído	607	-	607	5.758	-	5.758
Em execução	8.503	4.043	12.546	6.631	4.306	10.937

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.389	4.306	16.695
Adições ⁽¹⁾	2.359	4.626	6.985
Baixas	-	(36)	(36)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.448)	(1.448)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(3.398)	(3.398)
Transferências - outros	-	(7)	(7)
Amortização do ativo contratual	(442)	-	(442)
Atualização monetária	1.164	-	1.164
Reclassificação para Ativo não circulante mantido para a venda (nota 16.3)	(1.156)	-	(1.156)
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 16.5)	(5.204)	-	(5.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.110	4.043	13.153
Custo	9.110	4.472	13.582
Obrigações especiais	-	(429)	(429)

	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.680	4.259	12.939
Adições ⁽¹⁾	3.094	5.425	8.519
Baixas	-	(78)	(78)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.768)	(1.768)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(3.599)	(3.599)
Transferências - outros	-	67	67
Amortização do ativo contratual	(429)	-	(429)
Atualização monetária	1.044	-	1.044
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.389	4.306	16.695
Custo	12.389	4.801	17.190
Obrigações especiais	-	(495)	(495)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. A remensuração do ativo contratual das transmissoras compõe o saldo das adições.

O fluxo de caixa esperado de amortização do ativo de contrato da transmissão ocorrerá da seguinte forma:

	Consolidado
2024	632
2025	1.150
2026	1.335
2027	1.508
2028	1.410
Entre 2029 e 2033	7.951
Entre 2034 e 2038	9.570
2039 em diante	28.949
Total	52.505

15.3 Política contábil e julgamentos críticos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas Companhias e estabelecem que:

(a) Política contábil

(i) Distribuidoras

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 18) em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

(ii) Transmissoras

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho (veja nota 6.5(a)), a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida ('RAP'), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes

recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

(i) Ativo financeiro da concessão (Distribuição)

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preço atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

(ii) Ativo contratual (Transmissão)

Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente.

O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

16.1 Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* são as seguintes:

	Joint ventures	Coligadas	Total Consolidado	Controladas	Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022 ⁽¹⁾	299	857	1.156	29.128	30.284
Aumento de capital	27	-	27	1.967	1.994
Valor justo dos ativos de transmissão (nota 16.5)	1.111	-	1.111	(2.222)	(1.111)
Efeito patrimonial da consolidação de EAPSA (nota 16.4)	(343)	-	(343)	1.146	803
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 16.3)	-	-	-	(266)	(266)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	(73)	(73)
Dividendos e JCP declarados	(40)	(10)	(50)	(3.027)	(3.077)
Outros	-	-	-	9	9
Equivalência Patrimonial	74	(75)	(1)	3.754	3.753
Equivalência patrimonial no resultado	74	(75)	(1)	3.928	3.927
Amortização da mais-valia	-	-	-	(174)	(174)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	84	84	1.163	1.247
Efeito da alienação da participação societária dos ativos de transmissão (nota 16.5)	-	-	-	(198)	(198)
Ajuste a valor justo de ativo classificado como mantido para venda (16.3)	-	-	-	(166)	(166)
Efeito permuta de ativos (nota 16.4)	-	-	-	1.555	1.555
Ajuste a valor justo – ativos mantidos para venda	-	-	-	(28)	(28)
Reversão do valor recuperável (<i>Impairment</i>) (nota 3)	-	84	84	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.128	856	1.984	31.579	33.563
Saldo em 01 de janeiro de 2022 ⁽¹⁾	1.138	859	1.997	25.742	27.739
Aumento de capital	47	-	47	3.201	3.248
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	(234)	(234)
Dividendos e JCP declarados	(67)	(13)	(80)	(4.953)	(5.033)
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 16.3)	(334)	-	(334)	(446)	(780)
Outros	-	-	-	(13)	(13)
Equivalência Patrimonial	8	(54)	(46)	5.539	5.493
Equivalência patrimonial no resultado	8	(54)	(46)	5.700	5.654
Amortização da mais-valia	-	-	-	(161)	(161)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	(493)	65	(428)	292	(136)
Ajuste a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda (nota 16.3)	(493)	-	(493)	292	(201)
Reversão do valor recuperável (<i>Impairment</i>) (nota 3)	-	65	65	-	65
Saldo em 31 de dezembro de 2022 ⁽¹⁾	299	857	1.156	29.128	30.284

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JCP a receber:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	49	25	763	629
Declarados	92	111	2.907	4.872
Recebidos	(80)	(87)	(3.001)	(4.738)
Saldo final do exercício	61	49	669	763

16.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

	Segmento	Participação e capital votante	Saldo dos Investimentos		Resultado de participação		Dividendos e JCP recebidos	
			2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022
Controladas								
	Redes	100,00%	10.362	10.316	(560)	1.349	134	322
Subsidiárias integrais ⁽²⁾	Liberalizado	100,00%	1.516	1.800	495	754	329	307
	Renováveis	100,00%	8.462	6.437	617	460	178	304
	Outros	100,00%	9	9	(1)	-	-	-
Outras subsidiárias								
	Neoenergia Coelba	98,98%	6.445	5.947	1.820	1.550	1.155	1.659
	Neoenergia Elektro	99,68%	3.440	3.403	968	983	720	1.423
	Neoenergia Cosern	93,09%	1.477	1.357	547	540	410	635
	Afluenta T	90,18%	229	235	26	34	34	13
			31.940	29.504	3.912	5.670	2.960	4.663
Coligadas e joint ventures								
	Neoenergia Transmissão ⁽³⁾	50,00%	1.128	-	28	-	26	-
	Teles Pires Participações (nota 16.3)	51,00%	-	-	-	(55)	-	-
	Norte Energia ⁽⁴⁾	10,00%	795	797	(85)	(65)	-	-
	EAPSA ⁽⁵⁾	100,00%	-	299	44	63	15	75
	Energética Corumbá III	25,00%	61	60	12	11	10	12
			1.984	1.156	(1)	(46)	51	87
	Transação entre os sócios		(361)	(376)	16	30	-	-
Total			33.563	30.284	3.927	5.654	3.011	4.750

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

(2) Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovada a cisão parcial da Termopernambuco correspondente ao seu investimento na Itapebi, com a incorporação do acervo cindido pela própria Itapebi. Desta forma, a Neoenergia passa a deter 100% de participação direta em ambas as companhias, Termope e Itapebi.

(3) Anteriormente denominada como Neoenergia Transmissora I5 SPE S.A

(4) Conforme nota 3, em 2023 a Companhia procedeu a reclassificação da Norte Energia da rubrica de Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda para de investimento em Coligadas e joint ventures.

(5) Conforme nota 16.4, em 26 de setembro de 2023 tendo em vista a conclusão da transação a Companhia passou a ser titular de 100% das ações de EAPSA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



16.3 Ativos não circulante mantido para venda

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022 ⁽¹⁾	2023	2022 ⁽¹⁾
Ativos não circulante mantido para a venda				
Neoenergia Itabapoana (a)	1.048	-	266	-
Teles Pires e Baguari (nota 16.4)	-	933	-	780
	1.048	933	266	780
Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantido para venda				
Neoenergia Itabapoana (a)	782	-	-	-
Teles Pires e Baguari (nota 16.4)	-	153	-	-
	782	153	-	-
Total	266	780	266	780
Ativos não circulante mantido para a venda				
Neoenergia Itabapoana (a)	266	-	266	-
Teles Pires e Baguari (nota 16.4)	-	780	-	780

(1) Reapresentação retrospectiva por reclassificação. As informações comparativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente conforme detalhado na nota 3.

a) Neoenergia Itabapoana

Em dezembro de 2023, a Companhia recebeu oferta indicativa não vinculante para a compra da Neoenergia Itabapoana no valor de R\$ 330 milhões.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 16.9 e seguindo a estratégia da Companhia, de recuperar parte de seus ativos de transmissão através da venda, em 31 de dezembro de 2023 a Administração reclassificou os saldos referentes a Neoenergia Itabapoana para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros, impactando o resultado em 31 de dezembro de 2023, conforme resumo a seguir:

Valor da oferta a 100% das controladas	330
Valor contábil ajustado	(492)
Gastos estimados para venda	(4)
Resultado total da transação	(166)

16.4 Combinação de negócios: permuta de ativos entre Neoenergia e Eletronorte

Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou com a Eletronorte o Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram a permuta das seguintes participações acionárias:

A Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte suas participações de 50,56% na Teles Pires, 0,9% da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e 100% da Baguari I (consorciada líder e titular de 51% do Consórcio UHE Baguari), avaliadas em conjunto pelo valor de R\$ 788; enquanto a Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia suas participações de 49% na EAPSA, 0,04% na Neoenergia Coelba, 0,04% na Neoenergia Cosern e 0,04% na Afluente T, avaliadas em conjunto pelo mesmo valor.

Desta forma, a Companhia procedeu a reclassificação contábil dos ativos Teles Pires e Baguari para “Ativo não Circulante Mantido para Venda” em 31 de dezembro de 2022 e o efeito em resultado referente ao ajuste a valor justo do conjunto de ativos no momento da reclassificação foi de - R\$ 201.

Em maio de 2023, a companhia Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) exerceu o direito de preferência de compra das ações da Baguari I, tendo sido neste ato assinado contrato de compra e venda pelo mesmo valor negociado no contrato de permuta de ativos com a Eletronorte. Desta forma, a permuta de ativos com a Eletrobrás teve como contraprestação a transferência das ações de Teles Pires e CHTP e pagamento de R\$ 454, provenientes da venda das ações da Baguari I para a Baguari Energia.

Em 26 de setembro de 2023, a transação de permuta de ativos com a Eletronorte foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes e realizadas as transferências das participações anteriormente mencionadas e o pagamento de R\$ 454 à Eletronorte.

Em 16 de outubro de 2023, a Neoenergia transferiu à Baguari Energia S.A. as ações ordinárias correspondentes a 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., no montante de R\$ 454, não detendo mais assim, qualquer participação no Consórcio UHE Baguari.

Tendo em vista que previamente à transação, a Companhia já era titular de 51% das ações da EAPSA e que após a conclusão da transação passou a ser titular de 100% das ações, a transação se enquadra como uma combinação de negócios realizada em estágios.

Desta forma, todas as participações envolvidas na transação foram mensuradas ao valor justo na data da efetiva transferência do controle.

A seguir estão apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia

Valor justo dos ativos adquiridos

Caixa e equivalentes de caixa	208
Contas a receber de clientes e outros	40
Títulos e Valores Mobiliários	17
Tributos sobre o lucro a recuperar	18
Outros ativos circulantes e não circulantes	14
Imobilizado (a)	1.372
Intangível (b)	1.279
	2.948

Valor justo dos passivos assumidos

Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	(12)
Empréstimos e financiamentos	(121)
Tributos sobre o lucro a recolher	(53)
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	(9)
Tributos sobre o lucro diferidos (c)	(712)
Provisões e outras obrigações (d)	(10)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(19)
	(936)

Valor justo dos ativos líquidos adquiridos

2.012

Valor justo das contraprestações transferidas e da remensuração da participação previamente detida ⁽¹⁾	2.701
---	-------

Goodwill (c)

689

(1) Na data da aquisição do controle de EAPSA, a contraprestação transferida pela parcela adquirida foi mensurada ao valor justo pelo montante de R\$ 1.323.

A Companhia não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra. Os gastos com honorários advocatícios, assessores financeiros, *due diligence*, taxas entre outros, relacionados à transação totalizaram R\$ 7. As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da EAPSA são conforme a seguir:

- a) A Companhia contratou a avaliação ao valor justo dos ativos fixos da UHE Dardanelos junto à firma independente especializada nesse tipo de avaliação. Com base no laudo do avaliador, a Administração apurou o ajuste de R\$ 836 à conta do ativo imobilizado, que serão depreciados linearmente até dezembro de 2049, em razão do prazo do contrato de concessão.
- b) R\$ 1.279 foi alocado ao contrato de concessão de prestação do serviço público de geração de energia elétrica até dezembro de 2049. O valor justo do intangível (contrato de concessão) foi avaliado utilizando abordagem de receita pelo método *multi-period excess earnings*, que considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pela concessão. As premissas chave foram:
 - Prazo de concessão remanescente de 26 anos e 4 meses (até dezembro de 2049).
 - O volume projetado considerou a venda da totalidade da energia assegurada da usina no ACR até 2040 e no ACL entre 2041 e 2049. As vendas de energia no ACR e ACL consideram os preços

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



contratuais e os preços de mercado projetados, respectivamente. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA ao longo da projeção.

- Foram considerados os custos com energia elétrica comprada para revenda para cobrir o déficit de energia gerado pelo GSF médio de 96,7%, considerando estar contratado o seguro SP 90, que mantém proteção para um piso do GSF em 90%. Foram também considerados custos com encargos de uso da rede elétrica referentes à TUST, CFURH, taxa ONS e TFSEE. As despesas operacionais são compostas por pessoal, materiais, serviços e outras despesas, também considerando as estimativas da Administração.
 - Os investimentos foram projetados de acordo com as expectativas da Administração, sendo estes essencialmente destinados à manutenção da infraestrutura.
 - Os tributos sobre o lucro foram estimados à alíquota nominal de 34%, conforme legislação tributária brasileira para o regime de tributação pelo Lucro Real, ajustada pelos benefícios fiscais do SUDAM e a redução da base de cálculo por distribuição de JSCP.
 - Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (“WACC” – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas na data de aquisição.
- c) Os tributos diferidos sobre o lucro totalizaram o montante de R\$ 689, tendo sido calculados sobre os ajustes entre o valor de livros e os valores justos dos ativos e passivos supramencionados nos itens (i), (ii) e (iv), à alíquota nominal de 34%. Como consequência do reconhecimento deste passivo, houve reconhecimento de *goodwill* residual de igual montante.
- d) A Companhia conduziu uma revisão dos processos judiciais da adquirida, tendo como objetivo avaliar prováveis futuros desembolsos de caixa a despeito da atual avaliação do risco de perda dos processos judiciais. Desta avaliação resulta um processo judicial que tem por objeto questionar um auto de infração de natureza ambiental, cujo valor esperado de perda é de R\$ 9.

Caso a aquisição da EAPSA tivesse conclusão no primeiro dia do período findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas consolidadas da Companhia para o referido período teriam sido de R\$ 44.552 e o lucro líquido consolidado da Companhia teria sido de R\$ 4.570.

A Companhia apurou resultado na aquisição da EAPSA, conforme apresentado a seguir:

Valor justo de 100% de EAPSA	2.701
Valor de livros de 100% de EAPSA	(673)
Diferença do valor justo atribuído às participações alienadas e o valor de livros dessas participações	(473)
Impacto total no resultado ^(l)	1.555

(l) Considera a reversão de R\$201 referente ao ajuste ao valor recuperável dos ativos não circulantes mantidos para venda em 31/12/2022.

16.5 Alienação de participação societária em transmissoras

Em 25 de abril de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neoenergia e celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (“SPA”) com a *Warrington Investment Pte. Ltd.*, referente a operação de venda de 50% da participação societária da controlada Neoenergia Transmissão S.A., pelo valor de R\$ 1.200, sujeito a ajustes de preço usuais.

Neste ato, a Companhia reclassificou para as contas de “Ativos não circulantes mantidos para a venda” e “Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para a venda”, os ativos e passivos das controladas Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A., S.E. Narandiba S.A. e Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. (denominadas em conjunto como “investidas”). A reclassificação foi efetuada pelo menor valor entre o valor justo (líquido da despesa com vendas) e o valor de livros das referidas investidas.

A condição precedente para implementação da operação, além das aprovações prévias aplicáveis, era que a Companhia aportasse ao capital da Neoenergia Transmissão S.A, a totalidade de sua participação nas investidas sob o escopo da transação. Em 29 de setembro de 2023, as condições precedentes foram integralmente cumpridas e a transação foi concluída com o recebimento de caixa de R\$ 1.111.

O quadro abaixo apresenta um resumo da apuração dos valores da transação no momento da conclusão da venda das participações:

Mensuração ao valor justo das investidas para base da oferta	2.400
Ajustes ao valor da oferta	(178)
Valor da oferta	2.222
Caixa recebido pela alienação de 50% da Neoenergia Transmissora	(1.111)
Valor justo da participação mantida na Neoenergia Transmissora	1.111
Despesa de vendas	(30)
Valor de livros das investidas	(2.390)
Resultado acumulado da transação	(198)

Como consequência da venda de participação, a Companhia passou a compartilhar o controle da Neoenergia Transmissão S.A. com a *Warrington Investment Pte. Ltd.*, portanto a partir da conclusão da operação, os ativos e passivos desta deixaram de ser consolidados. O investimento a valor justo de 50% na Neoenergia Transmissão S.A. remanescente passou a ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, o montante de R\$ 1.111 foi reclassificado à conta de “Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



16.6 Informações selecionadas de *joint ventures* e coligadas

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia.

	2023		2022	
	Neoenergia Transmissão ⁽¹⁾	Norte Energia	Norte Energia	Águas da Pedra ⁽²⁾
Balço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	310	1.792	1.544	141
Contas a receber de clientes	54	791	746	41
Concessão do serviço público (ativo contratual)	5.019	-	-	-
Imobilizado e intangível	16	39.787	40.036	620
Outros ativos	114	721	1.103	34
Total de ativos	5.513	43.091	43.429	836
Empréstimos e financiamentos	2.034	28.823	29.227	143
Contas a pagar a fornecedores	60	653	552	7
Outros passivos	1.189	2.355	1.546	101
Total de passivos	3.283	31.831	31.325	251
Patrimônio líquido	2.230	11.260	12.104	585

	2023		2022	
	Neoenergia Transmissão ⁽¹⁾	Norte Energia	Norte Energia	Águas da Pedra ⁽²⁾
Resultado do exercício				
Receita operacional, líquida	176	5.764	5.565	304
Lucro operacional antes do resultado financeiro	174	1.304	1.524	178
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	114	(848)	(647)	148
Outras informações				
Capital circulante líquido	660	(578)	(495)	89
Depreciação e amortização	(1)	(1.708)	(1.692)	(32)

(1) Conforme nota 16.5, em 2023 a Companhia vendeu de 50% da participação societária da Neoenergia Transmissão S.A, tornando-se uma *joint venture*.

(2) Conforme nota 16.4, em 2023 a Companhia passou a ser titular de 100% das ações de EAPSA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



16.7 Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir:

(i) Informações selecionadas do balanço patrimonial

				2023
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluenta T
Balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	956	657	361	3
Contas a receber de clientes	3.444	2.202	676	10
Instrumentos derivativos	349	175	35	
Imobilizado e intangível	2.804	1.508	630	5
Outros ativos	20.330	6.320	3.959	272
Total de ativos	27.883	10.862	5.661	290
Empréstimos e financiamentos	14.261	5.506	2.713	-
Contas a pagar a fornecedores	1.327	835	321	5
Instrumentos derivativos	500	68	12	-
Benefícios a empregados	902	122	-	-
Outros passivos	4.456	1.332	1.069	31
Total de passivos	21.446	7.863	4.115	36
Patrimônio líquido	6.437	2.999	1.546	254

				2022
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluenta T
Balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1.002	527	241	21
Contas a receber de clientes	2.719	1.862	593	6
Instrumentos derivativos	493	270	93	-
Imobilizado e intangível	3.198	1.597	697	5
Outros ativos	18.221	5.670	3.644	269
Total de ativos	25.633	9.926	5.268	301
Empréstimos e financiamentos	13.151	5.022	2.425	-
Contas a pagar a fornecedores	1.109	755	268	6
Instrumentos derivativos	344	53	13	-
Benefícios a empregados	729	20	-	-
Outros passivos	4.389	1.211	1.157	34
Total de passivos	19.722	7.061	3.863	40
Patrimônio líquido	5.911	2.865	1.405	261

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



(ii) Informações selecionadas do resultado abrangente e outras informações

				2023
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluentes T
Resultado abrangente				
Receita operacional, líquida	15.159	8.703	3.618	67
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.774	1.984	913	30
Lucro líquido do exercício	1.839	971	587	29
Resultado abrangente total	22	80	(17)	-
Outras informações	(887)	505	(58)	38
Capital circulante líquido	2.188	1.302	707	(2)
Fluxo de caixa operacional	872	368	169	772
Depreciação e amortização	11	2	30	15
Remuneração paga aos acionistas não controladores	(887)	505	(58)	38

				2022
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluentes T
Resultado abrangente				
Receita operacional, líquida	13.978	8.388	3.544	72
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.202	1.788	901	38
Lucro líquido do exercício	1.567	986	581	37
Resultado abrangente total	22	80	(17)	-
Outras informações	(350)	520	62	48
Capital circulante líquido	(350)	520	62	48
Fluxo de caixa operacional	752	(8)	364	28
Depreciação e amortização	772	315	152	674
Remuneração paga aos acionistas não controladores	15	5	46	46

16.8 Redução ao valor recuperável dos investimentos – *Impairment*

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

A Companhia registrou um *goodwill* decorrente da aquisição da controlada Neoenergia Brasília, incorporada em março de 2021, o qual é alocado à UGC de distribuição e cuja recuperabilidade é avaliada anualmente. O teste de *Impairment* relativo a 2023, realizado com base nos fluxos de caixa projetados, considerando a Taxa de desconto (WACC a.a.) de 13,64% antes dos impostos, demonstram que não houve perdas identificadas.

Em 2021, a Companhia reconheceu perda do valor recuperável de sua participação de 10% da NESA no montante de R\$ 482. Tal perda foi apurada por meio da determinação da participação no valor em uso do ativo, calculado com base no método do fluxo de caixa gerado pela operação da UHE Belo Monte descontado à taxa em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas. As projeções dos fluxos de caixa levam em consideração premissas de curvas de preço e garantia física em consonância com os volumes contratados no ACR e ACL e custos em nível adequado ao histórico, durante o prazo remanescente de concessão. Foram realizados testes do valor recuperável para os exercícios de 2022 e 2023 e parte da provisão constituída foi revertida no montante de R\$ 84 em 2023 e R\$ 65 em 2022.

16.9 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Combinação de negócios

A Companhia utiliza nas operações de combinação de negócios o método de aquisição. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) o valor justo dos passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um *goodwill* surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes (i) a (iv). Quando esse valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis desta subsidiária, quando aplicável.

Subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de renováveis, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua investida. Apenas os empreendimentos controlados em conjunto constituídos por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Para os demais empreendimentos controlados em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda quando for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo e devem ser mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o respectivo valor justo, deduzido dos custos de venda. Qualquer perda por ajuste ao valor justo apurada na classificação inicial nos ativos mantidos para venda e os ganhos e/ou perdas por mensurações subsequentes, deverão ser reconhecidos no resultado. A Companhia cessa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



mensuração pelo método de equivalência patrimonial na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Quando os investimentos em participação societária de *joint ventures* ou coligadas, previamente classificado como “Ativos não circulante mantidos para venda”, não mais cumprir as condições requeridas para ser classificado como tal, a ele deve ser aplicado o método da equivalência patrimonial de modo retrospectivo, a partir da data de sua classificação como “Ativos não circulante mantidos para venda”.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Combinação de negócios

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto.

Ativos não circulantes mantidos para venda

O valor justo dos Ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados com base na abordagem de renda, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização WACC da Companhia. Os fluxos de caixa estimados e a taxa de desconto estimados pela Administração podem resultar em valor justo diferente do valor a ser determinado pelo efetivo comprador no fechamento da venda dos ativos.

16.10 Relação das subsidiárias, coligadas e *joint ventures*

As empresas subsidiárias estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Participação total	
		2023	2022
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Neoenergia Coelba	Distribuição	98,98%	98,94%
Companhia Energética de Pernambuco – Neoenergia Pernambuco	Distribuição	100,00%	100,00%
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Neoenergia Cosern	Distribuição	93,09%	93,05%
Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro	Distribuição	99,68%	99,68%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Empresas	Atividade	Participação total	
		2023	2022
Neoenergia Distribuição Brasília S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluyente T	Transmissão	90,18%	90,13%
EKTT 10 A Serv. de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 10	Transmissão	100,00%	100,00%
EKTT 8 A Serv. de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 8	Transmissão	100,00%	100,00%
EKTT 9 A Serv. De Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 9	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A.– Guanabara	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. – Itabapoana	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Lagoa dos Patos Trans. de Energia S.A. – Lagoa dos Patos	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão e Energia S.A. – EKTT 7	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Transmissora II SPE S.A.	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.– Vale do Itajaí	Transmissão	100,00%	100,00%
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. – Potiguar Sul	Transmissão	100,00%	100,00%
Elektro Comercializadora de Energia Ltda – EKCE	Comercialização	100,00%	100,00%
NC Energia S.A. – NC	Comercialização	100,00%	100,00%
Termopernambuco S.A. – Termope	Geração Térmica	100,00%	100,00%
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. – Baguari	Geração hidráulica	-	100,00%
Bahia Pequena Central Hidrelétrica S.A. – Bahia PCH II	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Energética águas da Pedra S.A. - EAPSA	Geração hidráulica	100,00%	51,00%
Geração Céu Azul S.A. – Geração Céu Azul	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Geração CIII S.A. – Geração CIII	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Itapebi Geração de Energia S.A. – Itapebi	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Arizona I Energia Renovável S.A. – Arizona 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetitê 1 Energia Renovável S.A. – Caetitê 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetitê 2 Energia Renovável S.A. – Caetitê 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetitê 3 Energia Renovável S.A. – Caetitê 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A. – Calango 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A. – Calango 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A. – Calango 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A. – Calango 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A. – Calango 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. – Calango 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A. - Canoas 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A. - Canoas 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A. – Canoas	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. – Chafariz 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. – Chafariz 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. – Chafariz 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. – Chafariz 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	100,00%	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. – Elektro Renováveis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Energia Renováveis do Brasil S.A. - Enerbrasil	Geração eólica	100,00%	100,00%
FE Participações S.A. – FPAR	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil I S.A. - FEB 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. – FEB	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. – Lagoa 1	Geração eólica	100,00%	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Empresas	Atividade	Participação total	
		2023	2022
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. – Lagoa 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Mel 2 Energia Renovável S.A. – Mel 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 1 Energia Renovável S.A. – Oitis 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 10 Energia Renovável S.A. – Oitis 10	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 2 Energia Renovável S.A. – Oitis 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 21 Energia Renovável S.A. – Oitis 21	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 22 Energia Renovável S.A. – Oitis 22	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 3 Energia Renovável S.A. – Oitis 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 4 Energia Renovável S.A. – Oitis 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 5 Energia Renovável S.A. – Oitis 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 6 Energia Renovável S.A. – Oitis 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 7 Energia Renovável S.A. – Oitis 7	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 8 Energia Renovável S.A. – Oitis 8	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 9 Energia Renovável S.A. – Oitis 9	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 1 Energia Renovável S.A. – Santana 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. – Santana 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Luzia 2 Energia Renovável S.A. – Luzia 2	Geração solar	100,00%	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. – Luzia 3	Geração solar	100,00%	100,00%
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. - Neoenergia O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenergia Serviços Ltda – Neoserv	Serviços	100,00%	100,00%
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	100,00%	100,00%
Neoenergia investimentos S.A. - Neoinvest	Outros	100,00%	100,00%

As empresas coligadas e *joint ventures* estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Participação total	
		2023	2022
Coligadas			
Energética Corumbá III S.A. – ECIII	Geração Hidráulica	25,00%	25,00%
Norte Energia S.A. – NESA	Geração hidráulica	10,00%	10,00%
Joint ventures			
Neoenergia Transmissão S.A.	Transmissão	50,00%	-
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.– Atibaia	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.– Biguaçu	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.– Dourados	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.– Jalapão	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. – EKTT 6	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. – Santa Luzia	Transmissão	50,00%	100,00%
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.– Sobral	Transmissão	50,00%	100,00%
SE Narandiba S.A. – Narandiba	Transmissão	50,00%	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



17. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado					Total
	Parques eólicos	Centrais Hidroelétricas e de ciclo combinado	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	
Taxa de depreciação a.a.	3,03% - 16,70%	2,00% - 20%	0% - 9,10%	2,5% - 33,30%	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.204	2.216	1.957	57	1.412	10.846
Combinação de negócio	-	1.294	69	-	9	1.372
Adições	64	-	-	-	663	727
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	28	28
Baixas	-	(1)	-	-	(10)	(11)
Depreciação	(243)	(119)	(45)	(11)	-	(418)
Transferências entre classes	1.510	82	(211)	26	(1.407)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(1)	(41)	(42)
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 16.5)	-	-	-	(11)	(4)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.535	3.472	1.770	60	650	12.487
Custo	7.583	4.841	2.221	103	650	15.398
Depreciação acumulada	(1.048)	(1.369)	(451)	(43)	-	(2.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.007	2.482	1.564	26	2.481	9.560
Adições	17	-	-	-	1.773	1.790
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	95	95
Baixas	-	(10)	(1)	-	(10)	(21)
Depreciação	(150)	(113)	(54)	(8)	-	(325)
Transferências entre classes	2.355	49	472	33	(2.909)	-
Transferência - Outros ativos	(25)	-	-	6	(7)	(26)
Reclassificação para Ativo não circulante mantido para a venda	-	(192)	(24)	-	(11)	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.204	2.216	1.957	57	1.412	10.846
Custo	6.009	3.206	2.321	91	1.412	13.039
Depreciação acumulada	(805)	(990)	(364)	(34)	-	(2.193)

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

17.1 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Essas operações pertencentes aos segmentos: (i) Renováveis. (ii) Liberalizados, e (iii) Outros.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*'impairment'*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização conforme interpretação da Companhia dos termos e cláusulas de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*'impairment'*) destes ativos, quando aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



18. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

						Consolidado	
	Goodwill	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Total	
Taxa de amortização a.a.	-	2,78% - 5,56%	0% - 20%	0% - 100%	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	671	11.881	16	14	24	12.606	
Combinação de negócios (nota 16.4)	689	1.277	-	1	1	1.968	
Adições	-	-	-	-	52	52	
Baixas	-	(87)	-	-	-	(87)	
Amortização	-	(2.071)	(5)	(9)	-	(2.085)	
Transferências entre classes	-	8	9	22	(39)	-	
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	-	(9)	-	-	-	(9)	
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	-	1.448	-	-	-	1.448	
Transferências – Outros ativos ⁽³⁾	-	5	-	(2)	3	6	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.360	12.452	20	26	41	13.899	
Custo	1.360	34.491	44	41	41	35.977	
Amortização acumulada	-	(20.459)	(24)	(15)	-	(20.498)	
Obrigações especiais	-	(1.580)	-	-	-	(1.580)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	671	12.073	11	33	13	12.801	
Adições	-	-	-	-	19	19	
Baixas	-	(93)	-	-	(2)	(95)	
Amortização	-	(1.840)	(6)	(5)	-	(1.851)	
Transferências entre classes	-	-	5	1	(6)	-	
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	-	(26)	-	-	-	(26)	
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	-	1.764	4	-	-	1.768	
Transferências – Outros ativos ⁽³⁾	-	21	2	-	-	23	
Reclassificação para ativo não circulante mantido para a venda	-	(18)	-	(15)	-	(33)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	671	11.881	16	14	24	12.606	
Custo	671	31.959	134	20	24	32.808	
Amortização acumulada	-	(18.321)	(118)	(6)	-	(18.445)	
Obrigações especiais	-	(1.757)	-	-	-	(1.757)	

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

(2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

(3) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9.

18.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

19. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado	
	2023	2022
Energia elétrica	1.880	1.589
Encargos de uso da rede	642	491
Materiais e serviços	1.957	2.206
Energia livre	185	165
Total	4.664	4.451
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros ⁽¹⁾	4.664	4.094
Obrigações a pagar de contratos de convênio	-	357
Circulante	4.483	4.287
Não circulante	181	164

(1) Inclui o programa Antecipa Fácil

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Até 31 de dezembro de 2022, essas transações eram substancialmente operacionalizadas diretamente entre o fornecedor e as instituições financeiras, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto 'Contrato de Convênio'), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira.

A partir do exercício de 2023, a Companhia também passou a utilizar uma plataforma 100% digital ('Antecipa Fácil') para viabilizar essas transações. A plataforma é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor das obrigações está apresentado como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Plataforma Antecipa Fácil	125	-
Contrato de convênio	-	357
Total	125	357
Circulante	125	357
Prazo médio de pagamento	54 dias	113 dias

19.1 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 26.5).

A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Empréstimos e financiamentos'), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Obrigações a pagar de contratos de convênio').

As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

20.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos bancários	8.902	9.364	-	569
Agências de fomento	17.255	16.245	2.876	2.429
Mercado de capitais	19.726	17.894	1.624	1.603
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	45.883	43.503	4.500	4.601
Instrumentos financeiros derivativos (nota 20.3)	1.298	283	736	508
Caixa e equivalentes de caixa (nota 12)	(7.448)	(6.802)	(1.145)	(777)
Títulos e valores mobiliários	(587)	(513)	(109)	(61)
Dívida líquida	39.146	36.471	3.981	4.271

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

20.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures e notas promissórias), principalmente denominadas em Real brasileiro (“R\$”) e Dólar norte-americano (“US\$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Denominados em R\$	33.103	32.532	1.652	2.205
Indexados a taxas flutuantes	33.078	32.492	1.652	2.205
Indexados a taxas fixas	25	40	-	-
Denominados em US\$	9.504	9.670	2.883	2.434
Indexados a taxas flutuantes	1.257	969	500	-
Indexados a taxas fixas	8.247	8.701	2.383	2.434
Denominados em outras moedas	3.688	1.646	-	-
Indexados a taxas fixas	3.688	1.646	-	-
	46.295	43.848	4.535	4.639
Depósitos em garantia	(115)	(112)	-	-
Custos de transação	(297)	(233)	(35)	(38)
	45.883	43.503	4.500	4.601
Passivo circulante	8.951	7.289	216	720
Passivo não circulante	36.932	36.214	4.284	3.881

Em 31 de dezembro de 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	89,4%	90,4%	79,1%	92,5%
Custo médio em taxa pré	11,8%	11,4%	10,4%	11,6%
Saldo da dívida	45.883	43.503	4.500	4.601
Instrumentos financeiros derivativos	1.298	283	736	508
Dívida total líquida de derivativos	47.181	43.786	5.236	5.109

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado			Total
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	
2024	8.397	3.036	761	12.194
2025	5.971	2.508	256	8.735
2026	5.839	2.411	277	8.527
2027	5.693	1.899	79	7.671
2028	6.883	1.500	35	8.418
Entre 2029 e 2033	13.648	2.901	(411)	16.138
Entre 2034 e 2038	3.647	1.019	(137)	4.529
2039 em diante	2.937	419	0	3.356
Total	53.015	15.693	860	69.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



				Controladora
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2024	171	180	218	569
2025	178	175	171	524
2026	322	172	155	649
2027	840	168	111	1.119
2028	879	141	71	1.091
Entre 2029 e 2033	3.005	320	(250)	3.075
Entre 2034 e 2038	491	18	(136)	373
Total	5.886	1.174	340	7.400

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 5,19 anos (5,29 anos em 31 de dezembro de 2022).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	43.503	38.623	4.601	5.373
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	11.522	12.923	657	1.473
Amortizações de principal	(6.483)	(8.171)	(666)	(2.204)
Custo de captação	(132)	(94)	(3)	-
Pagamento de encargos de dívida	(3.017)	(2.649)	(214)	(330)
Resgate dos depósitos em garantia	(3)	(30)	-	-
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	4.044	3.748	291	406
Variação cambial	(1.065)	(770)	(166)	(117)
Marcação a valor justo	(2)	(33)	-	-
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para a venda (nota 16.3)	(584)	(44)	-	-
Adição pela combinação de negócios (nota 16.4)	121	-	-	-
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 16.5)	(2.021)	-	-	-
Saldo final do exercício	45.883	43.503	4.500	4.601

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo captou R\$ 11.522, sendo: (i) R\$ 3.898 através de empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira, contratando também os *swaps* cambiais; (ii) R\$ 150 através de empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira em reais; (iii) R\$ 3.654 via mercado de capitais; (iv) R\$ 1.178 com prazo de até 10 anos captados junto ao JICA/MUFG/ICO; (v) R\$ 1.660 junto a bancos de fomento nacional; (vi) R\$ 800 junto ao IFC, sendo este um financiamento verde vinculado a metas ESG que, caso atingidas, gerarão *step-down* no *spread* da dívida e (vii) R\$ 182 junto ao BEI, sendo financiamento verde vinculado a metas ESG.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Consolidado
				Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	30/12/2026	6.339	2.012
			6.339	2.012

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2023 é de 0,34% a.a (0,35% a.a em 31 de dezembro de 2022) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 89% dos contratos de dívidas consolidadas com *Covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o *EBITDA* (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e *EBITDA* sobre o resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2023	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2022
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ <i>EBITDA</i> (*)	≤ 4,0	3,17	3,15
<i>EBITDA</i> ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,55	3,05

(*) Acumulado de 12 meses.

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações consolidadas apresentadas nessa demonstração financeira. A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias, dessa forma, alguns *Covenants* financeiros possuem como base de apuração os valores consolidados da Neoenergia S.A.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

20.2.1 Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,69% e 2,48%, respectivamente.

20.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 26.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Contratados para proteção de dívidas:				
Risco de câmbio (NDF, Opções e outros derivativos)	(18)	(11)	(14)	(8)
Swap de moeda – US\$ vs R\$	(852)	(117)	(722)	(494)
Swap de moeda – Outras moedas vs R\$	(462)	(189)	-	-
Swap de taxas de juros – R\$	42	33	-	-
Contratados para proteção de outras operações:				
Risco de câmbio – Produtos e serviços	(8)	7	-	-
Risco de preço das próprias ações (NEOE3)	-	(6)	-	(6)
Exposição líquida	(1.298)	(283)	(736)	(508)
Ativo circulante	284	183	-	-
Ativo não circulante	347	774	5	-
Passivo circulante	(610)	(289)	(110)	(41)
Passivo não circulante	(1.319)	(951)	(631)	(467)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Derivativos não designados para contabilidade de hedge				
Contratados para proteção de dívidas	7	8	-	-
Contratados para proteção de outras operações	(4)	7	-	-
Contratados para proteção do preço das próprias ações (NEOE3)	-	(6)	-	(6)
Derivativos designados para contabilidade de hedge				
- fluxo de caixa				
Contratados para proteção de dívidas	(1.613)	(757)	(736)	(502)
Contratados para proteção de outras operações	(4)	-	-	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge				
- valor justo				
Contratados para proteção de dívidas	316	465	-	-
	(1.298)	(283)	(736)	(508)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2023			2022		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial do exercício	(283)	-	(283)	1.903	(33)	1.870
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(2.332)	(39)	(2.371)	(1.826)	(33)	(1.859)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(6)	(6)	-	(29)	(29)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	161	7	168	(613)	8	(605)
Liquidação financeira entradas (saídas)	1.162	32	1.194	252	88	340
Saldo final do exercício	(1.292)	(6)	(1.298)	(284)	1	(283)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	(19)	(19)	-	4	4
Resultado financeiro, líquido	(2.332)	(20)	(2.352)	(1.824)	(39)	(1.863)
	Controladora					
	2023			2022		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial do exercício	(502)	(6)	(508)	(104)	(24)	(128)
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(429)	(20)	(449)	(319)	(20)	(339)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(39)	5	(34)	(260)	9	(251)
Liquidação financeira entradas (saídas)	234	21	255	181	29	210
Saldo final do exercício	(736)	-	(736)	(502)	(6)	(508)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	(20)	(20)	-	(24)	24
Resultado financeiro, líquido	(429)	-	(429)	(319)	4	(315)

20.3.1 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 26.3 e 26.8, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



21. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2023	2022
Provisões para processos judiciais (nota 21.1. a)	1.696	1.638
Provisão para obrigações ambientais	122	118
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	175	103
Provisões ressarcimentos	194	158
Total	2.187	2.017
Passivo circulante	378	378
Passivo não circulante	1.809	1.639

21.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado				
	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Provisões regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944	490	125	79	1.638
Adições e reversões, líquido	190	21	(3)	(48)	160
Pagamentos	(194)	(69)	-	(1)	(264)
Atualização monetárias	144	59	1	4	208
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda	(6)	-	-	-	(6)
Efeito da desconsolidação dos ativos de transmissão (nota 16.5)	(40)	-	-	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.038	501	123	34	1.696
Saldo em 31 de dezembro de 2021	829	475	135	104	1.543
Adições e reversões, líquido	150	39	(5)	(27)	157
Pagamentos	(176)	(84)	(5)	-	(265)
Atualização monetárias	145	60	-	2	207
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para a venda	(4)	-	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944	490	125	79	1.638

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos moral e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$ 453 (R\$ 400 em 31 de dezembro de 2022).
- A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais, no montante de R\$ 190 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2022).

Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte que discute as regras para promoções por merecimento e antiguidade previstas em Plano de Cargos, Carreiras e Salário, com todas as consequências legais. A ação está em fase de execução e o valor provisionado no montante de R\$ 99 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2022), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.
- Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem diferenças salariais/verbas rescisórias, incidência de adicionais de periculosidade e insalubridade, pedidos de equiparação salarial, entre outros, com montante provisionado de R\$ 247 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2022).
- Ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas ou empreiteiras, com pedidos de responsabilização subsidiária e/ou solidária, para fins de cobranças de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 88 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2022).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis	3.527	2.763
Processos trabalhistas	897	816
Processos fiscais	4.396	4.043
Processos regulatórios	343	311
Total	9.163	7.933

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

Processos cíveis: Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Discussões judiciais que questionam atos normativos regulatórios da ANEEL (Resolução Normativa nº 387/2009 e Despacho SFF/ANEEL 2517/2010), que tratam da metodologia de cálculo dos saldos de energia livre entre geradores e distribuidoras de energia. Valores estimados de R\$ 85 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agroindustrial S/A, contra Neoenergia Coelba em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 78 (R\$ 71 em 31 de dezembro de 2022).
- Ações Indenizatórias movidas por terceiros em razão de acidentes com a rede elétrica (Eletroplessão), na Neoenergia Pernambuco. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 112 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022).
- Ações que discutem a legitimidade das cobranças pelas instalações de infraestruturas de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 539 (R\$ 483 em 31 de dezembro de 2022).
- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros com o valor estimado de R\$ 335 (R\$ 343 em 31 de dezembro e 2022).
- Ação ajuizada em face do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, que discute indenização por danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios. O montante estimado perfaz o total de R\$272.
- Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de liminar para o cumprimento de obrigações de fazer e pagamento da indenização ajuizada pelo Município de Aripuanã em face da Energética Águas da Pedra decorrente das alegações da Prefeitura de Aripuanã acerca do descumprimento dos termos do PBA contidos no processo de licenciamento do empreendimento. O montante estimado perfaz o total de R\$52.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento das ações trabalhistas.

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 689 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2022).

Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre

outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir

- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 569 (R\$ 516 em 31 de dezembro de 2022).
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 197 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2022).
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 256 (R\$ 183 em 31 de dezembro de 2022).
- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 669 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2022).
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 112 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2022).
- Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros, no montante de R\$ 580 (R\$ 545 em 31 de dezembro de 2022).
- Auto de Infração de natureza fiscal em que se discute a incidência de IRRF no montante de R\$ 407 (R\$ 384 em 31 de dezembro de 2022) na operação de incorporação da *Elektro Holding* realizada pela Neoenergia em agosto de 2017.
- Ação Anulatória visando o cancelamento do lançamento fiscal formalizado no Processo Administrativo n.º 10580.729581/2011-04 para a cobrança de multa isolada e juros por conta da não retenção de imposto de renda quando da distribuição de juros sobre capital próprio, relativamente aos períodos-base de 2006 a 2010. Valores estimados em R\$ 123 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Processos regulatórios: As ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis	719	571
Processos trabalhistas	373	341
Processos fiscais	311	292
Outros Processos	45	40
Total	1.448	1.244

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

21.2 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



22. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2023	2022
Caução em garantia ⁽¹⁾	789	799
Devoluções a consumidores	283	256
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	145	131
Uso do Bem Público - UBP	83	64
Outros	292	255
Total	1.592	1.505
Passivo circulante	1.247	1.236
Passivo não circulante	345	269

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Benefício definido”); (ii) plano de previdência complementar (‘Plano de pensão – Contribuição definida’) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	2023	2022
Obrigações trabalhistas e PLR	643	599
Benefícios Pós emprego (nota 23.1)	1.142	887
Contribuição Definida - CEBPREV	-	40
Total	1.785	1.526
Ativo não circulante ⁽¹⁾	(22)	(24)
Passivo circulante	854	806
Passivo não circulante	953	744

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulantes.

23.1 Benefícios Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia (“Curadores”). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Consolidado			
	Posição em 31/12/2023			
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BD PE	31	3.245	Fechado	Deficitário
Néos - Plano BD BA	-	849	Fechado	Superavitário
Néos - Plano BD RN	-	277	Fechado	Superavitário
FACEB – Plano Saldado	7	502	Fechado	Deficitário
FACEB – Plano BD	4	223	Fechado	Deficitário
Vivest - PSAP/Elektro	2.764	2.190	Aberto	Deficitário
	2.806	7.286		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD BA	2.203	1.517	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	48	36	Fechado	N/A
Néos - Plano CD PE	594	106	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	8.130	630	Aberto	N/A
FACEB - CEBPREV	340	1.070	Aberto	N/A
	11.315	3.359		
Total	14.121	10.645		

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2023, o plano possui 6.195 beneficiários (759 beneficiários ativos, 2.691 beneficiários assistidos titulares e 2.745 beneficiários assistidos dependentes).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

(i) Benefício definido e saúde pós emprego

	Consolidado				
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Benefício definido		Saúde
Efeito do teto			Ativo (passivos) líquido	Ativo (passivos) líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.726)	3.766	(198)	(158)	(729)
Custo do serviço	(2)	-	-	(2)	50
Efeitos dos juros	(337)	332	(17)	(22)	(72)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	52	-	52	67
Benefícios pagos pelo plano	393	(394)	-	(1)	-
Redimensionamento	(298)	144	45	(109)	(218)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.975)	3.905	(170)	(240)	(902)
Planos superavitários	(442)	618	(154)	22	-
Planos deficitários	(3.533)	3.287	(16)	(262)	(902)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.765)	3.784	(180)	(161)	(680)
Custo do serviço	(6)	-	-	(6)	4
Efeitos dos juros	(320)	309	(13)	(24)	(54)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	54	-	54	49
Benefícios pagos pelo plano	337	(337)	-	-	-
Redimensionamento	33	(49)	(5)	(21)	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.726)	3.766	(198)	(158)	(729)
Planos superavitários	(737)	920	(191)	(8)	-
Planos deficitários	(2.989)	2.846	(7)	(150)	(729)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2023			Consolidado 2022		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Custo do serviço	2	(1)	1	(3)	(1)	(4)
Efeito de reduções/liquidações ⁽¹⁾	-	51	51	-	5	5
Despesa com juros de obrigações	(351)	(72)	(423)	(306)	(54)	(360)
Receita com juros de ativos	329	-	329	285	-	285
Total	(20)	(22)	(42)	(24)	(50)	(74)
Alocação dos custos do serviço:						
Resultado do exercício	2	50	52	(3)	4	(1)

(1) Em 2023, para o Plano da Neenergia Coelba, foi apurado um ganho decorrente do efeito de reduções/liquidações no valor de R\$ 51 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022), ocasionado majoritariamente pela exclusão de beneficiários inadimplentes, bem como pela migração entre planos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2023			2022		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Saldo no início do exercício	30	(216)	(186)	24	(184)	(160)
Redimensionamento:						
Mudanças nas premissas	(298)	(218)	(516)	33	(48)	(15)
Efeito do teto de ativos/passivo oneroso	45	-	45	(5)	-	(5)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	144	-	144	(49)	-	(49)
Retorno sobre direitos de reembolso	15	-	15	31	-	31
Efeito bruto	(94)	(218)	(312)	10	(48)	(38)
Tributos sobre o lucro	32	74	106	(4)	16	12
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(62)	(144)	(206)	6	(32)	(26)
Saldo no final do exercício	(32)	(360)	(392)	30	(216)	(186)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado			
	2023		2022	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(3.975)	(902)	(3.727)	(729)
Valor justo dos ativos	3.905	-	3.768	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(170)	-	(199)	-
Total passivo (ativo) líquido	(240)	(902)	(158)	(729)
Ativo não circulante	21	-	24	-
Passivo circulante	(42)	(132)	(81)	(120)
Passivo não circulante	(219)	(770)	(101)	(609)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

	Consolidado					
	2023			2022		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Aplicação direta:						
Título de dívida - Corporativo	-	3	3	-	5	5
Título de dívida - Governos	-	356	356	-	313	313
Investimentos imobiliários	-	86	86	-	83	83
Outros	-	63	63	-	81	81
Aplicação através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações/Quotas	227	-	227	401	-	401
Fundo de investimento - Multimercado	1.564	-	1.564	1.358	-	1.358
Fundo de investimento - Renda fixa	1.596	-	1.596	1.501	-	1.501
Fundo de investimento - Imobiliário	10	-	10	24	-	24
Total	3.397	508	3.905	3.284	482	3.766

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



(ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Consolidado	
	Benefício definido	Saúde pós emprego
2024	327	71
2025	323	71
2026	317	70
2027	312	69
2028	306	68
2029 a 2033	1.441	320
2034 a 2038	1.251	279
2039 em diante	3.021	674
Total	7.298	1.622

Para fins de capitalização dos planos de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$ 51 no exercício de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2023						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos - Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB - Plano Saldado
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	379	944	1.130	2.065	81	144	370
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,10%	4,67%	4,16%	5,49%	3,51%	5,17%	4,70%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,63	10,24	8,75	11,41	7,42	10,82	9,86
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	350	863	1.043	1.859	75	130	338
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,81%)	(4,29%)	(3,86%)	(5,01%)	(3,29%)	(4,74%)	(4,33%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,15	9,58	8,25	10,65	7,03	10,12	9,26
	2022						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos - Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB - Plano Saldado
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	352	761	1.071	1.930	76	135	339
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,93%	4,38%	4,08%	5,24%	3,40%	5,00%	4,47%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,35	10,20	8,65	13,03	7,24	10,56	9,60
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	326	700	990	1.746	71	122	311
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,67%)	(4,04%)	(3,79%)	(4,79%)	(3,19%)	(4,59%)	(4,14%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	7,90	9,51	8,16	12,01	6,87	9,89	8,91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2023						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos - Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB - Plano Saldado
Taxa média nominal de desconto	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	4,78%	4,42%	N/A	3,25%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	8,38	9,90	8,50	11,02	7,22	10,46	9,55

	2022						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos - Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB - Plano Saldado
Taxa média nominal de desconto	9,60%	9,60%	9,60%	9,60%	9,60%	9,60%	9,60%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	4,28%	5,07%	N/A	3,25%	3,25%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	8,19	9,79	8,47	12,66	7,10	10,30	9,27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como segue:

	2023						2022					
	Néos – Plano BD BA	Néos – Plano BD RN	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP/ Elektro	FACEB – Plano Saldado	FACEB - Plano BD	Néos – Plano BD BA	Néos – Plano BD RN	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP/ Elektro	FACEB – Plano Saldado	FACEB - Plano BD
Tábua de mortalidade	SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15%	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M&F Suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15%	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M&F Suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A	Light Média	Mercer Disability Masculina, suavizada em 50%	TASA 1927	TASA 1927	N/A	N/A	Light Média	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-1983 masculina	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	MI85 M&F	MI85 M&F	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-1983 masculina	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	MI85 M&F	MI85 M&F
Composição familiar	Ativos: N/A Assistidos: Família Real.	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativo e BPD: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: ExpCF_2014 Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	ExpCF_2014	Ativos e Benefício Proporcional Diferido: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real

Para o plano de saúde pós emprego a Companhia utilizou as seguintes tabuas biométricas: (i) Mortalidade – AT2000 Basic, e (ii) entrada em invalidez – Light média, (iii) Mortalidade de inválidos – AT-1983 (M) e (iv) Composição Familiar – Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não ser suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o *IFRS*) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('Previc').

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

23.1.2 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo – pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazo de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de “Outros resultados abrangentes”. Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

23.2 Benefícios de longo prazo – Remuneração baseada em ações (Plano de ações)

Em 20 de abril de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o programa de incentivos de longo prazo – Ciclos de 2020/2022 (‘Plano de ações’) para os executivos e empregados que estão em posição gerencial. As diretrizes do programa estabelecem o limite máximo de: (i) 125 beneficiários, e (ii) concessão de 3.650.000 ações ordinárias.

O plano de remuneração baseado em ações (‘Plano de ações’), com entrega física das próprias ações da Companhia (NEOE3), visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. O Plano de Ações possui o período de avaliação estipulado entre 2020 até 2022, enquanto a entrega das ações para os beneficiários será realizada anualmente entre os, exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. A outorga do plano para os 113 beneficiários eleitos ocorreu em 01 de dezembro de 2020, com o preço ajustado de R\$16,09 por ação. Em dezembro 2023 a Companhia possui 115 (119 em 2022) beneficiários com 1.922.055 (3.333.358 em 2022) ações do Plano outorgadas.

O preço ajustado de R\$16,09, foi determinado utilizando o preço justo da ação cotado na B3 na data de outorga, ajustado pelo fluxo descontado de dividendos esperado por ação no período de vigência do plano, aplicando a taxa de desconto de 5,7% a.a. O *duration* do plano é 3 anos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Em maio de 2023 houve a liquidação da 1ª parcela do Plano de Ações ILP 2020-22. Foram entregues 950.030 ações que corresponde a um total bruto de R\$ 20.

Em 31 de dezembro de 2023, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a administração estima que valor total do programa será de R\$ 91. A despesa reconhecida no resultado do exercício em 2023 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 19, incluindo R\$ 4 de encargos (em 2022 a despesa foi de R\$ 30, incluindo R\$ 7 de encargos).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 16.920 (em 31 de dezembro de 2022 R\$12.920) correspondendo a 1.213.797.248 ações ordinárias (“ON”) escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

Em abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$4.000 sem modificação no número de ações, em atendimento ao teor do artigo 199 da Lei das S.A.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S.A. (“Iberdrola”)	606.898.625	50,00%	8.460
Iberdrola S.A.	42.482.904	3,50%	592
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil (“Previ”)	367.647.583	30,29%	5.125
Demais acionistas – <i>Free float</i>	194.415.095	16,02%	2.710
Conselheiros e diretores	747.671	0,06%	11
Ações em tesouraria	1.605.370	0,13%	22
Total de ações	1.213.797.248	100%	16.920

24.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A			
	2023	Consolidado		Controladora
		2022	2023	
Lucro líquido do exercício	4.461	4.718	4.461	4.685
Média ponderada de número ações em circulação	1.214	1.214	1.214	1.214
Lucro líquido básico e diluído por ação	3,68	3,89	3,68	3,86

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Neoenergia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	4.461	4.685
Reserva legal	(223)	(234)
Lucro líquido ajustado	4.238	4.451
Destinação para reserva de retenção de lucros	(3.045)	(3.267)
Dividendo mínimo obrigatório ⁽¹⁾	1.193	1.184
Dividendos	301	709
JCP	892	475
Total	1.193	1.184
Remuneração total por ação	0,98	0,98

(1) Para fins de mínimo obrigatório o JCP é considerado o valor líquido do IRRF.

Os valores deliberados aos acionistas da Neoenergia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 27 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	709	0,5838428
RCA de 27 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	387	0,3193050
RCA de 11 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	505	0,4164935
Total		1.200	
2022			
AGOE de 25 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios 2021	642	0,5291396
RCA de 15 de junho de 2022	Juros sobre Capital Próprio 2022	167	0,1376968
RCA de 13 de dezembro de 2022	Juros sobre Capital Próprio 2022	308	0,2539544
Total		1.117	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	1.001	805	985	786
Declarada no exercício	1.243	1.287	1.193	1.184
Imposto de renda retido na fonte	(93)	(52)	(90)	(48)
Pagos no exercício	(1.378)	(1.039)	(1.335)	(937)
Saldo final do exercício	773	1.001	753	985

24.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados de R\$ (361); (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$ (518).

24.4 Reserva de Capital

A reserva especial de ágio foi constituída pela reestruturação societária da Companhia, decorrentes aos aportes de capital efetuados na Neoenergia Elektro e Neoenergia Coelba, ambas controladas da Companhia. Ademais do impacto da remuneração baseada em ações, vide nota 23.2.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

24.5 Transação com os sócios e outros

Os valores são resultantes das diferenças entre o valor pago e o valor contábil decorrentes das variações de participações societárias em que não houve alteração do controle acionário das investidas.

Os valores reconhecidos nesta reserva são oriundos das seguintes transações:

Compra de participação na Itapebi pela Termopernambuco ⁽¹⁾	658
Compra de participação adicional na Neoenergia Coelba e na Neoenergia Cosern pela Neoenergia ⁽²⁾	333
Obrigação de compra participação Previ ⁽³⁾	50
Valor justo incorporação ⁽⁴⁾	530
Ganho participação relativa Coelba ⁽⁵⁾	8
Oferta pública de aquisição de ações da Neoenergia Pernambuco ⁽⁶⁾	226
Transferência de participações por permuta de ativos ⁽⁷⁾	(4)
Total	1.801

(1) Aquisição da parcela remanescente da Itapebi 58% entre 2013 e 2014. Pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$829.

(2) Aquisição da parcela adicional na Neoenergia Coelba e na Neoenergia Cosern de 8,5% e 7,0%, respectivamente. Esta operação ocorreu no ano de 2015 e pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$639.

(3) Em 2021, a Companhia e a Previ acordaram, a alienação das participações minoritárias, onde a Companhia pagou a Previ, em 15 de outubro de 2021, o valor total de R\$ 223, sendo (i) R\$184 referente às ações da Neoenergia Coelba; (ii) R\$33 referente às ações da Neoenergia Cosern; e (iii) R\$6 referente às ações da Afluente T.

(4) Este ajuste refere-se à diferença entre o valor justo revisado utilizado pela Incorporação da Elektro Holding de R\$ 4.191 e o valor utilizado como base para aumento de capital da Neoenergia de R\$ 4.694, além de ajustes de consolidação em função da obtenção do controle de FEB e FEB 2 no valor de R\$ 27.

(5) Nos meses de março e julho de 2018 foram homologados aumentos no capital social da Neoenergia Coelba, onde alguns acionistas não controladores não realizaram a subscrição de suas ações, acarretando, em alterações no percentual de participação da Neoenergia na controlada.

(6) Em outubro de 2022 a Neoenergia adquiriu a participação remanescentes dos minoritários, que representam 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco.

(7) Em setembro de 2023 a Eletronorte transferiu em permuta à Neoenergia suas participações minoritárias na Neoenergia Coelba, Cosern e Afluente T.

24.6 Reservas de Lucros

24.6.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

24.6.2 Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

24.6.3 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

24.7 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e Outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



25.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2023				Consolidado 2022			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (d)	7	2	-	9	46	2	-	48
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (e)	26	35	-	61	15	34	-	49
Outros ativos (f)/(g)	-	-	40	40	-	-	41	41
	33	37	40	110	61	36	41	138
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)/(b)	8	145	166	319	48	131	168	347
Benefícios a empregados (f)	-	-	-	-	-	-	23	23
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	773	773	-	-	1.001	1.001
Outros passivos	-	-	2	2	43	-	10	53
	8	145	941	1.094	91	131	1.202	1.424

	2023				Controladora 2022			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	647	22	-	669	748	15	-	763
Outros ativos	76	-	-	76	149	-	-	149
	723	22	-	745	897	15	-	912
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)/ (b)/ (c)	-	-	144	144	-	-	145	145
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	753	753	-	-	985	985
Outros passivos	124	-	-	124	125	-	-	125
	124	-	897	1.021	125	-	1.130	1.255

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



25.2 Transações com partes relacionadas

	2023				Consolidado 2022			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
	Resultado do exercício							
Receita operacional, líquida (d)	10	22	-	32	89	19	-	108
Custos dos serviços (c)	(36)	(1.168)	(2)	(1.206)	(501)	(1.101)	(4)	(1.606)
Despesas gerais e administrativas(a)/(b) (f)/(g)	-	-	(223)	(223)	-	-	(230)	(230)
Resultado financeiro líquido (f)	-	-	(1)	(1)	-	-	(4)	(4)
	(26)	(1.146)	(226)	(1.398)	(412)	(1.082)	(238)	(1.732)

	2023				Controladora 2022			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
	Resultado do exercício							
Receita operacional, líquida	2	-	-	2	2	-	-	2
Despesas gerais e administrativas (a)/(b)	-	-	(144)	(144)	-	-	(147)	(147)
Resultado financeiro líquido	342	-	-	342	236	-	-	236
	344	-	(144)	200	238	-	(147)	91

25.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 25.1 e 25.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Iberdrola, S.A.	Contrato de Licença de Uso de Marca registrada de propriedade da Iberdrola, S.A., utilizadas pela Neoenergia e por	N/A	2031	2024	(163)	(163)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)



Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
		suas controladas licenciadas nos termos do contrato.					
b)	Iberdrola, S.A.	Prestação de Serviços de Desenvolvimento Corporativo.	N/A	2025	2024	(2)	(2)
c)	Norte Energia S.A.	Compra de energia no ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2024	(145)	(1.176)
d)	Norte Energia S.A.	Contrato de Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST)	IPCA	Indeterminado	2024	2	22
	Iberdrola, S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(392)	-
	Previ - Caixa de Prev. dos Func. Banco do Brasil	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(245)	-
e)	Minoritários	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(136)	-
	Neoenergia Transmissão S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	13	-
f)	Néos Previdência Complementar	Benefícios a conceder e benefícios concedidos	N/A	Indeterminado	N/A	31	(59)
g)	Iberdrola Generacion Termica	Operação e Manutenção - O&M	IGPM	2039	2024	6	(8)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

25.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Salários e benefícios recorrentes	58	46	45	38
Remuneração variável de curto prazo	19	19	14	15
Benefícios de longo prazo ⁽¹⁾	17	21	14	18
Rescisões contratuais	3	-	-	-
Total	97	86	73	71

(1) Inclui Remuneração baseada em ações atribuído aos administradores da Companhia (nota 23.2).

25.5 Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 4.038.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

26. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023			Consolidado 2022		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.097	-	4.351	2.994	-	3.808
Títulos e valores mobiliários	149	-	438	168	-	345
Contas a receber de clientes e outros	11.892	-	-	9.976	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	309	322	-	480	477
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	324	-	-	252	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	28.113	-	-	23.493
Outros ativos	203	-	-	183	-	-
	15.665	309	33.224	13.573	480	28.123
Passivos financeiros						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	4.664	-	-	4.451	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.986	-	897	42.345	-	1.158
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	1.357	-	-	826	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.929	-	-	1.233	7
Passivo de arrendamento	210	-	-	206	-	-
Uso do bem público	83	-	-	64	-	-
Outros passivos	964	-	28	844	-	30
	52.264	1.929	925	48.736	1.233	1.195

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

26.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 26.8 (análise de sensibilidade).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

26.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2023		Consolidado	
	2023		2022	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.351	-	3.808	-
Títulos e valores mobiliários	438	-	345	-
Instrumentos financeiros derivativos	631	-	957	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	28.113	-	23.493
	5.420	28.113	5.110	23.493
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	897	-	1.158	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.929	-	1.240	-
Outros passivos	28	-	30	-
	2.854	-	2.428	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 1.222 e R\$ 1.339, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 15.1.

26.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023		Consolidado	
	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	44.986	44.956	42.345	41.722

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

26.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

26.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

26.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	US\$ 109	US\$ 130	2027 - 2029	529	689
Passivo	R\$ 352	R\$ 423		(343)	(408)
Exposição líquida				186	281

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	US\$ 49	US\$ 67	2025 - 2027	228	341
Passivo	R\$ 136	R\$ 184		(133)	(181)
Exposição líquida				95	160

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	US\$ 47	US\$ 54	2030	228	283
Passivo	R\$ 155	R\$ 179		(157)	(180)
Exposição líquida				71	103

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	US\$ 1.761	US\$ 1.428	2023 - 2036	8.268	7.858
Passivo	R\$ 9.130	R\$ 7.381		(9.474)	(8.518)
Exposição líquida				(1.206)	(660)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	€ -	€ 80	2023	-	1.042
Passivo	R\$ -	R\$ 357		-	(710)
Exposição líquida				-	332

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	€ 313	€ 159	2023-2024	1.698	1.042
Passivo	R\$ 1.667	R\$ 703		(1.687)	(710)
Exposição líquida				11	332

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	R\$ 157	R\$ 157	2023-2025	158	155
Passivo	R\$ 116	R\$ 122		(117)	(121)
Exposição líquida				41	34

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Desembolso USD					
Termo de Compra	US\$ 15	US\$ 40	2023-2026	(18)	(14)
Exposição líquida				(18)	(14)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Desembolso USD					
Termo de Venda	-	US\$ 5	2023	-	5
Exposição líquida				-	5

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Desembolso EUR					
Termo	€ 40	€ 1	2023-2024	(4)	(1)
Exposição líquida				(4)	(1)

Programa de *hedge* do plano de ações – ILP 2020/2022

No dia 15 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de até 2.555.000 ações, via contratação de instrumento financeiro derivativo (*Equity Swap*), para proteger a Companhia da volatilidade do preço de suas ações (NEOE3), quando este evento poderia impactar negativamente os fluxos de caixa futuros assumidos no âmbito de seu Programa de Incentivo de Longo Prazo.

Este programa é classificado de acordo como um *hedge* econômico, não designado para contabilidade de *hedge*, e é mesurado a valor justo por meio do resultado.

Swap Equity	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	R\$ -	R\$ 40	2023	-	42
Passivo	R\$ -	R\$ 47		-	(47)
Exposição líquida				-	(5)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	JPY 58.858	JPY 30.434	2026-2031	2.034	1.209
Passivo	R\$ 2.462	R\$ 1.434		(2.508)	(1.458)
Exposição líquida				(474)	(249)

26.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2023.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar	4,8413	(9.505)	(9.612)	(1.441)	(2.885)
Swap Ponta Ativa em Dólar				9.253	9.358	1.404	2.807
Exposição Líquida				(252)	(254)	(37)	(78)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,3516	(1.676)	(1.703)	(256)	(511)
Swap Ponta Ativa em Euro				1.698	1.726	260	517
Exposição Líquida				22	23	4	6
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0342	(2.012)	(2.067)	(310)	(619)
Swap Ponta Ativa em Iene				2.034	2.088	314	626
Exposição Líquida				22	21	4	7

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	4,8413	(78) 78	10 (10)	20 (20)
Exposição						
				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em Euro NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	5,3516	(217) 217	31 (31)	63 (63)
Exposição						
				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	7.713	876	(132)	(263)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	11,65%	(14.650)	(1.891)	(284)	(567)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(13.250)	(1.656)	(249)	(495)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(16.945)	(1.521)	(109)	(216)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	158	15	1	2
Swaps Dólar x IPCA (Ponta Passiva)	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(1.095)	(93)	(7)	(14)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta do SOFR	5,35%	(1.259)	(80)	(9)	(18)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta do SOFR	5,35%	1.279	94	10	22
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da Selic	11,65%	(10)	(1)	-	-
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(1.475)	(125)	(14)	(29)

27. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia ⁽¹⁾	Construção de Infraestrutura
2025	14.580	5.179
2026	15.401	5.444
2027	16.370	5.915
2028	17.396	6.090
2029	17.413	6.326
Entre 2030 e 2034	106.641	36.404
Entre 2035 e 2039	25.424	1.429
Total	213.225	66.787

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais)

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de dívida

Conforme detalhamentos abaixo o Grupo realizou as seguintes captações, em janeiro de 2024:

Controlada	Natureza	Montante	Vencimento	Data de recebimento
Neoenergia Pernambuco	Mercado de capitais	R\$ 436	10 anos	02/01/2024
Neoenergia Coelba	Mercado de capitais	R\$ 610	10 anos	02/01/2024

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

José Ignacio Sánchez Galán
Presidente

Titulares

José Sainz Armada	Denísio Augusto Liberato Delfino
Daniel Alcaín López	Márcio de Souza
Mário José Ruiz-Tagle Larrain	Fernando Sabbi Melgarejo
Pedro Azagra Blazquez	Juan Manuel Eguiagaray Ucelay
Santiago Matias Martínez Garrido	Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi
Eduardo Capelastegui Saiz	Cristiano Frederico Ruschmann

Suplentes

Jesús Martínez Pérez	Wilsa Figueredo
Alejandro Román Arroyo	Fabiano Romes Maciel
Mônica Grau Domene	Ana Maria Gati
Tomas Enrique Guijarro Rojas	
Miguel Gallardo Corrales	

Conselho Fiscal

Francesco Gaudio
Presidente

Titulares

Eduardo Valdés Sanchez	José Caetano de Andrade Minchillo
João Guilherme Lamenza	Manuel Jeremias Leite Caldas

Suplentes

José Antonio Lamenza	Paulo Cesar Simplicio da Silva
Glaucia Janice Nietsche	Eduardo Azevedo do Valle
Antonio Carlos Lopes	

Diretoria Executiva

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro <i>Diretora Vice-Presidente de Regulação,</i>	Leonardo Pimenta Gadelha <i>Diretor Executivo de Finanças e de</i>
Juliano Pansanato de Souza <i>Diretor Executivo de Controle Patrimonial e</i>	Laura Cristina da Fonseca Porto <i>Diretora Executiva Negócio Renováveis</i>
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques <i>Diretora Executiva Jurídica</i>	Giancarlo Vassão de Souza <i>Diretor Executivo de Operações</i>
Carlos Henrique Quadros Choqueta <i>Diretor Executivo de Desenvolvimento</i>	Fulvio da Silva Marcondes Machado <i>Diretor Executivo Negócio Redes</i>
	Hugo Renato Anacleto Nunes <i>Diretor Executivo Negócio Liberalizados</i>

Contadora

Michelle de Frias Braz
CRC RJ – N° 114819/O-2

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neoenergia S.A., tendo examinado, em reunião realizada nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, orçamento de capital, ante as informações e os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) e o parecer do Conselho Fiscal, deliberou favoravelmente aos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

JOSE IGNACIO SÁNCHEZ GALÁN – Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ SAINZ ARMADA

SANTIAGO MARTÍNEZ GARRIDO

PEDRO AZAGRA BLAZQUEZ

MARIO RUIZ-TAGLE LARRAIN

DANIEL ALCAIN

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

DENÍSIO LIBERATO

MARCIO DE SOUZA

CRISTIANO FREDERICO RUSCHMANN

MARINA FREITAS GONÇALVES DE ARAÚJO GROSSI

JUAN MANUEL EGUIAGARAY

FERNANDO SABBI MELGAREJO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião nesta data: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas bem, como ii) a proposta de destinação do lucro, e orçamento de capital considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, o relatório dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) e seu parecer. O Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua submissão para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

Francesco Gaudio – Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Manuel Jeremias Leite Caldas

José Caetano de Andrade Minchillo

MEMÓRIA DE ATIVIDADES COMITE DE AUDITORIA

O COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A. é órgão estatutário de assessoramento permanente e interno vinculado ao Conselho de Administração, com faculdades para informar, analisar e apresentar propostas para o Conselho de Administração dentro do escopo de suas funções previstas no Regimento Interno do Comitê (“Regimento”). O Regimento tem como objetivo estabelecer os princípios e as formas de atuação e funcionamento do Comitê, observado o disposto no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas, na legislação em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e na regulamentação aplicável, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

O Comitê de Auditoria da Neoenergia é composto por membros indicados pelos acionistas e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, tendo como membros:

Nome	CARGO
Juan Manuel Eguiagaray Ucelay	Presidente
Daniel Alcaín López	Membro titular
Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi	Membro titular
Cristiano Frederico Ruschmann	Membro titular
Fernando Sabbi Melgarejo	Membro titular
Mônica Grau Domene	Membro suplente
Denísio Augusto Liberato Delfino	Membro suplente

COMENTÁRIOS DO PRESIDENTE DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Neoenergia S.A possui uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, na qual desde o ano 2005 se incluem os Comitês ligados diretamente ao Conselho de Administração e demais órgãos de governança da Companhia, cujo objetivo é suportar o Conselho de Administração no cumprimento de suas funções. A estrutura adotada demonstra a preocupação da Companhia com a ética, a transparência e as boas regras de governança exigidas pelo mercado.

Dentre os órgãos constantes dessa estrutura está o Comitê de Auditoria, ao qual cabe:

“Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade das demonstrações financeiras e controles internos da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) da independência e qualificações do auditor independente externo e (iv) das áreas de Auditoria, Controles Internos e Riscos da Companhia”. (Artigo 5º do Regimento do Comitê de Auditoria).

O Comitê vem realizando sua função com dedicação e responsabilidade, interagindo constantemente com a Alta Administração da Neoenergia e os demais órgãos de governança, no sentido de cumprir a sua missão, sempre no melhor interesse da Companhia.

A Memória de Atividades apresenta as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria na condução deste processo, além das atividades específicas desenvolvidas durante o exercício social do ano de 2023.

Durante o ano de 2023, o Comitê de Auditoria analisou processos de negócio considerados estratégicos, com o objetivo de identificar aspectos de melhoria e garantir as suas implantações, assim como a eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras enviadas para o mercado, garantindo a exatidão e transparências das mesmas.

O relacionamento entre o Comitê de Auditoria e os demais órgãos de governança, é essencial, considerando que o objetivo de melhoria dos processos e uma melhor transparência da gestão são comuns a todos. A sinergia possibilita o cumprimento das boas práticas de governança corporativa.

Gostaria de agradecer a confiança depositada pelo Conselho de Administração da Neoenergia ao Comitê de Auditoria e ressalto que para alcançar um adequado resultado em seus trabalhos, cumprindo assim com a sua missão e contribuindo para a excelência na gestão da Neoenergia, o Comitê conta com o apoio da Alta Administração e o trabalho realizado pela Auditoria Interna da Companhia, cujas análises forneceram subsídios ao Comitê de Auditoria para cumprir a sua missão.

Juan Manuel Eguiagaray Ucelay

Presidente do Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

REUNIÕES REALIZADAS

Em suas reuniões, o Comitê de Auditoria trata assuntos relacionados ao Sistema de Controle Interno, à Governança Corporativa, Gestão de Riscos e às Informações Econômico-Financeiras do Grupo, cumprindo a função que lhe foi atribuída pelo Conselho de Administração da Neoenergia.

Em 2023 foram realizadas 10 reuniões, para tratar dos assuntos a seguir relacionados:

DATA	ASSUNTOS TRATADOS
13/02/23	(1) Resultados 2022; (2) Relatório da Auditoria Externa sobre os Resultados 2022; (3) Contratação de auditoria externa para as novas transmissoras dos leilões de dezembro de 2021 e julho de 2022 e Overrun da KPMG dos exercícios de 2020 e 2021; (4) Análise e Relatório sobre a informação econômico-financeira – exercício 2022; (5) Relatório e Informe sobre a independência do auditor independente; (6) Relatório sobre a informação não financeira – exercício 2022; (7) Memória anual das atividades do Comitê de Auditoria – exercício 2022; (8) Resultados das Auditorias 4Q 2022; (9) Relatório de atividades 2022 da Auditoria Interna; (10) Aferição dos Objetivos 2022 – Diretoria Executiva; (11) Aferição dos Objetivos 2022 – Auditoria Interna; (12) Objetivos 2023 – Auditoria Interna; (13) Aferição de Resultados do Programa de Incentivo de Longo Prazo 2020-2022; (14) Relatório sobre o sistema de controle e gestão de riscos da companhia – exercício 2022; (15) Relatório sobre o grau de cumprimento da Política Fiscal Corporativa e os critérios fiscais aplicados – exercício 2022; (16) Plano Anual 2023 – Cibersegurança; (17) Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade; e (18) Calendário de Reuniões 2023.
14/04/23	(a) Resultados do 1º Trimestre de 2023; (b) Mudança no Código de Ética do Auditor Independente; (c) Informe do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira correspondente ao 1º trimestre de 2023; (d) Informações da Auditoria Interna relativas ao 1º Trimestre de 2023; (e) Relatório sobre o Sistema de Controle e Gestão de Riscos, relativo ao 1º Trimestre de 2023; e (f) Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
25/04/23	Resultados do 1º Trimestre de 2023
19/05/23	(1) Follow Up Políticas de Riscos; e (2) Controles Internos – Avaliação Controles em Políticas.
14/07/23	(i) Resultados 2º Trimestre de 2023; (ii) Deloitte - Contratação Serviços; (iii) Informe do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira correspondente ao 2º Trimestre de 2023; (iv) Informações da Auditoria Interna 2T23; (v) Empresas de Propósito Especial (SPE) e Paraísos Fiscais; (vi) Independência da Deloitte; (vii) Riscos – Relatório 2º Trimestre 2023; e (viii) Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
25/07/23	Resultados do 2º Trimestre de 2023
22/09/23	(i) Superintendência de Riscos – Follow Up das Políticas de Riscos; e (ii) Superintendência de Governança Corporativa - Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
17/10/23	(1) Resultados do 3º Trimestre de 2023; (2) Relatório (Informe) do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira correspondente ao 3º Trimestre de 2023; (3)

DATA	ASSUNTOS TRATADOS
	Informações da Auditoria Interna relativas ao 3º Trimestre de 2023; (4) Estrutura para Auditoria de TI/Cyber; e (5) Riscos – Relatório do 3º Trimestre de 2023.
25/10/23	Resultados do 3º Trimestre de 2023
07/12/23	(1) Acompanhamento Plano Anual 2023; (2) Plano Anual 2024; (3) Orçamento exercício 2024; (4) Auditoria Externa - Plano Auditoria 2023; (5) Projetos Transmissão; (6) Contratação Auditoria Externa do Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório Integrado; e (7) Proposta de Calendário de Reuniões – 2024.

O COMITÊ E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NEOENERGIA

Como órgão interno do Conselho, o Comitê tem a obrigação de informar sobre o desenvolvimento de suas atividades e propor medidas de implantação oportuna, dentro do âmbito de suas funções.

Para atendimento a esta obrigação, durante o exercício de 2023 foram efetuadas apresentações pelo Comitê de Auditoria, nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Avaliação dos Resultados Trimestrais da Companhia e pareceres do Auditor Externo.
- Apresentação para aprovação dos Planos de Trabalho e Orçamento de Auditoria Interna para o ano de 2023.

O COMITÊ E A AUDITORIA INTERNA DA NEOENERGIA

A Auditoria Interna do Grupo está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Companhia e funcionalmente ao Comitê de Auditoria, possibilitando adequado grau de independência, estando sua missão e objetivos plenamente alinhados com os objetivos gerais do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, procurando determinar sua efetividade em relação aos critérios de desempenho, o que inclui:

- A abrangência do Plano Anual de Auditoria Interna e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Grupo;
- A entrega dos trabalhos de Auditoria Interna, no prazo, de acordo com o Plano;
- A qualidade dos relatórios emitidos;
- O cumprimento, pelas áreas auditadas, das ações acordadas nos relatórios da Auditoria Interna;
- A adequação dos recursos necessários para atingir os direitos e obrigações relacionadas ao Plano de Auditoria acordado;
- Manter o fluxo necessário das informações juntamente com o Superintendente de Auditoria Interna, sempre no melhor interesse da Companhia.

Em 2023, a Auditoria Interna da Neoenergia desempenhou diferentes funções relacionadas às atividades do Comitê:

- Supervisão da eficácia do Sistema de Controle Interno na Neoenergia, mediante a execução do Plano Anual de Trabalhos aprovado.
- O Superintendente da Auditoria Interna prestou contas ao Comitê de Auditoria da realização do Plano Anual de Trabalhos 2023, apresentando resumos das conclusões dos trabalhos desenvolvidos.
- Fornecimento de opinião independente em todas as análises realizadas a pedido do Comitê de Auditoria para o andamento de suas atividades e informes.
- Suporte permanente ao Comitê, servindo como interlocutor entre este e toda a Companhia.

O COMITÊ E A AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê tem as seguintes funções relacionadas à Auditoria Independente:

- i. Propor ao Conselho de Administração as condições para contratação do Auditor Independente.
- ii. Assegurar a independência do Auditor Independente, recebendo deste informações periódicas sobre qualquer atividade que possa colocar tal independência em risco.
- iii. Receber relatórios regulares do Auditor Independente sobre assuntos e atualizações na legislação contábil e de auditoria e nas práticas de auditoria em vigor de tempos em tempos.
- iv. Receber anualmente do Auditor Independente a confirmação escrita de sua independência frente à Companhia, bem como informações sobre os serviços adicionais de qualquer classe prestados pelo Auditor Independente ou pelas pessoas ou entidades vinculadas a este, conforme regulamentação aplicável.
- v. Emitir anualmente, antes da emissão dos Relatórios de Auditoria, um relatório sobre a independência do Auditor Independente. Este relatório deverá tratar, em todos os casos, da prestação de serviços adicionais citada no parágrafo anterior.
- vi. Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, as deficiências significativas do sistema de controle interno que possam ser detectadas e revisar o teor dos Relatórios de Auditoria antes de serem emitidos, evitando-se ressalvas depois de prontos e avaliar os resultados de cada auditoria, verificando a resposta da Diretoria Executiva da Companhia às suas recomendações.
- vii. Servir de canal de comunicação entre o Conselho de Administração e o Auditor Independente, de quem o Comitê irá receber informações regulares sobre o plano de auditoria e os resultados de sua execução.

Para cumprimento dessa função, o Comitê interage regularmente com o Auditor Externo, avaliando o cumprimento das recomendações constantes das Cartas de Controles Internos, assim como avalia o posicionamento deste ante aos aspectos identificados nas análises trimestrais.

PERSPECTIVAS PARA 2024

No modelo de Governança Corporativa, o Comitê de Auditoria é um elemento chave na função de controle e supervisão desempenhada pelo Conselho de Administração da Neoenergia.

Para desempenhar a sua função o Comitê de Auditoria tem previsto o desenvolvimento das seguintes atividades para o ano de 2024:

Auditor Independente

- Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Auditor Externo, mantendo um canal independente de comunicação com o Conselho de Administração;
- Levar ao conhecimento do Conselho de Administração os resultados das Auditorias Externas do exercício de 2024 da Neoenergia;
- Acompanhar a solução das não conformidades apresentadas nas Cartas de Controles Internos emitidas pelo Auditor Externo.

Informação Econômico-financeira

- Acompanhar os atos relevantes que se produzam no exercício de 2024 e das recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria em relação à elaboração da informação econômico-financeira.
- Revisar outros aspectos relacionados com a informação econômico-financeira.

Informação não financeira

- Sobre a base das fontes disponíveis de informação interna, auditoria interna, de outras áreas ou a própria análise e opinião da diretoria da Companhia supervisionar o processo de preparação e apresentação, clareza e completude das informações não financeiras da Companhia e das suas controladas.
- Informar ao comitê de sustentabilidade sobre o processo de elaboração e apresentação da informação não financeira, assim como sobre a clareza e integridade do seu conteúdo. Este relatório será emitido antes do relatório que será emitido pelo comitê de sustentabilidade sobre a referida informação não financeira para aprovação pelo Conselho de Administração.

Governança Corporativa

- Analisar as reclamações contra a Sociedade;
- Revisar outras áreas de interesse para o Comitê de Auditoria em matéria de Governança Corporativa, Marco Regulatório, Código Ético, Normas Internas, etc.

As atividades para o exercício de 2024 se ajustarão ao calendário de sessões aprovado pelo Comitê de Auditoria, o qual visa atender às atividades previstas e a qualquer outra iniciativa do Comitê cuja necessidade possa vir a se manifestar durante o exercício.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **NEOENERGIA S.A.** (“Companhia”), sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 – 3º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

Eduardo Capelastegui

Diretor Presidente

Solange Ribeiro

Diretora Vice-Presidente de Regulação, Institucional e Sustentabilidade

Leonardo Gadelha

Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Juliano Pansanato de Souza

Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Carlos Choqueta

Diretor Executivo de Desenvolvimento

Fulvio Machado

Diretor Executivo Negócio Redes

Giancarlo Vassão de Souza

Diretor Executivo de Operações

Hugo Renato Anacleto Nunes

Diretor Executivo Negócio Liberalizados

Lara Piau

Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto

Diretora Executiva Negócio Renováveis

Rogério Martins

Diretor Executivo de Recursos

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Lei n° 6.404/76, alterada pela Lei n° 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que “a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.”

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 3.045 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2023, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 80/2022, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da Neoenergia S.A., bem como as fontes de recursos para o exercício de 2024.

ORÇAMENTO DE CAPITAL		2024
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
REDES		9.106
Distribuição		4.578
Transmissão		4.528
RENOVÁVEIS		232
LIBERALIZADO		188
HOLDING		12
TOTAL		9.538
FONTE DE RECURSOS		
Retenção de lucros		3.045
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos		6.493
TOTAL		9.538